



Nilsa Karina Gaspar Miguel

# **A REGULAÇÃO DA IMPRENSA EM ANGOLA**

Dissertação com vista à obtenção do grau de  
Mestre em Direito Empresarial.

Orientador:

Doutor Francisco Pereira Coutinho, Professor da Faculdade de Direito da  
Universidade Nova de Lisboa

Março/2015

Nilsa Karina Gaspar Miguel

# **A REGULAÇÃO DA IMPRENSA EM ANGOLA**

Dissertação com vista à obtenção do grau de  
Mestre em Direito Empresarial.

Orientador:

Doutor Francisco Pereira Coutinho, Professor da Faculdade de Direito da  
Universidade Nova de Lisboa

Março/2015

## Orientações de leitura

1. A tese foi escrita em língua portuguesa segundo o **antigo acordo ortográfico**, na variante em uso em Angola.
2. As citações obedecem as Normas Portuguesas 401-A a 405 assim padronizadas: nos **livros**: Autor - **Título da obra: complemento**, ano e página. Nos **artigos electrónicos**: Autor - **Tema**. Entidade emitente. Local [data da consulta], link; na falta do nome do autor colocamos a entidade emitente. Nos **periódicos impressos e revistas**: Autor – **Título: complemento**, n.º/ volume, edição e ano.
3. A bibliografia obedece as Normas Portuguesas 401-A a 405: AUTORES - **Título da obra: complemento**, edição/ volume. Local de publicação: editora, ano.
4. Nos artigos electrónicos, quando na mesma página é citado o artigo por mais de uma vez, a citação é feita do seguinte modo: Autor – **idem**, link.
5. As citações de autores no texto são feitas entre aspas. As aspas servem também para enfatizar as palavras.
6. O corpo da dissertação, incluindo espaços e notas de rodapé, ocupa um total de **200.000** caracteres.

## **Agradecimentos**

Agradeço à Deus por me conceder a dádiva da vida todos os dias, iluminar os meus passos e manter-me firme.

À minha mãe (em especial) por me dar todo o apoio, quer financeiro quer moral ou emocional e a minha família (em geral) por serem a minha razão para continuar, bem como a minha plataforma de recarga de energia e motivação.

Aos meus professores que sempre puxaram por mim e deram o seu melhor para poderem transmitir o seu conhecimento sobre as mais variadas matérias, em especial ao Professor-orientador Dr. Francisco Coutinho que sempre se mostrou disponível para auxiliar e esclarecer quaisquer questões relativas a dissertação.

A todos que directa ou indirectamente contribuíram para a feitura do presente trabalho, quer por acção ou omissão, o meu profundo agradecimento.

*Ngasaki dila!*

*Merci!*

*Thank you!*

Muito Obrigado!

### **Declaração Anti-plágio**

Declaro por minha honra que o trabalho que apresento é original e que todas as citações estão correctamente identificadas. Tenho consciência de que a utilização de elementos alheios não identificados constitui uma grave falta ética e disciplinar.

Nilsa Miguel.

## **Abreviaturas**

AN – Assembleia Nacional

ARI – Autoridade Reguladora Independente

CC – código Civil

Cfr. – Conferir

CP – Código Penal

CRA – Constituição da República de Angola

DUDH – Declaração Universal dos Direitos do Homem

LC. – Lei Constitucional

LI – Lei de Imprensa

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola (partido político)

NAPA – Normas da Actividade e Procedimento da Administração Pública

OGE – Orçamento Geral do Estado

Pág. – Página

PR. – Presidente da República

## **Resumo**

A imprensa angolana surgiu quando Angola era uma colónia de Portugal, quando Sá da Bandeira decretou a criação de um jornal para publicar as principais notícias da capital (Portugal). De lá para cá, ela sempre foi regulada, embora, às vezes, com legislação fragmentada e desfasada face ao contexto vivido pelo país.

Dado o poder adquirido pelos media actualmente, surge a necessidade de regular e actualizar constantemente as matérias ligadas a comunicação social, fruto da sua importância na efectivação e/ou materialização dos direitos fundamentais consagrados na Constituição.

Apesar desta necessidade ser algumas vezes suprida, nem sempre a regulação é suficiente como é o caso do direito de acesso às fontes, regulado em termos gerais na Constituição e especificamente nas normas da actividade e de procedimento da administração, na lei do acesso aos documentos administrativos e outras, continua a ser a maior dificuldade no exercício da actividade jornalística em Angola porque a lei não é materializada.

## **Resume**

The Angolan press began when Angola was a colony of Portugal, when Sá da Bandeira decreed the creation of a newspaper to publish the main news of the capital (Portugal). Since then, it has always been regulated, although sometimes with fragmented and outdated legislation against the context experienced by the country.

Given the power acquired by the media today, there is a need to regulate and constantly update the matters related to media, due to its importance in the effectiveness and / or materialization of the fundamental rights present in the Constitution.

Despite this need is sometimes supplied, not always the regulation is enough such as the right of access to sources, regulated in general terms in the Constitution and specifically the rules of business and management procedure, the law of access to administrative and other documents, but remains the most difficult in the practice of journalism in Angola because the law is not materialized.





## **Introdução**

**I.** Esta tese discute a “regulação da imprensa em Angola”. Procura retratar os aspectos gerais mas centrais dos principais traços da regulação dos media em Angola.

A imprensa é regida por um conjunto de princípios gerais que enquadram a actividade da comunicação social, na perspectiva de permitir a regulação das formas de acesso e exercício desta liberdade.

Abordar a “regulação da imprensa em Angola” tem a particular importância de tornar acessível à sociedade (em particular a angolana) um conjunto de legislação e doutrina sobre a imprensa angolana com o propósito de balizar o exercício da actividade jornalística e dar uma visão real sobre o exercício dos direitos de expressão e informação.

Assim, o presente trabalho tem como objectivo geral descrever as principais ferramentas jurídicas que norteiam a comunicação social em Angola.

Especificamente é nosso objectivo analisar o sistema da regulação da imprensa angolana, verificar os problemas e encontrar soluções à estes problemas.

**II.** Esta dissertação tem quatro (4) capítulos, um (1) relativo à regulação da imprensa em geral e os outros três (3) sobre a regulação da imprensa angolana.

No primeiro capítulo traçamos as linhas gerais da regulação da imprensa, os tipos de regulação existentes consoante o regime político de cada país. Destaque especial é dado ao regime democrático liberal e aos principais modelos de regulação de imprensa, anglo-saxónico e francês. A partir destes fazemos o enquadramento do caso angolano.

No segundo capítulo abordamos a regulação da imprensa angolana propriamente dita, traçando as linhas gerais deste sistema de regulação,

apontando as mutações que esta (regulação) sofreu ao longo da sua evolução e chegamos à coluna vertebral do tema em estudo, fazendo uma explanação breve mas precisa de como a imprensa angolana está regulada na Constituição, nos diplomas internacionais vigentes e nas leis internas ou infraconstitucionais.

O terceiro capítulo serve para uma análise crítica dos problemas que a imprensa angolana enfrenta e que consequentemente dificultam a sua regulação, nomeadamente as dificuldades de acesso às fontes de informação, censura, sensacionalismo e outros.

O último capítulo é reservado para apresentar possíveis soluções para as questões suscitadas nos capítulos anteriores, através da acção dos órgãos competentes, mediante a reformulação das leis existentes (Lei do Conselho Nacional da Comunicação social) ou pela criação de normas específicas para colmatar as falhas existentes, como por exemplo um sistema de subvenção para os órgãos da comunicação social.

## Capítulo I – A regulação da imprensa em geral

### 1. Traves-mestras

Apesar da designação restritiva do termo “imprensa”, ela será abordada nesta dissertação não apenas enquanto reproduções impressas de textos ou imagens para pôr a disposição do público, mas num sentido amplo, isto é, como comunicação de massas dirigida a um grande público heterogéneo e anónimo a partir de empresas ou órgãos de comunicação social que organizam e fazem interagir a informação proveniente de fontes diversificadas e as divulgam através de veículos de transportes suportados na imprensa escrita, ou em meios de telecomunicações que incluem imagem e som<sup>1</sup>.

Assim, a **regulação da imprensa** visa estabelecer os princípios gerais que devem enquadrar a actividade da comunicação social e assim permitir regular as formas de acesso e exercício da liberdade de imprensa, assegurar o direito de informar, de se informar e de ser informado, bem como permitir a coexistência de órgãos públicos e privados da comunicação social.

Esta regulação tem como objectivo assegurar a liberdade de imprensa, que é formada pelas liberdades de expressão e direito à informação.

A liberdade de expressão e os direitos de informar, de se informar e de ser informado são individuais, mesmo quando exercidos por pessoa colectiva ou institucional, mas a liberdade de comunicação social é necessariamente colectiva, pressupõe a existência de uma organização/empresa e consequentemente a actividade de jornalistas, colaboradores (pessoas individuais) que desempenham

---

<sup>1</sup> Cfr. Artigo 2.º, alíneas a), c) e d) da Lei n.º 7/06 de 15 de Maio (Lei de Imprensa). Este é o conceito amplo de imprensa que a doutrina portuguesa construiu quando a rádio e a televisão não eram objecto de disposições legais suficientemente explícitas e completas (como é o caso de Angola, em que ainda está por aprovar um pacote de cinco diplomas referentes a comunicação social e dentre eles está a Lei da televisão); para mais vide Correia, Luís Brito - **Direito da comunicação social**, 2000, págs. 26 e 27.

um importante papel no pluralismo de expressão e na democratização da sociedade<sup>2</sup>.

Por isso, os meios de comunicação social desempenham um papel de grande importância na informação, na promoção da cultura, na formação e ocupação dos tempos livres<sup>3</sup>.

Actualmente, é por meio da imprensa, da rádio, da televisão e internet que os cidadãos podem adquirir um maior conhecimento da realidade onde estão inseridos, o que lhes permite participar nas grandes decisões políticas e formar um juízo crítico sobre os governantes<sup>4</sup>.

A vida social também assenta em opiniões e crenças, por isso a transmissão delas através de meios massificados constitui um dos mais relevantes desafios sociais, porque da mesma maneira que os meios de comunicação social podem facilmente incitar ao ódio e à guerra, podem contribuir para criar comunidades de pessoas que se respeitam e se amam em liberdade<sup>5</sup>.

Por fim, importa referir que, por via de regra, a regulação da imprensa tem natureza inclusiva, em que a maior parte dos sistemas de regulação balizam “quase ao pormenor” a criação e exercício dos diferentes órgãos de comunicação social, a comunicação social em si, criando até organismos de regulação independentes para salvaguarda deste sector que é tão importante para a sociedade.

Em suma, a imprensa tem **natureza** de fenómeno social, que pode ser usada para bem ou para mal<sup>6</sup>, daí a sua tamanha importância e necessidade de

---

<sup>2</sup> Angop Press – Lei de imprensa em Angola. Internet [consult. 03 Jan. 16], disponível em WWW: <URL: <http://goo.gl/QR62ge>>

<sup>3</sup> Inspirado no Ante-projecto da Lei de imprensa de 7/05 de 15 de Maio.

<sup>4</sup> Só para citar um exemplo, um estudo feito pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) em Portugal, em 2015, revela que “70% dos portugueses são consumidores de notícias através da televisão, a que se seguem os jornais impressos e a utilização da internet e/ou redes sociais. Cfr. METRO – Notícias? É na televisão: S/ editor [Public. 05 de Fev. 16], disponível em WWW: <URL: <http://readmetro.com>>

<sup>5</sup> Inspirado no Ante-projecto da Lei de imprensa de 7/05 de 15 de Maio.

<sup>6</sup> **Luís Correia Brito** afirma que “a comunicação social tornou-se no quarto poder do Estado, ao lado do legislativo, do executivo e judicial, sendo esta reconhecida como condição e garantia do sistema político democrático e da promoção dos direitos da pessoa humana”; e na mesma esteira de **Malcom X**, defende

regulação ética e jurídica, porque a informação deve se fundar na verdade, liberdade, justiça, solidariedade e estar ao serviço do bem comum, evitando qualquer tipo de manipulação da opinião pública.

## 2. Tipos de regulação da imprensa

A “imprensa” é regida por um conjunto de princípios gerais que enquadram a actividade da comunicação social e permitem a regulação das formas de acesso e exercício desta liberdade. É assim, que os diferentes contrastes políticos e ideológicos reflectem o modo de regulação da imprensa, que é diferente consoante o regime existente na sociedade.

As principais influências dos sistemas ou tipos de regulação da imprensa nos diferentes países do mundo resultam de **três regimes políticos**: os democráticos liberais, os comunistas e os fascistas<sup>7</sup>.

Os **regimes democráticos liberais** caracterizam-se pelo reconhecimento de um pluralismo de inspirações ideológicas, garantia dos direitos fundamentais das pessoas, adopção de formas democráticas de designação dos seus representantes e respeito pelo controlo do exercício político<sup>8</sup>.

Por sua vez, os **regimes comunistas** caracterizam-se pela existência de um poder político colocado ao serviço de uma filosofia de inspiração *marxista-leninista*, com o sacrifício dos direitos fundamentais dos cidadãos, adopção de formas autocráticas de designação dos seus governantes e de controlo do exercício do poder político. Para este regime a imprensa é um instrumento para comunicar às massas as decisões do partido, para propaganda e agitação, de modo que a liberdade de imprensa é garantida conforme os interesses dos trabalhadores e para fortalecer o regime socialista<sup>9</sup>.

---

que “a imprensa, utilizada quer como instrumento do poder político, quer como contra-poder, contribui muitas vezes decisivamente para fazer e desfazer carreiras políticas, formar opiniões (negativas ou positivas) em suma manipular a sociedade no bom e mal sentido”. Cfr. Correia, Luís Brito – **Direito da comunicação social**, 2000, págs. 26 a 29.

<sup>7</sup> Correia, Luís Brito – **Direito da comunicação social**, 2000, págs. 129 e segts.

<sup>8</sup> Correia, Luís Brito – **Direito da comunicação social**, 2000, pág. 130.

<sup>9</sup> Correia, Luís Brito – **Direito da comunicação social**, 2000, pág. 131.

Por último, o **regime fascista** ou **fascizante** caracteriza-se por uma filosofia dominante de inspiração diversificada, um poder político totalitário e formas autocráticas de designação dos governantes e de controlo do exercício do poder político. Neste regime valoriza-se em demasia a raça e a nação, há apenas um partido político e o sacrifício dos direitos fundamentais dos cidadãos, restringindo deste modo, a liberdade de comunicação social mediante censura.

Por fim, importa destacar o regime liberal para um estudo à parte, por ser o regime que a maior parte dos países têm, incluindo Angola. Deste modo, traçaremos, de seguida, linhas gerais que identificam a regulação da imprensa neste tipo de regime.

## **2.1. Traços fundamentais do regime liberal**

Nos regimes democráticos pluralistas, a liberdade de informação adquire um relevo crescente ligado à formação da vontade popular, no sentido em que se realça as estruturas institucionais, organizatórias e desenvolvem-se um conjunto de mecanismos de auto e hetero-regulação, passando assim a comunicação social, no seu todo, a ser objecto da Constituição material<sup>10</sup>.

Este regime assegura a liberdade de expressão, de pensamento e de comunicação social, sanciona as violações e abusos a estas liberdades, sem desprimor das limitações necessárias à salvaguarda de outros direitos fundamentais, bem como a promoção da concorrência entre os diversos meios como pré-requisito de garantia de liberdade, pluralismo e democracia<sup>11</sup>.

Daqui podemos concluir que os pilares fundamentais do regime liberal democrático são o pluralismo e a transparência, onde o pluralismo é encarado em duas perspectivas (interna e externa) e a transparência enquanto corolário do princípio da independência (garantia fundamental para credibilidade do cidadão no órgão que o informa).

---

<sup>10</sup> Correia, Luís Brito – **Direito da comunicação social**, 2000, pág. 12

<sup>11</sup> Correia, Luís Brito – **Direito da comunicação social**, 2000, pág. 130.

O **pluralismo** nos media é o objectivo a alcançar pelas empresas de comunicação social, entidades ou órgãos reguladores e também pelos Estados.

Seja ele interno (pluralismo dentro do mesmo órgão de comunicação) ou externo (entre os media), a pluralidade dos meios de comunicação social disponíveis e a concorrência entre eles é uma garantia fundamental na transmissão da verdade. A possibilidade de serem desmentidos no dia ou minuto seguinte é um incentivo muito forte para o rigor, porque implica o risco da perda de credibilidade futura, que é um valor fundamental neste sector<sup>12</sup>.

Além disso, as denúncias feitas pela imprensa são um forte incentivo para evitar abusos e excessos no exercício do poder político e económico, bem como dos direitos individuais, sendo mais comuns os casos de corrupção e o desrespeito aos direitos fundamentais que estudaremos adiante<sup>13</sup>.

Assim, é mister realçar que não é só a concorrência entre os diversos órgãos da comunicação social que constituem o âmago do pluralismo, este também é e deve ser mantido dentro do mesmo órgão, diversificando a sua grelha de programação de forma a garantir receptores de várias idades e de diferentes gostos, mas sempre tendo em conta a linha editorial e a formação da pessoa.

A **transparência** no sistema de comunicação social reflecte a translucidez do capital das empresas deste sector, nomeadamente quanto a nominatividade das acções, divulgação dos financiadores, bem como autores e editores dos órgãos de comunicação social.

Uma vez que o entendimento geral (da maior parte dos sistemas de comunicação social) é que os cidadãos têm o direito de saber quem os informa, concretamente quem financia, controla e está por detrás das empresas de comunicação social<sup>14</sup>, o princípio da transparência é outro alicerce (paralelo ao

---

<sup>12</sup> Correia, Luís Brito - **Direito da comunicação social**, 2000, pág. 19.

<sup>13</sup> Veremos de forma bastante resumida no Capítulo III, relativo aos problemas da imprensa angolana, alguns destes casos.

<sup>14</sup> Correia, Luís Brito - **Direito da comunicação social**, 2000, pág. 274.



pluralismo) que edificam os sistemas de regulação nos regimes democráticos liberais.

Ora, tal conhecimento é de tamanha importância, que permite a credibilidade da informação, bem como assegura aos receptores (telespectadores, ouvintes e leitores) a possibilidade de escolha verdadeiramente consciente e livre entre os meios de informação disponíveis e o ensejo de um juízo crítico sobre os factos que lhe são apresentados, atendendo a inclinação dos interesses subjacentes<sup>15</sup>.

Em suma, o princípio da transparência é corolário do princípio da independência, no sentido de que a transparência assegura o cumprimento do princípio da independência perante ao poder público e económico, daí a exigência da identificação dos titulares do capital da empresa e demais financiadores ou meios de financiamento<sup>16</sup>.

### **3. Modelos de regulação da imprensa**

Para uma melhor exposição do tema e assim proporcionar um maior conhecimento da regulação da comunicação social (em especial da imprensa angolana), trazemos à “baila” os principais modelos de sistemas de regulação da comunicação social.

Tal como vimos no ponto anterior, a regulação da imprensa varia consoante o regime político de cada país, o que provoca implicações nos diferentes sistemas jurídicos de regulação da comunicação social. Ou seja, as famílias jurídicas diferenciam-se pelos regimes políticos a que correspondem e, consequentemente, pelo grau de liberdade e concorrência entre os diversos meios de comunicação social que admitem<sup>17</sup>.

---

<sup>15</sup> Por exemplo uma empresa de comunicação social detida por uma sociedade que defende interesses do partido no governo pode não transmitir informações que mancham ou descredibilizam o próprio governo.

<sup>16</sup> Para mais desenvolvimentos vide Correia, Luís Brito – **Direito da comunicação social**, 2000, págs. 274 e segts.

<sup>17</sup> Os regimes democráticos liberais, comunistas e fascistas ou fascizantes. Para mais vide Correia, Luís Brito - **Direito da comunicação social**, 2000, págs. 129 e segts.

Para nós, importa uma regulação da imprensa em que vigora um regime jurídico de liberdade e de grande concorrência quanto à extensão, aos fins e às modalidades da intervenção do poder público na propriedade e gestão das actividades dos jornais, da rádio e da televisão.

Assim, apresentamos para análise, os seguintes modelos de sistemas de regulação da comunicação social:

- **Anglo-saxónico:** que é fortemente marcado pela auto-regulação da imprensa e pela desregulamentação da rádio e da televisão; e

- **Francês:** em que encontramos uma imprensa regulamentada e favorecida e a desregulamentação da televisão e da rádio.

O **caso angolano** será analisado em seguida, com vista a apurar se o podemos considerar um verdadeiro sistema de comunicação social ou se apenas estão a ser dados passos para a sua construção.

### **3.1. Modelo anglo-saxónico**

**I.** O sistema de regulação dos media anglo-saxónico é um dos modelos mais estudados e serviu de inspiração para outros modelos e sistemas de regulação<sup>18</sup>. A Grã-Bretanha foi o primeiro dos grandes Estados europeus a consagrar a liberdade de imprensa e abolir a censura em 1695.

Actualmente, a imprensa (escrita) britânica é auto-regulamentada, não é objecto de nenhuma lei escrita particular que proteja as liberdades individuais e a ordem pública, incluindo questões como as que preveem crimes de difamação, atentados à moral pública, violações ao direito à vida íntima e à reserva privada<sup>19</sup>.

---

<sup>18</sup> O modelo de regulação da imprensa anglo-saxónico serviu de inspiração para criação do modelo o francês, do sistema de regulação português e outros quer para o bem - quando acolhidas as práticas e princípios - quer para o mal quando através da desregulação se demonstrava as fragilidades do modelo e os “adoptantes” puderam regular os seus sistemas sem as mesmas “debilidades” que o modelo anglo-saxónico apresenta.

<sup>19</sup> Correia, Luís Brito - **Direito da comunicação social**, 2000, págs.134 e segts.

O direito de publicar não depende de qualquer autorização prévia ou declaração, sendo apenas necessário (obrigatório) que figurem em cada publicação o nome e a morada do editor e que seja conservado um exemplar de cada publicação durante seis meses.

**II.** Neste modelo os jornalistas têm “poderes discricionários”, ou seja, uma ampla liberdade de exercício da sua profissão porque sempre se deu preferência à auto-regulação da **imprensa** (escrita) e, portanto, ela sempre “ficou nas mãos dos jornalistas”.

Apesar de este modelo pertencer a família jurídica do direito comum (sistema jurídico anglo-saxónico) que não têm como fonte principal a lei escrita, frequentemente codificada, mas sim a jurisprudência dos tribunais cuja obrigatoriedade assenta na regra do precedente<sup>20</sup>, o Reino Unido seguiu a experiência Sueca e em 1953 criou o **Conselho de Imprensa** *General Council of the Press* para a regular.

Mais tarde, a designação do Conselho alterou-se para *Press council*. As finalidades de defender a liberdade de imprensa, estudar as reclamações dos cidadãos contra os organismos da imprensa, sancionar moralmente as infracções deontológicas, informar o público sobre as concentrações de empresas jornalísticas e outras mantiveram-se.

O Conselho era composto por um presidente independente (exterior à profissão de jornalista), representantes das associações profissionais da imprensa e representantes do público. O Conselho tinha apenas poder persuasivo e não vinculativo, sendo que a sanção mais grave que podia aplicar era a censura pública<sup>21</sup>.

Passado algum tempo, percebeu-se que o Conselho não estava a atingir os objectivos para o qual foi criado, parecia paralisado quanto às situações que

---

<sup>20</sup> **Rule precedent ou regra do precedente** assenta no princípio segundo o qual os tribunais devem julgar os casos concretos de harmonia com as regras contidas em sentenças anteriores sobre casos semelhantes, ou seja, a designada *ratio decidendi* – os fundamentos jurídicos que sustentam a decisão. Cfr. Correia, Luís Brito – **Direito da comunicação social**, 2000, pág. 133.

<sup>21</sup> Correia, Luís Brito – **Direito da comunicação social**, 2000, págs. 133 e 134.

envolviam violações à vida privada, o que fez com que surgisse a *Comission on press* – instituição independente com a função de examinar o respeito dos jornais de uma deontologia por eles defendida (99% da imprensa britânica aderiu voluntariamente).

“A tendência é para a auto-regulação”, foi a conclusão que esta Comissão chegou em Junho de 1990 no seu relatório sobre o respeito da deontologia por parte dos jornais.

Um ano mais tarde, com o fracasso da *Comission on press*, foi criada a *Press Complaints Comission* que tinha poderes limitados - só aplicava sanções morais - e queria sempre demonstrar-se eficaz na resolução dos problemas para que foi criada, porque só assim o governo britânico não tomaria imediatamente a decisão de legislar (regular) e se manteria a auto-regulação que os jornalistas sempre defenderam<sup>22</sup>.

Ainda na vigência desta Comissão, foi aprovado um código de conduta, o *Code of practice* com 16 cláusulas, entre elas o respeito pelo direito de resposta, pela intimidade da vida privada, cujo desrespeito desencadearia na intervenção da Comissão.

Em 2011, surge o processo *Leveson inquiry*, um relatório elaborado por esta Comissão que apresentava as falhas da auto-regulação da imprensa e os mecanismos que alguns jornais utilizavam para de produção de notícias e assim venderem mais jornais.

A título exemplificativo, este relatório alude ao caso do jornal *News of world*, que usava fontes ilegais para conseguir notícias, expondo a vida privada de actores, políticos, da família real e outras figuras de destaque através de

---

<sup>22</sup> Para mais vide Correia, Luís Brito - **Direito da comunicação social**, 2000, págs.134 e segts. A preocupação desta comissão era a actuação dos media, foi este o motivo da sua criação, embora tenha sido composta apenas por jornalistas, ainda assim verificou-se ineficaz porque ela recebia as queixas e só decidia à favor dos jornalistas, ou seja, era parcial.

escutas telefônicas, suborno de oficiais de cargos públicos e detectives privados<sup>23</sup>.

O caso mais polêmico foi o de Millie Dowler, uma rapariga de 13 anos que foi raptada no caminho da escola para casa e posteriormente morta, onde houve interferências na investigação do caso por parte de membros da equipa do *News of World*, através do acesso ao correio de voz da vítima e posterior eliminação de mensagens relevantes para o caso e para família<sup>24</sup>.

O clamor resultante da opinião pública britânica levou a uma série de investigações e inquéritos sobre escutas telefônicas e ética dos media britânicos, o que contribuiu em larga medida para o encerramento do jornal.

Ainda assim, depois deste e outros casos, neste modelo **subsiste o princípio da auto-regulamentação na imprensa** (não há regulação directa) e também vigora o princípio da concorrência que é assegurado e favorecido pelo Estado britânico desde 1945<sup>25</sup>.

**III. Quanto a rádio e televisão**, há uma desregulamentação, apesar de serem os britânicos os primeiros a adoptar massivamente a rádio e a televisão.

Na rádio, a primeira licença foi concedida à *British Broadcasting Company* (BBC) em 1922, que dez anos depois inaugurou o *Empire Service* com emissões em árabe, espanhol e português destinadas ao estrangeiro.

---

<sup>23</sup> A primeira publicação de dados privados que levantou suspeitas de escutas no seio da Família Real Inglesa foi em 2005 e a partir desta data começaram as investigações. Em 2007 Clive Goodman (jornalista) foi preso por 4 meses e o **detective** acusado de colocar escutas telefônicas ficou preso por 6 meses; além disso, este foi obrigado a pagar uma indemnização de 1.000.000,00 de libras. Cfr. BBC Brasil - **Tabloide britânico é acusado de invadir celular de menina desaparecida**. Internet [consult. 03 Jan.2016], disponível em WWW: <URL: <http://goo.gl/b1Azri>>

<sup>24</sup> Os jornalistas do *News of world* excluíram algumas mensagens que eram consideradas evidências potenciais na caixa de correio de voz de Dowler, para dar espaço às novas mensagens, que podiam ouvir. A eliminação dessas evidências fez com que a família e amigos pensassem que Dowler ainda estava viva. Cfr. BBC Brasil - **idem**, disponível em WWW: <URL: <http://goo.gl/b1Azri>>

<sup>25</sup> O princípio da concorrência e o *Fair Trading Act* de 1973 foram aplicados às concentrações de empresas jornalísticas relativamente ao seu regime geral sobre fusões e aquisições, mas ainda assim não impediu uma forte concentração destas empresas. Para mais vide Correia, Luís Brito – **Direito da Comunicação social**, 2000, pág. 135.

A cadeia de televisão britânica<sup>26</sup> caracteriza-se por um equilíbrio entre o sector público, privado e comercial organizado de modo diferente de todos os outros países, onde o Conselho de Governadores da BBC é nomeado pela Rainha, não há eleições para o Conselho e o Estatuto da BBC não é liberal, porque o Ministério dos Correios pode pedir que não sejam difundidas as mensagens que achar convenientes, o que coloca em causa o princípio da independência.

Por fim, tanto na televisão como na rádio, a BBC tinha o monopólio destes órgãos de informação, que só veio a terminar com a criação de outra empresa pública de televisão (IBA), a Comissão de Reclamações da Radiodifusão e oficialmente em 1988, com a desregulamentação feita pelo Governo de Margaret Thatcher<sup>27</sup>.

Em suma, a desregulação (rádio e televisão) e auto-regulação (imprensa escrita) não são pretextos para que os jornalistas e as empresas de comunicação social hajam discricionariamente, apesar de não existir um corpo legislativo escrito, organizado e sistematizado, os media têm como barreira direitos, liberdades e garantias dos cidadãos que devem ser respeitados bem como deveres fundamentais a que estes estão adstritos.

### 3.2. Modelo Francês

Este modelo é caracterizado por uma liberdade de imprensa favorecida e uma desregulamentação da rádio e televisão desde que o princípio de liberdade de imprensa foi consagrado em 1789, pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão<sup>28</sup>.

---

<sup>26</sup> Desabrochou no ano de 1936, no dia da coroação da Rainha Isabel II, em que o número de audiências da televisão ultrapassou pela primeira vez as da rádio.

<sup>27</sup> Para mais vide Correia, Luís Brito – **Direito da comunicação social**, 2000, págs. 136 a 138.

<sup>28</sup> Actualmente no sistema francês, a liberdade de imprensa tem consagração constitucional e em lei própria, a lei sobre a liberdade de imprensa que vigora desde Julho de 1881. Apesar das diversas alterações posteriores, esta lei nunca foi substituída por uma nova. Cfr. Correia, Luís Brito – **Direito da comunicação social**, 2000, pág. 145.

O exercício das liberdades não é pleno. Há limitações ou constrangimentos em maior ou menor escala para cada liberdade, incluindo a liberdade de imprensa.

As empresas de comunicação social, para além de direitos também têm obrigações a cumprirem, tais como identificar o editor, o autor e o director responsáveis pela publicação, bem como apresentar uma declaração prévia ao Procurador da República com um conjunto de menções obrigatórias<sup>29</sup>.

Além dos aspectos formais<sup>30</sup>, as empresas de comunicação social são obrigadas a guiar a sua actividade respeitando diversas regras, de modo a assegurar a transparência das pessoas que nela trabalham e o financiamento recebido. Por exemplo, em cada número da publicação devem ser identificados o director, os proprietários (sócios ou administradores da sociedade) e o responsável da redacção.

Neste modelo são assegurados **três princípios fundamentais para a regulação da comunicação social**: o da independência, do pluralismo e da concorrência.

A **independência** é garantida impondo-se uma restrição quanto às liberdades de estabelecimento e de capitais, obrigando que os estrangeiros não possam deter mais do que 20% do capital das empresas de comunicação social e nem podem receber fundos de governos estrangeiros<sup>31</sup>.

Quanto ao **pluralismo** e a **concorrência**, a lei francesa defende que as empresas devem ter como limite, o consentimento do Conselho de Administração para a transmissão de partes relevantes do capital social da empresa e proíbe que

---

<sup>29</sup> São elas: título do jornal, identificação do director e da editora, bem como proceder ao depósito legal (na biblioteca nacional), judicial (no tribunal), administrativo (no serviço jurídico e técnico de informação) e suplementar (no Ministério da justiça) da publicação.

<sup>30</sup> Há, ainda, a obrigação das acções das empresas de comunicação social serem nominativas e as transmissões significativas destas acções devem ser “comunicadas” (no sentido técnico de comunicação utilizado no mercado de valores mobiliários) para melhor conhecer os proprietários da empresa, ficando desde já proibida a simulação do domínio da publicação. Por último, a publicidade deve ser devidamente identificada. Cfr. Correia, Luís Brito – **Direito da comunicação social**, 2000, págs. 145 e 146.

<sup>31</sup> Correia, Luís Brito – **Direito da comunicação social**, 2000, pág. 146.

a mesma pessoa adquira publicações que excedam os 30% do total da difusão de publicações da mesma natureza.

Tal como no sistema inglês, os jornalistas franceses são regulados por um estatuto próprio, que consagra, entre outros deveres e direitos, a cláusula de consciência. Ou seja, é garantido ao jornalista o direito de rescindir o contrato com o jornal em que trabalha e ainda receber uma indemnização pelo despedimento no caso de mudanças na “linha” editorial que afectem a sua honra, reputação, a sua consciência e interesses morais (ideologia)<sup>32</sup>.

A lei de francesa impõe para imprensa escrita o princípio da igualdade entre as empresas de imprensa, onde o Estado francês concede diversos tipos de ajudas a estas, nomeadamente benefícios fiscais, tarifas preferenciais, crédito, subsídios e ainda impõe que as vendas de papel para as empresas de imprensa sejam feitas ao preço de custo<sup>33</sup>.

Na área do audiovisual, o Estado francês reservou para si o monopólio das comunicações desde Luís XI até 1982, com a entrada em vigor da Lei de 29 de Junho que proclamou a liberdade da comunicação audiovisual<sup>34</sup>.

Actualmente, a França dispõe de um serviço público de rádio com duas cadeias, uma generalista e outra temática e mais de 3.000 rádios privadas repartidas entre locais e destinadas ao estrangeiro.

Em sede da televisão, existe um serviço público e mais quatro canais financiados por taxas dos telespectadores, publicidade e outras receitas comerciais; há três canais privados de âmbito nacional e três televisões locais, sem contar as várias cadeias de televisão por cabo e por satélite<sup>35</sup>.

---

<sup>32</sup> Não só na “linha” (estatuto) editorial, mas também em relação a algum tipo de censura, bem como na conotação (obrigação) do jornalista tratar de assuntos que vão contra a sua consciência e anteriormente não estavam previstas pelo estatuto.

<sup>33</sup> Correia, Luís Brito – **Direito da comunicação social**, 2000, pág. 152.

<sup>34</sup> Não quer dizer que não havia rádio e televisão públicas.

<sup>35</sup> Correia, Luís Brito – **Direito da comunicação social**, 2000, págs. 148 a 152.



Em suma, a liberdade de imprensa e das empresas jornalísticas neste modelo está regulamentada ao pormenor. É assegurada e promovida pelo Estado francês e os abusos a esta liberdade são sancionados por ele, penal e civilmente.

### 3.3. O caso de Angola

**I.** Chegados aqui, após estudar o modelo de regulação da comunicação social anglo-saxónico e francês, estamos capacitados para fazer o enquadramento do sistema de regulação angolano e responder a questão anteriormente levantada: “temos um verdadeiro sistema de regulação ou estar-se a dar passos para a sua construção?”

**II.** A imprensa angolana nasceu quando Angola ainda era província ultramarina de Portugal, em 1836, com o jornal “Boletim do Governo Geral da Província de Angola”, que transmitia as informações legais, comerciais e gerais necessárias ao público residente na colónia<sup>36</sup>.

O modo de regulação da imprensa angolana, fruto do colonialismo e consequentemente da herança legislativa, bebe muito do sistema de regulação português quanto aos princípios e as autoridades reguladoras, por isso torna-se imperioso tecer algumas linhas do sistema de regulação da imprensa português não só de forma a permitir um maior enquadramento e compreensão do tema em análise, mas também a título comparativo.

**III.** Assim, no **sistema português** foram acolhidas figuras inspiradas no sistema anglo-saxónico mas com as devidas adaptações aos princípios jurídicos romanísticos, característicos da família de direito a que pertence, a família romano-germânica<sup>37</sup>.

Fruto de um regime político de democracia liberal e a família a que pertence, a legislação portuguesa (em especial a que regula a comunicação audiovisual) assemelha-se muito à legislação francesa, mas nem por isso deixou

---

<sup>36</sup>Canhanga, Luciano – **Análise e comentários à Lei n.º 7/06 de 15 de Maio – Lei de Imprensa.** Comunicação, etnografia, linguística e história. Internet [consult. 03 Jan.2016], disponível em WWW: <URL: <http://goo.gl/J1izB8>>

<sup>37</sup> Correia, Luís Brito – **Direito da Comunicação Social**, 2000, pág. 153.

de acolher figuras do direito anglo-saxónico que vieram a adaptadas aos princípios da *civil law*<sup>38</sup>.

No **sistema português** a regulação da comunicação social está igualmente consagrada na Constituição e em leis avulsas<sup>39</sup> (Lei da rádio, da televisão, de imprensa e dispersas por vários outros diplomas), que garantem o exercício dessa liberdade, do pluralismo, do rigor na informação, asseguram a transparência das empresas de comunicação social<sup>40</sup> e outras.

Deste modo, a imprensa portuguesa conta com mais de 15 jornais nacionais privados que se repartem entre semanais e diários, quanto a rádio, esta comporta uma cadeia pública, uma filantrópica, uma comercial, duas regionais privadas e 300 rádios locais privadas. Em relação a televisão, são 3 as cadeias de televisão, uma pública repartida em dois canais e duas privadas; para além de funcionarem várias redes de televisão por cabo que abrigam numerosos canais pagos nacionais e estrangeiros<sup>41</sup>.

**IV. A regulação da imprensa angolana** não é caracterizada pela desregulamentação como o modelo francês<sup>42</sup> nem pela auto-regulação como o anglo-saxónico, ela segue o sistema português e regula a comunicação social no seu todo, apesar de existirem alguns sectores que não são regulados ao pormenor ou não têm lei própria, como é o caso da televisão<sup>43</sup>.

Inspira-se no modelo francês para limitar a participação directa ou indirecta de capital estrangeiro nas empresas de comunicação social, que não pode exceder os 30%.

---

<sup>38</sup> Foi acolhida, fruto da inspiração do direito inglês, a figura do *Press Complaints Commission* (a actual Entidade Reguladora da Comunicação Social - ERC).

<sup>39</sup> Tal como no modelo francês.

<sup>40</sup> A transparência consiste em contrariar as tendências para uma excessiva concentração e a prevenir, bem como sancionar os abusos. Para mais vide Correia, Luís Brito – **Direito da comunicação social**, 2000, pág. 153.

<sup>41</sup> São de contabilizar as empresas que põem a disposição do público textos, imagens e sons através da internet. Cfr. Correia, Luís Brito – **Direito da comunicação social**, 2000, pág. 154.

<sup>42</sup> Quanto a televisão e a rádio.

<sup>43</sup> Ainda não foi aprovada a lei da televisão mas tal não quer dizer que se quer desregulamentar o sector, muito pelo contrário. Já existe o anteprojecto, faltando apenas a discussão e aprovação do mesmo. Acresce ainda a existência de regulação neste sector pela lei de imprensa.

A censura prévia é considerada proibida em todos modelos de regulação por nós estudados. A regulação angolana não é excepção, pois está proibida todo o tipo de censura prévia de forma a garantir o livre exercício da actividade de imprensa sem impedimentos nem discriminações.

Assim, são regulados pelo direito angolano, na imprensa escrita mais de treze (13) jornais entre eles públicos (3) e privados, diários e semanais.

A imprensa privada tem maior número e mais força no mercado Luandense, com mais de dez (10) jornais, entre eles o “Correio da Semana”, “Comércio e Actualidade”, o primeiro bissemanário “Folha-8”, os semanários “Agora”, “Angolense”, “Actual”, “Expansão”, “A Capital”, “Independente”, “Novo Jornal” e mais recentemente o “Manchete”, que actualmente completam a grelha das principais publicações da imprensa privada que se edita em Angola<sup>44</sup>.

Na vertente da rádio, é permitido o acesso à actividade de radiodifusão às entidades públicas, privadas ou cooperativas. O sector era dominado, em mais de 80%, pela emissora oficial, a Rádio Nacional de Angola, que é a única estação que cobre o país de Cabinda ao Cunene, quer com as suas frequências em ondas médias e curtas, como através de uma vasta rede de emissores provinciais em frequência modulada, que emitem a partir de quase todas as capitais das províncias<sup>45</sup>.

Para além da Emissora Católica de Angola, funcionam actualmente em Angola mais de doze estações de rádio privadas, todas elas a emitir em Frequência Modulada (EM): **em Luanda**, a LAC, UNIA, Kaíros, FM Stéreo, Viana, Cazenga, Cacucaco, Mais, Sem anestesia e Despertar; **em Cabinda** a

---

<sup>44</sup> Cfr. Bolsa de negócios e emprego de Angola – **A liberdade de imprensa e o novo panorama dos “media”**. Internet [consult. 03/01/16], disponível em WWW: <URL: <http://goo.gl/sk6wQd>>, que teve como fontes: monografia de Angola. Governo de Angola e Ministério do Planeamento; Mateus, Ismael - **Contributos para uma discussão sobre a comunicação social angolana: os media em Angola**. Internet [consult. 03/01/16]. Disponível em WWW: <URL: <http://goo.gl/xfzsVJ>>

<sup>45</sup> A rádio Nacional de Angola reparte-se em: Rádio Luanda (em FM e AM), Canal A da Rádio Nacional de Angola, Rádio 5 e Rádio *Ngola Yetu*. A Rádio Mais apesar de não pertencer a RNA é pública, tutelada pelo Ministério da comunicação social. Cfr em WWW: <URL: <http://radios.sapo.ao/>> e Mateus, Ismael – **idem**, disponível em WWW: <URL: <http://goo.gl/xfzsVJ>>

Rádio Comercial de Cabinda; **em Benguela** a Rádio Morena Comercial e **no Lubango** a Rádio 2000<sup>46</sup>.

O fenómeno televisivo teve uma expansão moderada em relação a rádio, mas significativa face o antigo panorama deste sector. Actualmente, existe a Televisão Pública de Angola (TPA) que continua a exercer as suas actividades em regime de monopólio do Estado, com três canais: canal 1, o canal 2 (TPA 2) e a TPA Internacional (TPAi), com abrangência nacional e internacional; foram ainda criados dois canais privados: a Tv Zimbo (canal aberto com abrangência nacional) e a Banda TV, que é um canal pago.

De resto, é mister realçar que tal como nos sistemas de regulação da comunicação social francês e português, no sistema de regulação angolano vigoram os princípios de liberdade, pluralismo e rigor da informação, que são disciplinados por uma entidade criada para tal, independente financeira e administrativamente, pelo que podemos concluir que temos um verdadeiro sistema de regulação da comunicação social <sup>47</sup>.

## **Síntese**

O primeiro capítulo do presente trabalho abarca um conjunto de linhas gerais e fundamentais à toda regulação da comunicação social.

Na primeira secção trazemos à tona as traves-mestras da regulação, onde delimitamos o tema através da definição da matéria em estudo, da explicação da sua natureza e importância, se traduz na garantia e materialização dos direitos fundamentais e consequentemente do desenvolvimento da personalidade, que também é um direito constitucionalmente consagrado.

Na segunda secção apresentamos os tipos de regulação da comunicação social, que variam consoante o regime político de cada país, onde destacamos o

---

<sup>46</sup> Disponível em WWW: <URL: <http://radios.sapo.ao/>>

<sup>47</sup> Para Portugal a ERC, para o Reino Unido a *Press Complaints Commission* (só para a imprensa – escrita - que é auto-regulada) e para Angola o Conselho Nacional da Comunicação Social.

regime democrático liberal por ser o regime político da maior parte dos países da *civil law*.

Na terceira secção apresentamos os modelos de regulação da imprensa, nomeadamente o modelo anglo-saxónico, que se caracteriza por uma auto-regulação da imprensa escrita, mas em que o Estado tem sempre a prerrogativa de criar ou mandar criar comissões ou conselhos para observarem a actuação dos media quanto a protecção dos direitos, liberdades e garantias tanto dos cidadãos como das próprias empresas de comunicação social.

O modelo francês também é caracterizado por uma desregulação da televisão e da rádio, mas com uma regulação favorecida da imprensa escrita. Apesar das semelhanças, parece-nos que o modelo francês é mais garantidor do que o anglo-saxónico, não só em relação a salvaguarda dos direitos fundamentais dos cidadãos enquanto receptores, mas também em relação aos direitos fundamentais dos jornalistas em particular e das empresas de comunicação social em geral, restringindo as liberdades de estabelecimento e de capitais através da limitação das percentagens de quotas para aquisição de capital social nas empresas de comunicação social, das percentagens para evitar concentrações de empresas, bem como da necessidade de ser ouvido o Conselho (órgão independente) nas vendas de capital social.

Por fim, ao enquadrarmos a realidade da imprensa angolana, vimos que ela é inspirada maioritariamente pelo modelo de regulação francês e pelo sistema de regulação português (também ele inspirado no modelo francês), pelo que tecemos algumas considerações, traçando os principais aspectos característicos deste sistema.

Deste modo, conseguimos dar resposta à pergunta feita no princípio da terceira secção, respondendo-a afirmativamente: em Angola existe um verdadeiro sistema de regulação da imprensa que assenta em princípios fortes (comuns aos modelos estudados) como os da transparência, pluralismo, liberdade, rigor e isenção. Acresce existir legislação que regula os media e uma Autoridade

Reguladora Independente (ARI), ou seja, um órgão independente financeira e administrativamente que os regula (a par do Ministério da Comunicação Social).

## Capítulo II – A regulação da comunicação social em Angola

### 1. Evolução histórica do sistema de comunicação social angolano

Como pudemos observar, o tipo de regulação varia consoante o regime político e a família jurídica de cada país. Angola não foge à regra.

Assim, na análise da imprensa angolana, vale a pena lembrar que ela passou por três grandes momentos: o colonial, o pós-colonial e o actual. E durante estes, a transição de um regime político socialista para democrático liberal.

**I.** A imprensa angolana nasceu quando Angola ainda era província ultramarina de Portugal (**período colonial**) em 1836, com o jornal “Boletim do Governo Geral da Província de Angola”, que transmitia as informações legais, comerciais e gerais necessárias ao público residente na colónia. Onze anos mais tarde, em 1847, este jornal foi actualizado e passou a designar-se “Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola” e, em 1856, surge “Aurora”, o primeiro jornal de carácter literário e recreativo, fundado por Ernesto Marecos, F.Teixeira da Silva, Alexandre Balduino e Alfredo Sarmiento<sup>48</sup>.

**II.** Com a **independência**, alguns nomes fortes do jornalismo angolano optaram por emigrar para Portugal e poucos foram os que ficaram em Angola, pelo facto de não pertencerem aos “agentes da mudança” operada na nova comunicação social. Só ficou quem tinha identidade ideológica com o partido no poder e activos defensores da causa independentista<sup>49</sup>.

Ainda assim, a comunicação angolana não ficou completamente depauperada com a “fuga” de quadros no período da descolonização. Muitos profissionais, com experiência adquirida no tempo colonial, mantiveram-se no

---

<sup>48</sup> Para mais vide Lourenço, João Pedro da Cunha - **A imprensa e a problemática da liberdade de imprensa em Angola: 1866-1923**, Luanda, [Tese de Monografia] 2003, pág. 10.

<sup>49</sup> Mateus, Ismael - **Contributos para uma discussão sobre a comunicação social angolana: introdução**. Internet [consult. 03/01/16]. Disponível em WWW: <URL: <http://goo.gl/is7xSN>>

país e a estes juntaram-se "novos quadros", sendo que a maior parte deles vieram da vida política<sup>50</sup>.

Segundo Ismael Mateus “os primeiros anos de independência foram férteis para sair a primeira fornada de futuros jornalistas, estes sim, saídos dos liceus e apanhados pela grande onda nacionalista”<sup>51</sup>.

Ao contrário do que tinha acontecido em quase todos os sectores da actividade nacional, a comunicação social angolana teve razoáveis condições para a passagem do testemunho de uma geração de profissionais experientes para jovens amadores revolucionários, que “invadiram” a Rádio Nacional (ex - Emissora oficial), o Rádio clube (emissora Católica), o jornal A Província de Angola (depois convertido em Jornal de Angola) e o Diário Popular<sup>52</sup>.

Daí resultou uma comunicação social "ao serviço do povo", seguindo uma matriz idêntica à praticada pela comunicação social dos Estados socialistas do bloco do leste, onde os órgãos de informação eram uma extensão do poder político e, por isso, por ele controlados.

Em termos de direitos de propriedade, houve uma nacionalização dos meios privados e, passados cinco anos sobre a data da independência, a comunicação social angolana estava reduzida a um diário, uma rádio, uma televisão, uma agência de notícias e uma revista mensal, todas pertença do Estado, onde os ideólogos do regime tornaram-se responsáveis pela linha editorial dos órgãos de comunicação social<sup>53</sup>.

Cumpru-se a primeira etapa do jornalismo pós-independência de Angola com as linhas de orientação dos media directamente estabelecidas pelo partido no

---

<sup>50</sup> Eram maioritariamente comissários políticos e agitadores de massas que por razões políticas e de luta se haviam tornado comunicadores e "jornalistas". Vide Mateus, Ismael - **Contributos para uma discussão sobre a comunicação social angolana: introdução**. Internet [consult. 03/01/16]. Disponível em WWW: <URL: <http://goo.gl/is7xSN>>

<sup>51</sup> **Ismael Mateus**, jornalista angolano, no seu artigo sobre “Contributos para uma discussão sobre a comunicação social angolana”, disponível em WWW: <URL: <http://www1.ci.uc.pt/iej/alunos/2001/angola/introducao.html>>

<sup>52</sup> Mateus, Ismael – **idem**, disponível em WWW: <URL: <http://goo.gl/is7xSN>>

<sup>53</sup> Mateus, Ismael – **idem**, disponível em WWW: <URL: <http://goo.gl/is7xSN>>



poder (Movimento Popular de Libertação de Angola<sup>54</sup>) através de uma subordinação dos órgãos de imprensa a um departamento do mesmo (Departamento de Informação e Propaganda) e a componente técnica foi garantida pela reduzida assessoria estrangeira, cursos regulares e estágios nos países do bloco do leste.

Só no início dos anos 80, as linhas de orientação passaram a esquivar-se das directrizes partidárias e da ideia da imprensa ser uma extensão do governo. Alguns órgãos de informação como o Jornal de Angola tinham crónicas diárias que abordavam as questões quotidianas e faziam tímidas críticas de ordem moral. Na rádio multiplicaram-se também programas especializados, como os de economia, de realce da identidade nacional, da promoção da mulher e igualdade de direitos e de desportos<sup>55</sup>.

A União dos Jornalistas Angolanos (UJA) também foi criada nesta época, que ficou marcada por um registo jornalístico muito interventivo em questões sociais.

No final dos anos 80, as mudanças mundiais demonstravam o colapso do regime pré-socialista em Angola, o que levou o governo a empreender sucessivas reformas nos quadros do aparelho público. Assim, foram integrados em sectores do partido e do governo quadros chave adstritos aos media, o que deixou várias redacções "órfãs" dos seus chefes e dos quadros intermédios<sup>56</sup>.

A guerra civil angolana começou logo depois da independência do país, devido a disputas de movimentos de libertação sobre quem devia governar o país, tendo terminado em 2002. Teve momentos mais e menos intensos, onde para a

---

<sup>54</sup> (MPLA) partido político no poder na época e actualmente.

<sup>55</sup> Mateus, Ismael - **Contributos para uma discussão sobre a comunicação social angolana: introdução**. Internet [consult. 03/01/16]. Disponível em WWW: <URL: <http://goo.gl/is7xSN>>

<sup>56</sup> Como vimos aqui, no período pós-independência a passagem de testemunho entre gerações é feita com alguma tranquilidade, tendo, sobretudo em conta, que permitiu, numa primeira fase que a "velha guarda" e os mais novos trabalhassem em conjunto e, mais tarde, possibilitou que esses últimos pudessem estabilizar e definir um rumo próprio. Para mais vide Mateus, Ismael – **idem**, disponível em WWW: <URL: <http://goo.gl/is7xSN>>

imprensa são de destacar a quase total restrição de informações pluralistas e o controlo “quase absoluto” das linhas editoriais por parte do partido no poder.

Com o colapso geral do sistema e o atribulado recurso “aos homens da imprensa”, o processo de transmissão de conhecimentos não foi concluído. Os jovens jornalistas rapidamente perderam o contacto com os seus mestres e, pior ainda, foram prematuramente chamados a assumir tarefas para as quais não estavam tecnicamente preparados.

A euforia que se seguiu dos acordos de Bicesse até às eleições de 1992 esconderam uma realidade assente no fraco nível das matérias jornalísticas, na fraca qualidade técnica dos seus chefes, no fraco conhecimento (pelos jornalistas) de instrumentos básicos como o código deontológico e o estatuto dos jornalistas e, por fim, no quase nulo reconhecimento do trabalho jornalístico pelas autoridades governamentais<sup>57</sup>.

Apesar de ter sido criado um curso médio de jornalismo, a qualidade dos candidatos a jornalistas não aumentou consideravelmente e as dificuldades advindas da guerra, as sucessivas crises económicas e a necessidade governamental de instrumentalização dos media foram empurrando os jornalistas angolanos para o fraco nível técnico que ainda hoje se repercute, sobretudo nos órgãos estatais.

**IV.** Actualmente, a comunicação social angolana acaba por estar novamente "recrutada" a um papel mais interventivo, sendo que, desta vez, não ao serviço do partido no poder como nos primeiros anos da independência, mas sim pela defesa da "coisa pública" e dos direitos, liberdades e garantias fundamentais<sup>58</sup>.

---

<sup>57</sup> Mateus, Ismael - **Contributos para uma discussão sobre a comunicação social angolana: introdução**. Internet [consult. 03/01/16]. Disponível em WWW: <URL: <http://goo.gl/is7xSN>>

<sup>58</sup> Mateus, Ismael - **Contributos para uma discussão sobre a comunicação social angolana. os media em Angola**. Internet [consult. 03/01/16], disponível em WWW: <URL: <http://goo.gl/xfzsVJ>>

Com mais de doze (12) jornais impressos, nove (9) jornais digitais<sup>59</sup>, quatro canais (4) de televisão e mais de treze (13) rádios locais e nacionais, o actual sistema de regulação da imprensa demonstra-se bem mais evoluído e a ganhar “corpo”. Os princípios estruturantes reguladores da comunicação social estão mais vinculados, há mais contraditório, mais e melhores organismos reguladores e sobretudo, mais regulação no plano constitucional e internacional<sup>60</sup>.

## 2. A Constituição e a comunicação social

I. Houve um longo percurso constituinte que se iniciou a 1974 e terminou em 2010 com a actual Constituição da República de Angola (CRA). Ela comporta um estatuto, um projecto, uma tábua de valores e de leis do Estado, que deve ser suficientemente densificada para reger, orientar e se adaptar às necessidades da vida<sup>61</sup>.

II. Da revolta dos cravos à independência de Angola e algum tempo depois a assinatura dos Acordos de Alvor e a transição do poder, surgiu a 30 de Junho de 1975, a primeira lei fundamental que vigorou até a aprovação e promulgação da Constituição Política da República e tomada de posse os órgãos de soberania (que ocorreu 11 de Novembro de 1975)<sup>62</sup>.

De 1974 à 1975, só houve factos políticos constitucionalmente relevantes, ou seja, tínhamos uma Constituição meramente política, que se estendeu até

---

<sup>59</sup> Nos jornais digitais são distinguidos aqueles que são **exclusivamente digitais** como é o caso do MakaAngola, Angop, Angola 24, Luanda digital e Cabinda digital, dos que também possuem uma **versão online** como o Jornal dos desportos, folha 8 e Jornal de Angola. Cfr. Guia de Media – **Jornais de Angola**. Internet [consult. 03/01/16], disponível em WWW: <URL: <http://goo.gl/pW9Qg>>

<sup>60</sup> Apesar de existir mais legislação regulamentar da imprensa, nem todos os sectores estão regulados (um exemplo é a **Televisão** que até hoje não viu nenhum diploma especializado a regulá-la) e nem todos os diplomas estão actualizados, por exemplo o diploma que regula o Conselho Nacional da Comunicação é de 1992 e não se adapta no verdadeiro sentido à nova realidade social.

<sup>61</sup> A Constituição não dá respostas às necessidades, serve de fundamento as estas respostas, ou seja, limite ou inspiração às respostas mais importantes da vida em sociedade. Cfr. Feijó, Carlos Maria, Sousa, Bornito de, Paulo, António Rodrigues et al. - **Constituição da República de Angola: enquadramento histórico e trabalhos preparatórios**, 2015, pág.12.

<sup>62</sup> Para mais vide Feijó, Carlos Maria, Sousa, Bornito de, Paulo, António Rodrigues et. al – **Constituição da República de Angola: enquadramento histórico e trabalhos preparatórios**, 2015, págs. 15 à 18.

1990. Neste ano iniciaram-se os três processos mais marcantes da história constitucional angolana:

- (i) Reforma económica do Estado ou passagem da economia centralizada para a economia de mercado;
- (ii) Transição do mono partidarismo para o multipartidarismo;
- (iii) Transição da democracia socialista para a democracia pluralista<sup>63</sup>.

Em 1991<sup>64</sup>, com os acordos de paz, a Assembleia do povo<sup>65</sup> autorizou o Presidente da República a assinar vários documentos integrantes destes mesmos acordos, tal como o **documento sobre os princípios fundamentais para a instauração da paz em Angola**.

Com base neste documento foram aprovadas várias leis, dentre elas, diplomas referentes a comunicação social: a Lei sobre o Conselho Nacional de Comunicação Social (Lei n.º 7/92 de 16 de Abril), a Lei do Direito de Antena e do Direito de Resposta e Réplica Política dos Partidos Políticos (Lei n.º 8/92 de 16 de Abril) e a Lei reguladora do Exercício da Actividade de Radiodifusão (Lei n.º 9/92 de 16 de Abril)<sup>66</sup>.

Ainda em cumprimento do disposto nos Acordos de Bicesse (Acordo de paz), em 1992, foi revista a Lei constitucional e com ela houveram melhorias significativas quanto ao respeito do princípio da separação de poderes, da reserva da Constituição e, em especial, relativas à comunicação social<sup>67</sup>.

Tal revisão foi o ponto mais alto das inovações da Lei Constitucional de 1992 (e que até os dias de hoje marcam a Constituição de 2010), onde são de

---

<sup>63</sup> Feijó, Carlos Maria, Sousa, Bornito de, Paulo, António Rodrigues et. al – **Constituição da República de Angola: enquadramento histórico e trabalhos preparatórios**, 2015, pág. 22

<sup>64</sup> E parte do ano de 1992.

<sup>65</sup> Agora Assembleia Nacional.

<sup>66</sup> Como é possível notar, a Constituição sempre teve um carácter político e só com o multipartidarismo e os Acordos de Bicesse, começou a regular áreas mais sociais (comunicação) embora pensando numa vertente política. Para mais vide Feijó, Carlos Maria, Sousa, Bornito de, Paulo, António Rodrigues et. al – **Constituição da República de Angola: enquadramento histórico e trabalhos preparatórios**, 2015, págs 34 e segts.

<sup>67</sup> Feijó, Carlos Maria, Sousa, Bornito de, Paulo, António Rodrigues et. al – **Constituição da República de Angola: enquadramento histórico e trabalhos preparatórios**, 2015, págs 40 e segts.

realçar a consagração da liberdade de imprensa - que garante uma imprensa livre de qualquer tipo de censura, sem prejuízo desta liberdade ser regulada por lei (no artigo 35.º da LC) - e a consagração da liberdade de expressão - que estabelece ao mesmo tempo a liberdade de informação, de reunião, de manifestação, de associação e de todas as formas de expressão (no artigo 32.º da LC<sup>68</sup>).

A actual Constituição (aprovada aos 21 de Janeiro de 2010) é o culminar deste processo constituinte. Apresenta-se visivelmente mais madura (evoluída) e com uma sistematização intimamente ligada aos seus princípios estruturantes<sup>69</sup>.

**III.** Uma vez que os princípios jurídicos fundamentais do Estado são os princípios acolhidos de forma expressa ou tácita na Constituição, o princípio do Estado democrático a que se refere o artigo 2.º da CRA alicerça-se num conjunto de valores fundamentais como a liberdade, a igualdade, a justiça e a solidariedade, cujo centro de gravidade é a dignidade da pessoa humana<sup>70</sup>.

A compreensão deste princípio à luz de tais valores permite-nos falar em *democracia económica, social e cultural*, a qual se concretiza através da consagração de um conjunto de **tarefas fundamentais do Estado** neste domínio, nomeadamente a criação progressiva das condições necessárias à efectivação dos direitos económicos, sociais e culturais, nos termos do artigo 21.º da CRA.

Deste modo, é no **Título II da Constituição** - Direitos e Deveres Fundamentais - que encontramos as mais relevantes matérias sobre a regulação da comunicação social. Este título compreende uma *summa divisio* que distingue os direitos, liberdades e garantias estritamente ligados a comunicação social dos genéricos mas correlacionados<sup>71</sup>:

---

<sup>68</sup> Embora, ao nosso ver, este artigo foi pensado para recair mais para uma vertente individual, faz parte da comunicação social, é corolário da liberdade de imprensa, sendo ali proibida qualquer tipo de censura, mas tem o seu exercício regulado por lei, nos termos do artigo 32.º, n.º 2 da CRA.

<sup>69</sup> Princípios como os de Estado democrático de direito (artigo 2.º) bem como direitos e deveres advindos dele e não meramente políticos.

<sup>70</sup> Machado, Jónatas E.M. e Costa, Paulo Nogueira da – **Direito constitucional angolano**, 2011, págs. 137 e 138.

<sup>71</sup> Machado, Jónatas E. M. e Costa, Paulo Nogueira da – **Direito constitucional angolano**, 2011, págs. 155 e 156.

**i) Liberdade de imprensa** – prevista no artigo 44.º - é uma forma de manifestação da liberdade de expressão quando exercida através dos meios de comunicação social. Ou seja, é a liberdade de transmitir ou comunicar informações a outrem e de as difundir sem impedimentos através da imprensa<sup>72</sup>.

A liberdade de imprensa é ainda o direito dos jornalistas fundarem jornais, de intervirem na orientação editorial do órgão de comunicação onde trabalham, de acesso às fontes de informação e de sigilo profissional.

Estritamente ligada à liberdade de imprensa está o princípio da independência, que desde a sua nascença (quando a liberdade de imprensa era uma liberdade resistência contra os poderes públicos) sempre preservou uma liberdade de expressão e criação jornalística, que mesmo nos casos de media com capital público estabelece o princípio da salvaguarda da sua autonomia e independência editorial face ao poder público ou político<sup>73</sup>.

Ainda assim, a liberdade de imprensa não é discricionária, ela sofre limitações decorrentes de outros direitos constitucionais consagrados (como os direito à honra, direito à imagem, à vida privada, etc) e da lei<sup>74</sup>.

**ii) Liberdade de expressão e de informação** – junta-se as duas liberdades<sup>75</sup> de forma a assegurar o direito de exprimir, divulgar e partilhar livremente os pensamentos, ideias (...), bem como o direito de informar, de se informar e ser informado, sem impedimentos nem discriminações; o que corresponde a toda proibição de qualquer tipo de censura, nos termos do artigo 40.º, n.ºs 1 e 2 da CRA.

---

<sup>72</sup> Censura prévia. Para mais vide Araújo, Raul Carlos Vasques e Nunes, Elisa Rangel – *Constituição da República de Angola: anotada*, 2014, págs. 327 e sgts.

<sup>73</sup> Araújo, Raul Carlos Vasques e Nunes, Elisa Rangel – **Constituição da República de Angola: anotada**, 2014, pág. 329.

<sup>74</sup> Lei geral e militar que visam a salvaguarda da soberania nacional, da integridade territorial e outras questões fulcrais do Estado. Cfr. Araújo, Raul Carlos Vasques e Nunes, Elisa Rangel – **Constituição da República de Angola: anotada**, 2014, págs. 328 e 329.

<sup>75</sup> Apesar de parecer a mesma coisa estamos diante de liberdades distintas, a **liberdade de expressão** que consiste apenas na divulgação de factos, dados e qualidades objectivamente apurados, e a **liberdade de informar** que consiste na liberdade de expressão de pensamento por vários meios como palavras escritas, imagens ou até mesmo pelo silêncio. Cfr. Araújo, Raul Carlos Vasques e Nunes, Elisa Rangel – **Constituição da República de Angola: anotada**, 2014, pág. 328.

A liberdade de expressão compreende a exteriorização de valores e crenças intrínsecos, bem como a forma e os instrumentos para a sua exteriorização.

Enquanto direito negativo ou de defesa da liberdade de expressão, ela é corolário da liberdade de pensamento e de opinião<sup>76</sup> e enquanto direito positivo é um direito positivo de acesso aos meios de expressão, compreendo assim os direitos de resposta e de antena dos partidos políticos.

Por seu turno, a liberdade de informação consiste no direito de procura e recolha de informações sem ser impedido, bem como o de se manter adequada e verdadeiramente informado. Dela resultam o direito de informar, de se informar e de ser informado.

Tal como na liberdade de imprensa, a Constituição e a Lei definem os mesmos limites à liberdade de expressão e de informação. Esta limitação tem por base o pressuposto segundo o qual “todos os direitos são iguais, não havendo uns mais importantes do que outros”<sup>77</sup>.

Assim, em caso de conflito entre o direito de informação com outro direito fundamental deve-se, através do princípio da concordância prática ou da harmonização, impor a coordenação dos bens jurídicos em conflito de forma a evitar o sacrifício total de uns em relação aos outros.

**iii) Direitos à identidade, à privacidade e à intimidade** - funcionam como “limites” ao exercício às liberdades de expressão, informação e de imprensa, nos termos do artigo 40.º, n.º 3, da CRA.

Assim, os direitos ao bom-nome e reputação, à imagem, à palavra, à reserva da intimidade da vida privada e familiar, bem como outros conexos e derivados dele restringem o exercício dos direitos dos jornalistas, das empresas

---

<sup>76</sup> São componentes desta **liberdade**, as liberdades de consciência e de culto, a de criação cultural, a liberdade de ensinar e de aprender, bem como a de reunião e manifestação. Cfr Araújo, Raul Carlos Vasques e Nunes, Elisa Rangel – **Constituição da República de Angola: anotada**, 2014, pág. 328.

<sup>77</sup> Araújo, Raul Carlos Vasques e Nunes, Elisa Rangel – **Constituição da República de Angola: anotada**, 2014, pág. 329.

de comunicação social e dos particulares, nos casos expressamente estabelecidos por lei, apenas ao necessário, proporcional e razoável, salvaguardando outros direitos ou interesses constitucionalmente protegidos<sup>78</sup>.

**Direito de antena, de resposta e de réplica política** – previsto no artigo 45.º - consiste no direito de qualquer pessoa singular ou colectiva, pública ou privada, que se considere (directa ou indirectamente) prejudicada por qualquer publicação ou emissão de um órgão de comunicação social, fazer o esclarecimento que considere pertinente sobre o assunto em causa<sup>79</sup>.

O direito de antena é accionado nos períodos eleitorais (eleições gerais, autárquicas e referendos) onde os concorrentes têm direito a tempos de antena nas estações de radiodifusão e de televisão públicas de acordo com o âmbito da eleição<sup>80</sup>.

O direito de réplica política assegura que os partidos políticos representados na Assembleia Nacional tenham direito de resposta e réplica política às declarações do Executivo (Governo)<sup>81</sup>.

O direito de resposta e rectificação corresponde ao direito de todas as pessoas singulares e colectivas, nos termos da lei e em condições de igualdade e eficácia, responderem e rectificarem as informações que lhes dizem respeito, bem como serem indemnizados pelos danos sofridos.

---

<sup>78</sup> Essa restrição reveste ainda um carácter geral e abstracto e não pode ter efeito retroactivo nem diminuir a extensão e o alcance do conteúdo essencial dos preceitos constitucionais, nos termos do **artigo 57.º** da CRA.

<sup>79</sup> Araújo, Raul Carlos Vasques e Nunes, Elisa Rangel – **Constituição da República de Angola: anotada**, 2014, pág. 332.

<sup>80</sup> A Lei sobre os Direitos de Antena, Resposta, Rectificação e Réplica política (Lei n.º 8/92 de 16 de Abril) foi revogada pela lei dos partidos políticos (Lei n.º 2/05 de 1 de Julho, que por sua vez foi revogada pela actual lei dos partidos políticos) e desde a sua revogação não foi criada outra que a substituisse exactamente nas mesmas matérias. A matéria foi constitucionalmente consagrada e quanto a regulação infra, os **direitos de antena e réplica política** estão regulados pela lei eleitoral e pelo regulamento dos media às mesas de voto (...), da mesma forma que os **direitos de resposta e rectificação** são regulados pela lei de imprensa.

<sup>81</sup> Raul Araújo e Elisa Rangel defendem que “este direito ocorre à todos os partidos se se tratarem de declarações de política geral e só à um se a declaração for apenas dirigida àquele”. Cfr Araújo, Raul Carlos Vasques e Nunes, Elisa Rangel – **Constituição da República de Angola: anotada**, 2014, pág. 332



Por outro lado, fazem parte, embora de forma genérica, mas correlacionados ao conteúdo constitucional da comunicação social angolana, os direitos, liberdades e garantias seguintes:

- (i) O princípio de Estado democrático de direito (artigo 2.º da CRA), assente no princípio de Estado de direito e no princípio democrático<sup>82</sup> não se esgota na dimensão política, tendo como fundamento o pluralismo de expressão<sup>83</sup>. A democracia revela-se também como um projecto orientado para objectivos de **intervenção social** como o da construção de uma sociedade livre, justa e solidária através da efectivação dos direitos económicos, sociais e culturais<sup>84</sup>.
- (ii) Liberdade de criação cultural e científica – prevista no artigo 43.º da CRA, compreende não só o direito que as pessoas têm de ter acesso à cultura mas também o direito de criarem e divulgarem as suas obras literárias e artísticas, englobando o direito à invenção, produção e divulgação da obra bem como a protecção legal dos direitos autorais<sup>85</sup>.
- (iii) Liberdade de escolha profissional – prevista no artigo 53.º da CRA, estabelece que ninguém pode ser prejudicado na sua colocação, no seu emprego, na sua carreira profissional ou nos benefícios sociais a que tenha direito em virtude do exercício legítimo dos direitos de expressão, de informação e de imprensa. E ainda no sentido de ser

---

<sup>82</sup> Araújo, Raul Carlos Vasques e Nunes, Elisa Rangel - **Constituição da República de Angola: anotada**, 2014, pág. 184

<sup>83</sup> O princípio do Estado de direito pressupõe a garantia da protecção jurídica e abertura da via judiciária, para se assegurar ao cidadão a defesa de lacunas bem como o princípio da proporcionalidade ou o princípio da proibição dos excessos que assegura os limites do Estado na restrição de direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, funcionam como um princípio básico de polícia. Cfr. Araújo, Raul Carlos Vasques e Nunes, Elisa Rangel - **Constituição da República de Angola: anotada**, 2014, págs.183 a 185.

<sup>84</sup> Carvalho, Alberto Arons de, Cardoso, António Monteiro e Figueiredo, João Pedro – **Direito da comunicação social**, 2003, pág. 42

<sup>85</sup> É bastante relevante para a comunicação social, especialmente quanto a divulgação de peças jornalistas e aferição da sua autoria (se pertence ao jornal onde o jornalista trabalha ou à pessoa do jornalista). É corolário do direito de propriedade intelectual que assegura a liberdade de expressão da actividade intelectual, artística, política, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença, nos termos do n.º 1 do artigo 42.º da CRA. Para mais vide Araújo, Raul Carlos Vasques e Nunes, Elisa Rangel - **Constituição da República de Angola: anotada**, 2014, pág. 325.

impedido de aceder a cargos públicos (excepto nos casos previstos pelo n.º 3 do mesmo artigo)<sup>86</sup>.

- (iv) Direito de propriedade privada<sup>87</sup> – para nós, o direito de propriedade não é o que taxativamente a Constituição consagra, vai para além desta; numa vertente dos media, o direito de propriedade privada traduz-se na liberdade de iniciativa económica privada e organização empresarial (artigos 38.º) em que é garantido a todos a livre fundação de empresas jornalísticas, editoriais e noticiosas<sup>88</sup>.
- (v) Direitos e garantias dos administrados - os cidadãos têm direito de ser informados pela Administração e de ter acesso aos registos administrativos, nos termos do artigo 200.º da CRA. Daqui resulta o direito dos jornalistas de acesso às fontes de informação<sup>89</sup>.
- (vi) Direito ao acesso à tutela jurisdicional efectiva - assegura o livre acesso aos tribunais para a defesa dos direitos e interesses legalmente protegidos, o direito à informação e às consultas jurídicas, o direito ao patrocínio judiciário e a fazer-se acompanhar por advogado perante qualquer autoridade pública ou privada (artigo 29.º)<sup>90</sup>.

---

<sup>86</sup> O acesso a cargos públicos é um direito que não se confunde com acesso à função pública nem a cargo político, ele compreende a possibilidade de trabalhar numa entidade pertencente à administração directa e indirecta do Estado; é também proibida a discriminação em virtude do exercício de direitos políticos. Cfr. Araújo, Raul Carlos Vasques e Nunes, Elisa Rangel – **Constituição da República de Angola: anotada**, 2014, pág. 350.

<sup>87</sup> Sustenta o direito das pessoas colectivas privadas serem proprietárias de órgãos da comunicação social e desta forma incentiva ao pluralismo, garante a liberdade de imprensa e sobretudo materializa direitos e liberdades constitucionalmente consagradas.

<sup>88</sup> Araújo, Raul Carlos Vasques e Nunes, Elisa Rangel – **Constituição da República de Angola: anotada**, 2014, pág. 301 e Carvalho, Alberto Arons de, Cardoso, António Monteiro e Figueiredo, João Pedro – **Direito da comunicação social**, 2003, pág. 129.

<sup>89</sup> Uma vez que os direitos, liberdades e garantias constitucionais apresentam-se frequentemente redigidos em termos abertos e carenciados de densificação, os direitos e garantias dos administrados são densificados nas **Normas da Actividade e Procedimento da Administração Pública** (DL n.º 16-A/75 de 15 de Dezembro) e na **Lei do Acesso aos Documentos administrativos** (Lei n.º 11/02 de 16 de Agosto).

<sup>90</sup> Assim, a CRA garante o acesso aos tribunais para a tutela jurisdicional de direitos fundamentais, prioridade e celeridade nos processos para a defesa efectiva e em tempo útil contra ameaças ou violações dos direitos, liberdades e garantias, não podendo a justiça ser denegada a qualquer pessoa (singular ou

Para além dos direitos, liberdades e garantias propriamente ditas já referidas, a Constituição prevê expressamente (no seu artigo 27.º) a existência de outros direitos de natureza análoga a estes, consagrados por lei ou convenção internacional<sup>91</sup>, que veremos de seguida.

As **restrições** aos direitos, liberdades e garantias referente aos media devem revestir um carácter geral e abstracto, porque não obstante a proibição de censura<sup>92</sup>, estes têm os seus limites padronizados através da consagração de outros direitos. Da mesma forma que as **infracções** cometidas no exercício destes direitos fazem incorrer o seu autor em diversas responsabilidades cumulativas e alternativas, nomeadamente: a disciplinar, a civil e a penal.

Deste modo, a CRA consagra a plenitude dos **meios de protecção** dos direitos fundamentais para defesa dos direitos, liberdades e garantias relativas a comunicação social, onde são de destacar o recurso aos tribunais e o direito de petição<sup>93</sup>.

Em suma, parece-nos claro que a actual Constituição apresenta um amadurecimento e alargamento dos direitos fundamentais, em especial no sector da comunicação social, ao mesmo tempo que consagra a liberdade de expressão, de informação e de imprensa estabelece igualmente limites ao seu exercício através da protecção da honra e reputação, imagem, reserva da vida privada e de outras limitações legislativas<sup>94</sup>.

### 3. Traços fundamentais da regulação legislativa da comunicação social

---

colectiva) por insuficiência de meios económicos. Cfr. Machado, Jónatas E. M. e Costa, Paulo Nogueira da – **Direito Constitucional Angolano**, 2011, págs. 210 e 211.

<sup>91</sup> Vide Machado, Jónatas E. M. e Costa, Paulo Nogueira da – **Direito Constitucional Angolano**, 2011, pág. 181.

<sup>92</sup> Se refere a todo tipo de censura, incluído as dos directores de redacção.

<sup>93</sup> A CRA consagra como meios de tutela diversos mecanismos **jurisdicionais** (tribunais, direito de ação popular, de suscitar a inconstitucionalidade, *habeas corpus* e *habeas data*) e **não jurisdicionais** (como o direito de petição e os direitos e garantias dos cidadãos perante a Administração). Cfr. Machado, Jónatas E. M. e Costa, Paulo Nogueira da – **Direito Constitucional Angolano**, 2011, págs. 210 a 215.

<sup>94</sup> Vide Feijó, Carlos Maria, Sousa, Bornito de, Paulo, António Rodrigues et al. – **Constituição da República de Angola: enquadramento histórico e trabalhos preparatórios**, 2015, págs.61 e segts

Este capítulo é repartido em duas partes: uma referente aos principais diplomas internacionais que vinculam o Estado angolano e outra relativa aos diplomas internos.

### **3.1. Principais diplomas internacionais vigentes em Angola**

Dos diplomas internacionais que vinculam Angola e são implementados directamente no direito interno, elencamos os seguintes:

#### **A. A Declaração Universal dos Direitos do Homem**

A Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH) foi proclamada em 1948 com o intuito de reconhecer a dignidade da pessoa humana, os seus direitos iguais e inalienáveis, favorecer o progresso social e instaurar melhores condições de vida dentro de uma liberdade mais ampla. Consagrou, dentre outras, várias disposições ligadas directa e indirectamente à comunicação social, nomeadamente:

i) O direito à personalidade jurídica, no seu artigo 6.º, ao estatuir que todos têm direito à identidade pessoal, ao nome, à personalidade e capacidade jurídica, que neste âmbito acarretam o que a CRA consagra de direitos à identidade, à privacidade e à intimidade<sup>95</sup>.

ii) A livre comunicação dos pensamentos e das opiniões (artigo 11.º) por considerar ser um dos mais preciosos direitos do Homem. Tal disposição reflecte-se na liberdade de expressão, de informação, de pensamento e de todas as suas componentes quando dispõe que “todo o cidadão pode, portanto, falar, escrever, imprimir livremente respondendo, todavia pelos abusos desta liberdade nos termos da lei”.

iii) A proibição de intromissões arbitrárias à vida privada, à família, ao domicílio e os ataques à honra e reputação, sob pena de tais intromissões serem sancionadas por lei, consagrada no artigo 12.º do diploma, que reflecte-se, de igual modo, no direito à identidade, à privacidade e à intimidade.

---

<sup>95</sup> Araújo, Raul Carlos Vasques e Nunes, Elisa Rangel – **Constituição da República de Angola: anotada**, 2014, pág. 284

iv) A liberdade de pensamento, consciência e religião consagrada no artigo 18.º, é complementada pelo direito de todos à liberdade de opinião e expressão sem constrangimentos, que compreende o direito de investigar, receber informações e opiniões e de divulgá-las sem limitação de fronteiras, nos termos do artigo 19.º.

v) A livre escolha da profissão e a protecção ao desemprego são também aqui consagradas no artigo 23.º, ao passo que a liberdade de associação e os direitos dos administrados são consagrados pelos artigos 22.º e 25.º respectivamente na sua essência nos mesmos termos que a CRA os consagra.

Em suma, o desconhecimento ou desprezo dos direitos humanos conduzem a actos de barbárie que revoltam a consciência da humanidade, por isso esses diplomas são essenciais à protecção dos direitos do homem através de um regime de direito. Isto é, através da proclamação, ratificação e efectiva implementação nos ordenamentos jurídicos de cada país para permitir que os seres humanos sejam livres de falar e de crer, libertos do terror e da miséria<sup>96</sup>.

## **B. A Carta dos Direitos Africanos**

A Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, aprovada pela OUA, a 26 de Junho de 1981, em Nairobi – Quénia, tem em linha de conta a dignidade humana, o reconhecimento dos direitos e liberdades do Homem, bem como a união dos Povos Africanos.

Consagra o direito à informação, de exprimir e difundir suas opiniões ao estatuir no seu **artigo 9.º** que “toda a pessoa tem direito à informação e toda a pessoa tem direito de exprimir e de difundir as suas opiniões no quadro das leis e regulamentos”.

Acresce a liberdade de consciência, de profissão e a prática da livre religião (artigo 8.º), onde ninguém pode ser constrangido de as exercer em pleno devido a medidas injustificadas.

---

<sup>96</sup> Inspirado no Preâmbulo do Texto da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

A liberdade de associação, nos mesmos moldes que a DUDH, assegurando o direito das pessoas livremente se reunirem e criarem organizações que não atentem a segurança nacional, a saúde, a moral e a ordem pública das pessoas (artigo 10.º).

A liberdade de criação cultural e científica, ao assegurar a preservação e reforço dos valores culturais africanos positivos, num espírito de tolerância e de diálogo, bem como ao contribuir para a promoção da saúde moral da sociedade<sup>97</sup>”

Em suma e à luz do seu diploma inspirador (DUDH), a Carta Africana consagra de igual modo o direito de participação política e livre escolha profissional (artigo 13.º), bem como o direito de propriedade (artigo 14.º).

### C. A Declaração de Windhoek de 1991

A Declaração de Windhoek foi aprovada em 03 de Maio de 1991, na Namíbia, e consiste na **afirmação dos princípios da imprensa livre**. Ela resulta de uma compilação realizada por jornalistas da imprensa (escrita) em África durante um seminário da UNESCO sobre a “Promoção de uma Imprensa Africana Independente e Pluralista<sup>98</sup>”.

A declaração constituiu um apelo à mobilização para protecção dos princípios fundamentais da liberdade de expressão. Composta por **19 pontos**, a Declaração de Windhoek consagra várias situações, todas estritamente ligadas a comunicação social, tal como o estabelecimento, manutenção e a promoção de uma imprensa independente e pluralista, sendo esta liberdade a razão *sine qua*

---

<sup>97</sup> Araújo, Raul Carlos Vasques e Nunes, Elisa Rangel – **Constituição da República de Angola: anotada**, 2014, pág. 326

<sup>98</sup> Por causa da entrada em vigor desta declaração, há mais de 15 anos foi instituído o dia mundial da liberdade de imprensa pelas Nações Unidas como uma forma eficaz de sensibilizar as pessoas para a importância da liberdade de expressão e liberdade de imprensa, e de as informar sobre as violações da liberdade de imprensa, bem como para lembrar os governos sobre a necessidade de respeitar o seu compromisso com a liberdade de imprensa e para os profissionais de media reflectirem sobre esta questão e sobre a ética profissional e assim salvaguardar uma imprensa livre, independente e pluralista em todo mundo. Cfr. Centro Regional de Informação das Nações Unidas – **“Falar sem medo” nos 20 anos do dia mundial da liberdade de imprensa**. Internet [consult. 03 Jan. 2016], disponível em WWW: <URL: <http://goo.gl/8Phylj>>

*non* para o desenvolvimento económico e a manutenção da democracia numa nação<sup>99</sup>.

A protecção da segurança e integridade física dos jornalistas contra repressão, assassinatos, detenções, censuras e outras limitações são um dos pontos altos, alvos de discussão nesta Declaração<sup>100</sup>.

Ainda relativa à segurança, estamos a falar de pelo menos 17 jornalistas, chefes de redacção e editores que encontram-se em prisões africanas, e 48 jornalistas africanos foram assassinados no exercício da sua profissão entre 1969 e 1990<sup>101</sup>.

A UNESCO, em 2012, condenou o assassinato de 121 profissionais dos media, e ao longo da última década, mais de 600 jornalistas foram assassinados em todo o mundo.

Deste modo, garantir a segurança dos jornalistas tornou-se uma prioridade e por causa disso é o ponto mais alto da Declaração, o que levou a UNESCO liderar a elaboração de um **Plano de Acção sobre a Segurança dos Jornalistas e a Questão da Impunidade** prevendo um trabalho conjunto entre as agências da ONU e os seus parceiros para criarem um ambiente de trabalho mais seguro para os jornalistas<sup>102</sup>.

---

<sup>99</sup> Declaração de Windhoek de 1991.

<sup>100</sup> São limitados pelas pressões económicas e políticas, através de restrições sobre o papel de jornal; de sistemas de licenciamento que reduzem de muitos jornalistas, chefes de redacção e editores publicarem; restrição de vistos que impedem a livre circulação de jornalistas; restrições sobre a troca de notícias e informações e limitações sobre a circulação de jornais dentro dos países e a nível transfronteiriço. Para mais vide Centro Regional de Informação das Nações Unidas – **“Falar sem medo” nos 20 anos do dia mundial da liberdade de imprensa**. Internet [consult. 03 Jan. 2016], disponível em WWW: <URL: <http://goo.gl/8Phylj>>

<sup>101</sup> **Ponto 7** da Declaração de Windhoek de 1991.

<sup>102</sup> Ainda nesta senda, vários são os encontros realizados por iniciativa da ONU para se debater a questão da segurança dos jornalistas e de uma imprensa livre e pluralista, onde podemos realçar o encontro realizado a 03 de Maio de 2013 que contou com a participação do seu Secretário-Geral Ban Ki-moon e de Vuk Jeremic, Presidente da Assembleia-Geral, e abordou formas de garantir a segurança das pessoas que trabalham nos meios de comunicação, online e offline, com vista a promover uma imprensa livre, independente e pluralista. Cfr. Centro Regional de Informação das Nações Unidas – **idem**, disponível em WWW: <URL: <http://goo.gl/8Phylj>>

Por isso, os jornalistas consagraram nela que, como sinal de boa-fé, os governos africanos que prenderam jornalistas pelas suas actividades profissionais devem libertá-los imediatamente. De igual modo, os jornalistas que tiveram de deixar os seus países devem ser libertados para voltarem às suas actividades profissionais<sup>103</sup>.

Assim, para encorajar, consolidar as mudanças positivas que estão a ter lugar em África e combater as negativas, os Estados africanos devem ser estimulados a fornecer garantias constitucionais de liberdade de imprensa e de liberdade de associação, direccionar os seus fundos de apoio para o desenvolvimento e o estabelecimento de jornais, revistas e publicações periódicas não governamentais que reflectam a sociedade como um todo e os vários pontos de vista nas comunidades que servem<sup>104</sup>.

Em suma, a prioridade desta Declaração é ajudar na preservação das liberdades acima enumeradas, através da criação de associações de representação, de organizações profissionais ou de sindicatos de jornalistas realmente independentes, bem como de associações de chefes de redacção e editores, em todos os países da África onde estes organismos não existem.

### **3.2. Traços principais da regulação infraconstitucional da imprensa em Angola.**

O Ministério da Comunicação Social tem por missão propor a formulação, condução, execução e avaliação política do Executivo no domínio da comunicação social, bem como assegurar a comunicação institucional<sup>105</sup>.

Assim, cabe a este Ministério, à Assembleia Nacional e demais entes políticos e jurídicos previstos por lei, a regulação da comunicação social, a

---

<sup>103</sup> **Ponto 14** da Declaração de Windhoek de 1991.

<sup>104</sup> “Todos os fundos devem ter por objectivo encorajar o pluralismo, assim como a independência. Assim, a comunicação social pública deve ser financiada somente onde as autoridades garantem uma liberdade constitucional e efectiva da informação e da expressão e a independência da imprensa”. Cfr. **Ponto 11** da Declaração de Windhoek de 1991.

<sup>105</sup> Luacuti, Adalberto - **Génese da Constituição Angolana de 2010: o jornalismo a serviço do direito**, 2014, pág. 103.



iniciativa legislativa e o suporte para que esta exista e funcione de forma a estabelecer e promover uma imprensa livre, independente e pluralista.

Sem mais delongas, passamos a apresentar os principais traços da regulação legislativa infraconstitucional angolana constituída estritamente pela lei da imprensa, estatuto do jornalista, lei da radiodifusão e lei do conselho nacional de comunicação social, e largamente pela lei da publicidade, lei do acesso aos documentos administrativos, lei dos direitos do autor e outras.

➤ **Lei de Imprensa – Lei n.º 7/06 de 15 de Maio.**

A problemática da liberdade de expressão e de imprensa começa a ser infraconstitucionalmente regulada no ordenamento jurídico angolano em 1977, através da Lei n.º 7/77 de 26 de Maio. Foi em 1988 que os direitos e deveres por ela consagrados foram reforçados pela Lei n.º 10/88 de 2 de Julho<sup>106</sup>.

Com a abertura do país à democracia multipartidária, a questão atinente à Liberdade de Imprensa ganhou novos contornos e ficou mais esclarecida com a Lei n.º 22/91 de 15 de Junho, que foi revogada pela actual Lei de imprensa (Lei n.º 7/06 de 15 de Maio).

A actual Lei de Imprensa (LI) cobre situações que eram insuficientemente cobertas pela anterior e dá um tratamento mais desenvolvido a elas, no que toca à clarificação e tipificação de certas condutas omissas da antiga Lei de Imprensa (Lei n.º 22/91 de 15 de Junho), elaborada e aprovada num contexto em que o país ensaiava os primeiros passos da era multipartidária e democrática<sup>107</sup>.

Constituída por 90 artigos e oito (8) capítulos, a Lei de imprensa (Lei n.º 7/06 de 15 de Maio) é transversal a todos os sectores da comunicação social e visa estabelecer os princípios gerais que a actividade da comunicação social (televisão, rádio e jornal) deve enquadrar, com intuito de regular as formas de acesso e exercício da liberdade de imprensa.

---

<sup>106</sup> Lei de imprensa que veio revogar a anterior. Cfr. Canhanga, Luciano – **Análise e comentários à Lei n.º 7/06 de 15 de Maio – Lei de Imprensa**. Comunicação, etnografia, linguística e história. Internet [consult. 03 Jan. 2016], disponível em WWW: <URL: <http://goo.gl/J1izB8>>

<sup>107</sup> Canhanga, Luciano – **idem**, disponível em WWW: <URL: <http://goo.gl/J1izB8>>

No **primeiro capítulo**, que consagra as disposições gerais, são relevantes os direitos dos jornalistas à liberdade de expressão, de criação e divulgação, de acesso às fontes de informação e aos locais públicos, direito ao sigilo profissional, de participação na vida da empresa jornalística, de filiação em qualquer organização sindical ou outras instituições do país, entre outros (Artigo 17º da LI).

De igual modo, são relevantes os deveres dos jornalistas de informar com rigor, respeitar o perfil editorial da empresa jornalística, respeitar os limites ao exercício da liberdade de imprensa estabelecidos por lei, respeitar as incompatibilidades decorrentes do estatuto do jornalista, confrontar as fontes de informação e contribuir para a elevação do nível de educação cívica dos cidadãos, nos termos do artigo 18.º.

O **segundo capítulo** versa sobre as Empresas de Comunicação Social, nomeadamente os fins gerais dos órgãos de imprensa e a proibição do monopólio (artigos 24.º e 25º), bem como define os moldes em que devem ser constituídas as empresas jornalísticas, realçando os princípios estruturantes do sistema de regulação dos media – a transparência da propriedade, a liberdade de concorrência, (...) – e a obrigação da divulgação dos meios de financiamento<sup>108</sup>, nos termos dos artigos 26.º e 27.º.

O **terceiro capítulo** dispõe sobre a Organização das Empresas de Comunicação Social, nomeadamente o seu estatuto editorial que deve definir a linha de orientação (linha editorial), os objectivos, os órgãos de direcção, conselhos de redacção e suas competências (artigos 29º a 36º).

No **capítulo quarto**, são clarificadas as empresas de comunicação social, nomeadamente a sua definição, constituição e classificação (artigos 37.º a 44º), as condições para o exercício da actividade de radiodifusão: licenciamento e

---

<sup>108</sup> Na senda de **Luciano Canhanga** (no seu artigo sobre a análise e comentários à Lei 7/06 de 15 de Maio, disponível em WWW: <URL: <http://goo.gl/J1izB8>>) “é neste ponto que há um manifesto de discórdia pelos titulares de órgãos de comunicação social que na condição de empresários exigem um tratamento idêntico ao dispensado aos empresários de outras áreas que não são abrangidos por esta obrigação”.

limites desta actividade, que "é vetada aos partidos políticos, sindicatos" e demais previstos por lei (artigos 45.º a 58.º), as condições prévias para o exercício da actividade de televisão, sobretudo a designação do operador público e as formas de exploração (artigos 59.º a 62.º), bem como a garantida do direito de resposta e de rectificação – que podem ser exercidos relativamente a textos, som e imagens - as pessoas (singulares ou colectivas) que dele gozam e ainda os prazos para o exercício do mesmo (artigos 64.º a 68.º).

As responsabilidades pelo abuso da liberdade de imprensa são retratadas no **capítulo quinto**, que prevê a “responsabilização disciplinar, civil e criminalmente dos autores<sup>109</sup> de actos lesivos de interesse e valores protegidos por lei cometidos através da imprensa”, nos artigos 69.º a 81.º. São de destacar o crime de desobediência (artigo 75º), a responsabilização daqueles que atentarem contra a liberdade de imprensa (artigo 76º) e o exercício ilegal da actividade de imprensa (artigo 79º).

O **capítulo sétimo** dispõe sobre a Competência e Forma do Processo das infracções cometidas pela e contra a imprensa, remetendo as infracções previstas na lei em análise à responsabilidade dos tribunais comuns (artigo 82.º a 85.º) e o último capítulo as disposições finais.

Contudo, a nova lei de imprensa aprovada em 2011 pelo Parlamento angolano permitiu um maior nível de desenvolvimento do jornalismo angolano, visto ser mais abrangente, moderna e estar mais adequada ao actual contexto sociopolítico do país acabando como o monopólio do Estado sobre a televisão<sup>110</sup>.

#### ➤ **Estatuto do Jornalista - Decreto n.º 56/97, de 25 de Agosto.**

**I.** O Estatuto do Jornalista é igualmente um diploma transversal a todos os sectores da comunicação social, onde estão definidos a condição e os direitos e

---

<sup>109</sup> A responsabilidade criminal de actos cometidos através da imprensa admite comparticipação, nos termos do artigo 73.º da Lei de Imprensa.

<sup>110</sup> Lei de imprensa que veio revogar a anterior. Cfr. Canhanga, Luciano – **Análise e comentários à Lei n.º 7/06 de 15 de Maio – Lei de Imprensa**. Comunicação, etnografia, linguística e história. Internet [consult. 03 Jan. 2016], disponível em WWW: <URL: <http://goo.gl/J1izB8>>

deveres dos jornalistas, os princípios que devem ser observados no exercício desta profissão, bem como o que é eticamente vetado<sup>111</sup>.

Estabelece ainda as normas de funcionamento da Comissão da Carteira e Ética, órgão ao qual está exclusivamente reservado a função de atribuir carteira aos jornalistas, tendo poderes para a retirar, suspender ou cancelar.

O Estatuto do Jornalista possui 6 capítulos, assim ordenados:

- **Capítulo I – Dos jornalistas**, composto por quatro artigos referentes ao conceito de jornalistas profissionais para efeitos do Estatuto (artigo 1.º), a capacidade, afirmando-se que a actividade que só pode ser exercida por maiores de 18 anos e está vedada aos interditos (artigo 2.º), o regime das incompatibilidades do exercício, nomeadamente as funções de angariador de publicidade, em agências de publicidade e relações públicas, serviço militar e policial, bem como exercer funções em órgãos de soberania e direcções de partidos políticos (artigo 3.º) e as condições necessárias para obter o título profissional, ou seja as habilitações literárias mínimas para o desempenho da profissão (artigo 4.º).

- **Capítulo II – Direitos e deveres**, comporta os artigos referentes aos direitos fundamentais do exercício do jornalismo (artigo 5.º), a liberdade de expressão e criação (artigo 6.º), o acesso às fontes (artigo 7.º), o sigilo profissional (artigo 8.º), independência dos jornalistas (artigo 9.º), a participação dos jornalistas na gestão editorial do órgão de comunicação (artigo 10.º) e os deveres dos jornalistas, onde se destacam o dever de informar com rigor, objectividade e isenção, de respeitar as linhas editoriais e os limites do exercício da liberdade de imprensa (artigo 11.º).

- **Capítulo III - Da carteira profissional**, é composto por dois artigos, um referente a carteira profissional do jornalista enquanto documento de identificação do seu titular e de certificação do respectivo título (artigo 12.º) e

---

<sup>111</sup> Inácio, Francisco – **Dia Mundial da Imprensa**. Jornal do centro de formação de jornalistas, n.º 6, 2011, pág. 4.

outro relativo a emissão da carteira que é da competência da Comissão constituída entre as associações profissionais, sindicatos dos jornalistas e coordenada pela UJA (artigo 13.º).

- **Capítulo IV – Dos equiparados a jornalistas, dos correspondentes locais e colaboradores especializados**, é igualmente formado por dois artigos, um que dispõe sobre os indivíduos que são equiparados aos jornalistas, os que exercem de forma efectiva e permanente as funções de redactor ou repórter (...) e outro que dispõe sobre correspondentes locais e colaboradores especializados (artigos 14.º e 15.º).

- **Capítulo V – Sanções**, correspondem as multas aplicadas as diversas infracções ao estatuto do jornalista (artigo 16.º) e o destino das multas, que reverterem para o Fundo de Segurança Social dos Jornalistas (artigo 17.º), e por último as disposições transitórias.

Salientar-se ainda, que a par do Estatuto, igualmente transversal, existe o Código Deontológico, que constituído por oito (8) princípios complementa as balizas da actividade jornalística. Por isso, embora não emanado por um órgão legislativo competente, tem capital importância no sistema de regulação da imprensa sendo para aqui chamado.

**II.** Deste modo, em relação **a ética e deontologia dos jornalistas angolanos** realçamos as seguintes regras<sup>112</sup>:

- O jornalista deve usar como critério fundamental a identificação das fontes, ou seja, a regra é que em cada trabalho jornalístico este identifique onde retirou aquela informação;

- O jornalista não deve revelar, nem mesmo em juízo, as suas fontes de informação confidenciais, nem desrespeitar os compromissos assumidos, excepto se o tentarem usar para canalizar informações falsas;

---

<sup>112</sup> Inácio, Francisco – **Dia Mundial da imprensa**. Jornal do centro de formação de jornalistas, n.º 6, 2011, pág. 4 e 5.

- O jornalista deve sempre atribuir autorias as opiniões;
- O jornalista deve rejeitar o tratamento discriminatório das pessoas em função da cor, raça, credo, nacionalidade ou sexo;
- O jornalista deve assumir a responsabilidade por todos os seus actos profissionais, assim como promover a pronta rectificação das informações que se revelam inexactas ou falsas;
- O jornalista deve também recusar os actos que violentem a sua consciência;
- O jornalista deve respeitar a privacidade dos cidadãos, excepto quando estiver em causa o interesse público ou a conduta do indivíduo contradiga, manifestamente, valores e princípios que publicamente defende.
- O jornalista obriga-se, antes de recolher declarações e imagens, a atender as condições de seriedade, liberdade e responsabilidade das pessoas envolvidas.

Em suma, o estatuto e o código deontológico consagram um conjunto de normas de conduta que disciplinam a actuação dos jornalistas. Consagrados num documento ou emanado por um órgão legislativo competente, são os únicos que regulam unicamente a actividade jornalística, oferecendo assim um espaço vital para que diferentes pontos de vista sejam expostos, discutidos e para que informações de diversas fontes estejam disponíveis para serem examinadas, aprovadas ou rejeitadas.

➤ **Lei da Radiodifusão – Lei n.º 9/92 de 16 de Abril.**

A Lei da Rádio passou a regulamentar a actividade de radiodifusão angolana em novos moldes, por trazer consigo a novidade de permitir a entidades privadas e cooperativas o acesso a este sector. A Lei da rádio tem **oito capítulos**:

No **primeiro capítulo**, relativo as **disposições gerais**, são relevantes os trâmites para o exercício da actividade. O órgão que a exerce é a Rádio Nacional de Angola e só ela pode concessionar mediante concurso público e/ou

autorização do Ministro a exploração de qualquer programa comercial com a utilização das frequências a qualquer entidade pública, privada ou cooperativa (artigo 2.º).

O **capítulo segundo** tem como título **informação e programação**, e estabelece a liberdade de expressão e informação, bem como os critérios que devem ser observados para o exercício da actividade de radiodifusão, nomeadamente a defesa da cultura nacional, a identificação dos programas, o registo das obras difundidas, apresentação dos serviços noticiosos, a publicidade e restrições à ela, divulgação obrigatória e direitos de antena (artigos 8.º a 16.º).

O direito de resposta é o cerne da abordagem do **terceiro capítulo**, que faz remissão a Lei n.º 22/91 de 15 de Junho (já revogada), ficando parcialmente revogado o mesmo capítulo, pelo que podemos depreender que a remissão é feita *mutantis mutandis* à Lei de imprensa actual (Lei n.º 7/06 de 03 de Fevereiro) e demais disposições relativas a matéria de direito de resposta<sup>113</sup>.

O **quarto capítulo** regula a matéria do **licenciamento** no seu único artigo (18.º), que tem como procedimentos apresentação de propostas de atribuição ou renovação de alvarás ao Ministério da informação<sup>114</sup> e a decisão do mesmo sobre o licenciamento acompanhado da devida fundamentação, sendo que nos casos de deferimento o licenciamento é conferido por despacho conjunto nos termos regulamentados por regime específico.

A **responsabilidade** é tratada no **capítulo quinto** e comporta um único artigo (19.º) que faz remissões à Lei n.º 7/92 de 16 de Abril nas questões a que se refere as obrigações do Conselho Nacional da Comunicação social, nomeadamente assegurar a independência da linha editorial das emissoras de radiodifusão em relação aos partidos políticos, organizações sindicais e patronais, bem como velar para que as emissoras não sejam directa ou indirectamente instrumentalizadas nem ultrapassem o limite da programação estabelecida.

---

<sup>113</sup> Como é o caso da Lei orgânica sobre as eleições gerais, Lei dos partidos políticos e outras.

<sup>114</sup> Deve se ler: Ministério da Comunicação Social, estudado no princípio da **subsecção 3.3**.

O **sexto capítulo - regime sancionatório** comporta as matérias do exercício ilegal da radiodifusão, das chamadas rádios piratas que funcionam sem licenciamento, sancionadas com o encerramento da emissora, das instalações e o pagamento de multas (artigo 20.º), a emissão dolosa de programas não autorizados por lei ou pelas entidades competentes, sancionadas com multas (artigo 21.º) e a consumação do crime de difamação, injúria e instigação pública cometidos através da emissão de programas, sancionados com pena de multa (artigos 22.º e 23.º).

O crime de desobediência qualificada (artigo 24.º), ofensa de direitos, liberdades e garantias sancionadas com o pagamento de multa e ainda cumulável com os danos causados a emissora (artigo 25.º) e por fim, a responsabilidade solidária, em que são responsáveis solidariamente o agente da infracção e a emissora, sendo que mesmo nos casos em que a emissora paga a multa, tem direito de regresso em relação ao infractor.

O **sétimo capítulo** sobre as **disposições processuais** comporta como principal artigo o que regula sobre a obrigação de registo do programa por um período mínimo de 30 dias (artigo 28.º) e no último capítulo as disposições transitórias.

Em suma, podemos denotar que a lei da radiodifusão apresenta-se completa e bem estruturada (comporta todas as matérias que devia regular, tanto é que o jornalista e jurista Luciano Canhanga acusa-a de regular em demasia ou ao pormenor o sector<sup>115</sup>) por isso, é considerada por este a mais eficaz de todas as que regulam estritamente a comunicação social, por ser nele (sector) onde encontramos maior pluralismo externo e diferentes correntes ideológicas.

---

<sup>115</sup> Canhanga, Luciano – **Análise e comentários à Lei n.º 7/06 de 15 de Maio – Lei de Imprensa**. Comunicação, etnografia, linguística e história. Internet [consult. 03 Jan. 2016], disponível em WWW: <URL: <http://goo.gl/J1izB8>>.



➤ **Lei do Conselho Nacional da Comunicação Social - Lei n.º 7/92 de 16 de Abril.**

O Conselho Nacional de Comunicação Social é um órgão independente que tem como finalidade assegurar a objectividade, a isenção da informação e de salvaguardar a liberdade de expressão e de pensamento na imprensa. É suportado pelo Orçamento Geral do Estado e goza de autonomia administrativa e financeira<sup>116</sup>.

A lei está estruturada em quatro capítulos, o **primeiro** refere-se a parte geral, definição do âmbito de lei, natureza do órgão, competências e atribuições; o **segundo capítulo** comporta os membros do Conselho Nacional, isto é a composição do Conselho, incapacidade e incompatibilidade, mandato, inamovibilidade, irresponsabilidade, renúncia, perda de mandato, direitos e deveres; o **terceiro capítulo** refere-se a organização e funcionamento do Conselho, nomeadamente a presidência, ordens de trabalho, deliberações e registo e o último as disposições transitórias.

Assim, consideramos importante desenvolver algumas das matérias reguladas por este diploma a fim de elucidar melhor a ARI, que constituída desde 1992 parece-nos desfasada face ao actual contexto político, económico e social.

Quanto as **atribuições** deste órgão (previstas no artigo 3.º da lei) destacam-se: contribuir para o estabelecimento do direito de uma ordem informativa democrática e pluralista, assegurar o exercício do direito à informação e a liberdade de imprensa, velar pela isenção, rigor e objectividade da informação e outras.

As **competências** em termos de força jurídico-normativa e de coercibilidade são fracas, cingindo-se a meras recomendações, verificação das condições de acesso aos direitos de antena, de resposta e de réplica política, colaboração na fiscalização do cumprimento das normas e exercer outras tarefas que lhe são cometidas por lei.

---

<sup>116</sup> Nos termos do artigo 2.º da Lei do Conselho Nacional da Comunicação social.

O Conselho é **composto** por um magistrado designado pelo Plenário do Tribunal Supremo<sup>117</sup>, dois membros do Governo, três membros representantes de confissões religiosas, um representante de cada partido político legalmente constituído, três jornalistas eleitos por uma Assembleia Geral dos jornalistas, três membros representativos da opinião pública, da comunicação social e cultura, cooptados pelos demais membros do conselho e de seguida os membros do conselho elegem o vice-presidente.

Quanto às **incapacidades e incompatibilidades**, o artigo 7.º dispõe que não podem ser simultaneamente membros do Conselho, os membros de direcção de qualquer órgão de comunicação social, os dirigentes de partidos políticos, associações políticas ou instituições conexas e os titulares de órgãos de soberania, exceptuando-se os tribunais.

O **mandato** é de três anos, renovável uma vez por igual período e durante este, os membros são inamovíveis, irresponsáveis e podem renunciar o mandato através de declaração apresentada ao seu Presidente (artigos 9.º 10.º, 11.º e 12.º)<sup>118</sup>.

Os artigos 14.º e 16.º consagram os direitos e deveres dos membros do Conselho, que entre outros **direitos e regalias** têm a possibilidade de exercer simultaneamente qualquer outro cargo público ou privado compatível com a função de membro de Conselho, de não ser prejudicado na estabilidade do seu emprego e direitos trabalhistas como remuneração, subsídios e outras, bem como a de retomarem as funções que exerciam à data da designação.

São quatro os principais **deveres** dos membros do Conselho, designadamente: exercer o cargo com independência, rigor, isenção e elevado nível de responsabilidade e sigilo profissional, participar activa e assiduamente

---

<sup>117</sup> Designado por lei Plenário do Tribunal Popular Supremo, actualmente renomeado como Plenário do Tribunal Supremo.

<sup>118</sup> Apesar da inamovibilidade, os membros do Conselho podem perder o mandato por deliberação do Conselho nos casos em que se verifique alguma das incompatibilidades legalmente previstas, que falem em cinco (5) reuniões consecutivas ou oito (8) interpoladas sem justo impedimento e/ou quebrem o sigilo sobre as questões que estejam a ser objecto de apreciação por parte do Conselho, com decisão judicial comprovada, nos termos do **artigo 13.º**.

nos trabalhos do órgão, não emitir opiniões ou juízos de valores nos órgãos de comunicação social sobre os assuntos em apreciação.

Em suma, o Conselho Nacional da Comunicação Social por se encontrar desactualizado face a realidade social angolana, é um órgão inerte tanto para as questões dos jornalistas como dos cidadãos, um órgão que podia ser o principal pilar da regulação e salvaguarda dos direitos fundamentais ligados a imprensa.

➤ **Lei da publicidade – Lei n.º 9/02 de 30 de Junho.**

Uma vez que o recurso à publicidade constitui uma das formas de financiamento dos órgãos de comunicação social, é importantíssimo traçar linhas mestras de como é regulada a publicidade relativamente a comunicação social<sup>119</sup>.

Assim, para nós, é relevante o **Capítulo III** cuja epígrafe é “inserção de publicidade nos meios de comunicação social” que comporta quatro artigos: um para cada sector de comunicação e o último sobre a inserção.

A **inserção da publicidade** nos meios de comunicação dá-se por anúncios ou outro meio de material publicitário e devem preferencialmente ser encaminhados por agências publicitárias ou concessionárias de espaços publicitários quando produzidos em Angola, sendo que os produzidos no exterior devem ser remetidos aos meios de comunicação através de publicidade ou concessionários publicitários devidamente registados, nos termos do artigo 31.º da Lei da Publicidade.

Na **imprensa escrita** é considerada publicidade “todo texto ou imagem incluídos em periódicos, cuja inserção tenha sido paga”<sup>120</sup>, sendo ilícita a inserção de escritos ou imagens publicitárias que sejam contrárias ao perfil editorial da publicidade (n.º 2 do artigo 32.º), bem como é obrigatória a

---

<sup>119</sup> Não nos podemos esquecer que a publicidade é igualmente importante para o desenvolvimento económico do país, na medida em que propicia o surgimento de um ambiente favorável à iniciativa privada, bem como estimula a livre criatividade intelectual, a concorrência e o investimento; aspectos fundamentais que garantem o bom funcionamento da estrutura da comunicação social. Para mais vide Correia, Luís Brito – **Direito da comunicação social: direito de autor e da publicidade**, 2005, págs 153 a 155.

<sup>120</sup> Trata-se da publicidade redigida e gráfica, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 32.º.

identificação dela através da palavra “publicidade” em caixa alta no início do anúncio quando não for evidente o nome do anunciante ou se a publicidade não seja imediatamente identificável (artigo 32.º, n.º 4).

A **publicidade radiofónica** deve ser sempre assinalada de forma a ser imediatamente identificável (artigo 33.º, n.º 1). Os programas patrocinados devem incluir no início e no fim a menção expressa da sua natureza – programa patrocinado – nos termos do artigo 33.º, n.º 2.

De realçar, que em radiodifusão há um limite máximo de difusão de materiais publicitários por estações de cobertura nacional ou local, que não deve ocupar diariamente um período superior a 2% da emissão por canal (artigo 33.º, n.º 3).

Na **televisão** a publicidade deve ser inserida preferencialmente entre programas ou nos seus intervalos, sendo que excepcionalmente pode ser inserida no decorrer dos programas desde que não atente contra a sua integridade e tenha em conta as suas interrupções naturais, bem como a sua duração, natureza e de forma a não lesar os direitos de quaisquer titulares (artigo 34.º, n.ºs 1 e 2)<sup>121</sup>.

Os telejornais, os programas de informação política, as revistas de actualidade e os programas de crianças, de comunicação superior a 15 minutos, não podem ser interrompidos por publicidade, mas as transmissões de obras audiovisuais com duração superior a 30 minutos podem ser interrompidas uma vez por cada 30 minutos (artigo 34.º, n.ºs 5 e 6).

Assim, o tempo consagrado com a publicidade não pode ultrapassar os 10% do período diário de transmissão, mas essa percentagem pode atingir os 15% se se tratar de obras audiovisuais com duração superior a 30 minutos (artigo 34.º, n.º 7).

De igual relevância é o **capítulo V** sobre a **actividade publicitária** quando obriga que as agências de publicidade devem ser registadas no Ministério

---

<sup>121</sup> É proibida a inserção de publicidade durante os serviços religiosos e entre duas interrupções sucessivas de um mesmo programa, deve mediar um período igual ou superior a 15 minutos (artigo 34.º, n.ºs 3 e 4).

da Comunicação social para que possam fazer publicidades do Estado ou oficiais, depois de verificados os requisitos rígidos propostos por este Ministério ou aprovados por Conselho de Ministros.

Por fim, as disposições relativas as responsabilidades civil e criminal, para sancionar anunciantes, produtoras, as agências de publicidade e quaisquer outras entidades que exerçam a actividade publicitária de forma indevida são consagradas nos artigos 38.º e 39.º (respectivamente)<sup>122</sup>.

Em suma, é mister realçar que está expressamente proibida a utilização de publicidade comercial dos partidos durante a campanha eleitoral feita directa ou indirectamente através dos meios de publicidade comercial, incluindo os media, e que não pode ser confundido (por isso deve-se deixar bem claro) o uso de tempo de antena dos partidos ou candidatos políticos com publicidade<sup>123</sup>.

➤ **Lei do Acesso aos Documentos Administrativos - Lei n.º 11/02 de 16 de Agosto.**

Além da concretização de um direito constitucional do artigo 200.º da CRA, a Lei do Acesso aos Documentos Administrativos “dá corpo” ao principal decreto que consagra as normas de procedimento e da actividade administrativa, o Decreto-Lei 16-A/95 de 15 de Dezembro<sup>124</sup>.

Nos termos deste é consagrado o **direito à informação administrativa**, que depois de uma longa tradição de segredo na administração em nome de razões de segurança externa, interna e até de pura operacionalidade burocrática impediu que durante anos se reconhecesse o direito dos jornalistas a conhecer os documentos em poder do Estado<sup>125</sup>.

---

<sup>122</sup> Os titulares dos suportes publicitários ou os respectivos concessionários, respondem civil e solidariamente nos termos gerais pelo prejuízo causado a terceiros e em resultado da difusão de mensagens publicitárias ilícitas, nos termos do n.º 1 do artigo 38.º da Lei da publicidade.

<sup>123</sup> Nos termos da **Lei dos partidos políticos** (Lei n.º 36/11 de 21 de Dezembro).

<sup>124</sup> Disposição preambular da Lei n.º 11/02 de 16 de Agosto, primeiro parágrafo.

<sup>125</sup> Carvalho, Alberto Arons de, Cardoso, António Monteiro e Figueiredo, João Pedro – **Direito da comunicação social**, 2003, pág. 97

A Lei do Acesso aos Documentos Administrativos apresenta-se estruturada em **quatro capítulos**: o primeiro relativo as disposições gerais, o segundo sobre o direito de acesso, o terceiro relativo ao exercício deste mesmo direito e o quarto com as disposições finais e transitórias.

É abordado no **primeiro capítulo** questões relativas a abertura da administração aos administrados, bem como os princípios que norteiam tal abertura – publicidade, transparência, igualdade, colaboração, prossecução do interesse público e outros (artigo 1.º) e a regulação dos documentos que contenham informações de segurança interna e externa, bem como de segredo de justiça, que é remetido para legislação própria (artigo 5.º e 6.º).

As questões relativas à legitimidade do direito de acesso, garantida a todos quando o documento tem carácter não nominativo e às pessoas estritamente ligadas ou que nele tenham interesse directo quando se trata de documentos nominativos (artigo 7.º), o acesso aos documentos normativos, que nos casos previstos carecem de autorização escrita para o acesso (artigo 8.º) e o uso ilegítimo de informações, onde a própria lei limita o acesso quando este se consubstanciar no desrespeito dos direitos de autor, propriedade industrial e em práticas de concorrência desleal (artigo 10.º) são comportadas no **capítulo segundo**.

A regra quanto o acesso aos documentos administrativos é *open file* (princípio da administração aberta) mas não ilimitado. Estão previstas limitações de acesso na própria Lei de Acesso aos Documentos Administrativos, na Constituição da República de Angola e Normas de Procedimento e Actividade da Administração limitações ao acesso quando se trate de documentos nominativos (privacidade das pessoas), da segurança de Estado e de segredo de justiça.

Por fim, o **terceiro capítulo** ocupa-se das questões relativas ao exercício do direito de acesso, nomeadamente das formas de acesso através de consulta gratuita, reprodução por qualquer meio visual ou sonoro e passagem de certidão (artigo 12.º), forma de pedido, que é obrigatoriamente feita por escrito (artigo

13.º), o responsável pelo acesso (artigo 14.º), a resposta da administração, nomeadamente o prazo para resposta, a decisão e seu fundamento (artigo 15.º) e os mecanismos de impugnação da resposta por via graciosa ou contenciosa (artigo 16.º).

Para concluir, resta-nos realçar a tamanha importância da vigência desta lei para o exercício da actividade jornalística, para o cumprimento do dever à informar e dos direitos de se informar e ser informado, quer se trate de documentos em que se é parte ou tenha interesse legítimo, quer se trate de documentos que tenham interesse público ou do público (com as devidas restrições impostas por lei<sup>126</sup>).

➤ **Lei dos Direitos de Autor - Lei n.º 4/90 de 10 de Março.**

O jornalismo é um trabalho intelectual, uma manifestação da criatividade do espírito humano cujos autores devem ser reconhecidos independentemente do seu mérito e beneficiar de protecções contra imitações, cópias ou reproduções não autorizadas<sup>127</sup>. No entanto, por de via de regra e salvo convenção expressa em contrário, os direitos de autor são do dono do órgão de comunicação e não do jornalista.

O estudo da Lei dos Direitos de Autor é relevante no sentido de que a ideia de protecção dos direitos de autor é um incentivo para produzir obras, por isso se protege os exemplares em que se materializam as obras do espírito.

Para além disso, tal protecção constitui fonte de rendimentos económicos consideráveis não só para os autores mas também para os editores, produtores, bem como para o país, uma vez que a compensação pecuniária do autor pela utilização de obras protegidas tem grande relevo no produto interno bruto (PIB),

---

<sup>126</sup> Relativamente aos documentos que a própria lei exclui do seu âmbito (as notas pessoais, esboços, apontamentos e outros registos de natureza semelhante), os nominativos (relativo ao direito à privacidade e vida íntima das pessoas), de segurança interna e externa do Estado, os de segredo de justiça e outros previstos por lei.

<sup>127</sup> Correia, Luís Brito - **Direito da comunicação social: direitos de autor e da publicidade**, 2005, pág. 13

chegando até a ser utilizado como forma de diversificação da economia nos países em que as receitas têm médias significativas, como é o caso do Japão<sup>128</sup>.

De forma a materializar o disposto nos artigos 42.º (propriedade intelectual) e 43.º (liberdade de criação cultural e científica) da CRA foi criada a Lei n.º 4/90 de 10 de Março, para defesa dos direitos de autor e assim contribuir tanto para a promoção da política cultural do país e também para o desenvolvimento das relações culturais no campo internacional<sup>129</sup>.

A lei dos direitos de autor está estruturada por **oito capítulos** que versam sobre diversas matérias:

**O Capítulo I** regula a protecção dos direitos de autor e visa estimular a produção do trabalho do criador (artigo 1.º), os limites da protecção (artigo 2.º), a definição e âmbito dos direitos de autor (artigo 3.º), o título de autor e a sua extensibilidade (artigo 5.º), as obras que são consideradas originais, derivadas, de folclore e não protegidas (artigo 6.º, 7.º, 8.º e 9.º), bem como o campo de aplicação da lei (artigo 10.º).

É no **Capítulo II** – sobre a **titularidade dos direitos** – que é regulada a matéria mais relevante para a área da comunicação social onde, por via de regra, a titularidade do direito do autor pertence à pessoa que criou a obra (artigo 11.º), nas obras de colaboração a titularidade é comum, salvo expresse acordo (artigo 12.º) e nas obras colectivas a obra é da entidade singular ou colectiva que tiver organizado ou dirigido a sua criação, regra geral (artigo 13.º).

Para as obras anónimas ou desconhecidas, enquanto a identidade do autor não for legalmente demonstrada, a titularidade da obra é exercida pela pessoa física ou colectiva que primeiro a comunicou ao público (artigo 14.º), se esta obra (anónima ou desconhecida) for considerada de folclore nos termos da lei em análise, a titularidade dos direitos de autor pertence ao Estado angolano (artigo

---

<sup>128</sup> Esta não é a única razão, outra razão é a imposição legal prevista na Lei de Imprensa sobre o arquivamento das matérias divulgadas. O Estatuto dos jornalistas nos artigos 5.º alínea a) e 6.º consagra a liberdade de criação e de expressão e estes não estão sujeitos a impedimentos ou discriminações nem a subordinados a qualquer tipo o forma de censura; são corolários os direitos de autor.

<sup>129</sup> Disposição preambular da Lei n.º 04/90 de 10 de Março, segundo parágrafo.



15.º), sem prejuízo das obras que têm regime especial e dependem das situações e que foram criadas<sup>130</sup> (artigo 16.º).

**O Capítulo III - Conteúdo e transmissão dos direitos** regula os direitos patrimoniais e morais resultantes dos direitos de autor (artigo 17.º e 18.º), bem como a forma de transmissão desses direitos (artigo 19.º).

**A duração dos direitos** é disposta no **capítulo IV**, em regra os direitos patrimoniais mantêm-se por toda vida do autor e 50 anos após a sua morte, salvo se se tratar de obra fotográfica que a duração é de 25 anos depois da morte (artigo 20.º). Por outro lado, os deveres morais são ilimitados, mantêm-se após a morte com os herdeiros do autor ou na falta deste, com a Secretaria de Estado da Justiça (artigo 22.º). A protecção das obras folclóricas é limitada no tempo (artigo 21.º) sendo que, expirados os prazos de protecção do direito de autor a obra pode ser livremente utilizada (artigo 23.º).

**O Capítulo V – Contratos de utilização de obras**, regula os contratos pelos quais o autor concede a terceiros a autorização para utilizar a sua obra que devem ser obrigatoriamente reduzidos à escrito (artigo 24.º), os contratos de edição em que o autor da obra autoriza o editor a reproduzir e a pô-la a venda (artigo 25.º), os contratos de reprodução e execução pública e cinematográfica (artigos 26.º e 27.º) e o contrato de transmissão radiofónica sonora ou visual (artigo 28.º).

**Os limites e excepções ao direito de autor** são previstos no **capítulo VI**, que regula as situações em que é lícita a utilização de obras sem autorização (artigo 29.º) e o regime de licenças que para fins exclusivamente didácticos ou de investigação científica é lícita a utilização da obra sem autorização (artigo 30.º).

**O Capítulo VII** compreende as violações do direito patrimonial do autor (artigo 31.º), as penas aplicáveis (artigo 32.º), as violações do direito moral do autor (artigo 33.º), o procedimento penal aplicável (artigo 35.º), a

---

<sup>130</sup> Por exemplo as obras criadas no âmbito de um contrato de trabalho ou de prestação de serviços que pertencem ao contratante salvo acordo expresso em contrário, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 16.º da Lei n.º 04/90 de 10 de Março.

responsabilidade civil (artigo 36.º), a repreensão das actividades ilícitas (artigo 37.º) a prova da infracção (artigo 38.º) e o Capítulo VIII as disposições finais e transitórias.

Por fim, é necessário realçar que com a protecção dos direitos de autor há duas vertentes de protecção: a moral/pessoal e a material/patrimonial, na medida em que a **moral** reflecte a integridade da obra, uma indicação pessoal, ou seja tem a ver com a maternidade ou paternidade da obra e a **material** que se refere ao direito de explorar economicamente a obra, ou seja proteger o valor económico das obras.

Em suma, para os profissionais da comunicação social o conhecimento do regime dos direitos de autor é muito importante não só para saberem quando e como defender os seus interesses autorais, mas também como e quando podem utilizar livremente materiais alheios e verem suas obras serem utilizadas sem necessidade de obter qualquer autorização<sup>131</sup>.

### ➤ **Código Civil**

São importantes para o nosso estudo, algumas disposições do código civil angolano (originário do código civil português de 1967) relativas aos direitos de personalidade que fazem parte da tutela geral da personalidade e que Manuel Andrade reconhece como um direito geral de personalidade<sup>132</sup>.

O **direito geral de personalidade** consiste no reconhecimento e protecção dos direitos de personalidade previstos por lei, onde é de afastar a tese *numerus clausus* defendida por *Reichsgericht*, porque aqui são reconhecidos todos os direitos de personalidade, quer expressa e nominalmente previstos por lei quer

---

<sup>131</sup> Para que haja direitos de autor e para que esses sejam protegidos é necessário que haja exteriorização da obra ou ideia e originalidade, ou seja que a obra seja nova/recriada e precisa ter interesse. Cfr. Correia, Luís Brito - **Direito da comunicação Social: direitos de autor e da publicidade**, 2005, págs. 13 a 15.

<sup>132</sup> Andrade, Manuel da Costa – **Liberdade de imprensa e inviolabilidade pessoal: uma perspectiva jurídico – criminal**, 1996, pág. 9

não, com destaque para o direito ao livre desenvolvimento da personalidade, da autonomia pessoal e outros<sup>133</sup>.

É neste sentido que o artigo 66.º do Código Civil (CC) é o ponto de partida dos direitos de personalidade ao atribuir personalidade jurídica a todo nascimento da pessoa humana completo e com vida. É o principal dos direitos de personalidade consagrados neste diploma.

A tutela geral da personalidade é feita no artigo 72.º do CC quando a lei protege os indivíduos contra qualquer ofensa ilícita ou ameaça de ofensa a sua personalidade física ou moral, mesmo quando a pessoa já é falecida, pois alguns direitos de personalidade não se extinguem com a morte como é o caso do direito ao bom nome que se estende até ao pseudónimo quando este ganha notoriedade, nos termos dos artigos 73.º e 74.º do CC.

O artigo 71.º - ofensa a pessoas já falecidas - é em certa medida um desvio à regra do artigo 68.º por proteger o direito ao bom nome mesmo depois da morte. A legitimidade para requerer as providências adequadas à sua protecção varia consoante o caso<sup>134</sup>, pelo que além da responsabilidade civil, tal ofensa respeita ao exercício da acção penal pelo crime de difamação ou injúria contra pessoa falecida, nos termos do artigo 417.º do **Código penal**.

O artigo 72.º consagra o direito ao nome, que se desdobra em duas faculdades: a de usar o nome e a de se opor a que outrem o use, quer para se identificar quer para outras finalidades.

O direito à imagem é regulado pelo artigo 79.º, a exacta determinação das circunstâncias referidas no n.ºs 2 e 3 (notoriedade, exigências de justiça,

---

<sup>133</sup> Andrade, Manuel da Costa – **Liberdade de imprensa e inviolabilidade pessoal: uma perspectiva jurídica – criminal**, 1996, págs. 10 e 11.

<sup>134</sup> O cônjuge sobrevivente, qualquer descendente, ascendente, irmão, sobrinho ou herdeiro do falecido, têm legitimidade para requerer as providências legais para requerer a protecção depois da morte. A doutrina aponta que no caso de a ilicitude resultar da falta de consentimento (a que se refere o n.º 3 do artigo 71.º e do artigo 79.º, n.º 1) não são todas as pessoas indicadas neste artigo que têm legitimidade, mas essas pessoas, segundo a ordem indicada. Cfr. Lima, Fernando Andrade Pires de, e Varela, João de Matos Antunes – **Código civil: anotado**, 1967, pág. 55

culturais, etc, não ocorridos publicamente) variam de caso para caso, pelo que fica muito a critério do julgador<sup>135</sup>.

O artigo 80.º - direito à reserva sobre a intimidade da vida privada - também a sua aplicação dependente do critério do julgador<sup>136</sup>. Há, todavia, **duas bases objectivas** a que este critério deve atender, **uma** que assenta na natureza do caso, uma vez que a divulgação dos factos da vida íntima da pessoa pode ofender em maior ou menor grau o seu decoro, respeitabilidade ou bom nome e a **outra** que se reporta à condição das pessoas, pois varia bastante, de acordo com a reserva que as pessoas guardam. O direito não pode ser sacrificado, mas admite excepções.

Por último, o artigo 81.º confere a limitação voluntária dos direitos de personalidade, ou seja, há duas categorias de limitações ao exercício dos direitos de personalidade, consoante contrariem ou não princípios de ordem pública.

As primeiras limitações (contrárias à ordem pública) são nulas e as segundas são válidas quando legais. São sempre revogáveis, mesmo há obrigação de indemnizar a outra parte pelos prejuízos causados<sup>137</sup>.

Em suma, as violações a estes direitos dão lugar ao pagamento de indemnizações nos termos dos artigos 483.º, 562.º e 566.º do CC aos lesados, herdeiros e familiares do lesado conforme seja o caso, sem desprimor de aplicação de sanção penal quando couber.

Resta-nos realçar, que existem muitos mais direitos de personalidade que completam a carteira do direito geral de personalidade, como o direito à integridade física, a dignidade humana e outros dela derivados que não têm uma

---

<sup>135</sup> Lima, Fernando Andrade Pires de, e Varela, João de Matos Antunes – **Código civil: anotado**, 1967, pág. 60

<sup>136</sup> Apesar de existir a teoria das três esferas é muito difícil apurar em que esfera se encontra determinada situação. Para a Teoria das três esferas/graus vide Andrade, Manuel da Costa – **Liberdade de imprensa e inviolabilidade pessoal: uma perspectiva jurídica – criminal**, 1996, págs. 95 a 100.

<sup>137</sup> Pode por exemplo, uma pessoa obrigar-se, para evitar a confusão com outra pessoa que tem o mesmo nome, a não usar ou a usar somente o seu nome completo (não ofende a ordem pública), já facultar a alguém o direito de a ofender física ou moralmente ofende a ordem pública. Cfr. Lima, Fernando Andrade Pires de, e Varela, João de Matos Antunes – **Código civil: anotado**, 1967, pág. 61.

ligação íntima com a imprensa, mas que são de igual forma sancionados civil e penalmente.

### ➤ **Código Penal**

A liberdade de imprensa não é absoluta e ilimitada, pelo que não se sobrepõe aos demais valores e direitos, estando sujeita a limitações resultantes da colisão com outros direitos fundamentais.

Assim, emergiu do direito geral de personalidade bens jurídicos típicos de normas incriminatórias. São dimensões concretas e delimitadas que o direito penal trata como bens jurídicos, é o que sucede com a honra, algumas manifestações de liberdade, a privacidade, a palavra, etc<sup>138</sup>.

São tipos criminais que protegem os direitos ao bom nome e reputação, à honra, à reserva da vida privada e íntima, os seguintes:

- A **honra** é o bem jurídico mais difícil de ser protegido, ela surge como a imagem em que se espelha o conjunto das relações jurídicas, económicas, sociais e políticas de um tempo e de um povo, ela tem duas dimensões: a **interior** que se traduz na opinião ou sentimento de uma pessoa sobre o seu próprio valor e a **exterior** que é a representação que os outros têm sobre o valor de uma pessoa – a reputação ou o bom nome<sup>139</sup>.

É no âmbito externo que a honra tem dignidade penal, por se considerar que a dimensão interna está a coberto da agressão por terceiros. Deste modo, é através dos crimes de difamação (artigo 407.º do CP) - destinado a proteger os direitos ao bom nome, a reputação e a honra, prevendo que se alguém difamar outrem publicamente (...) imputando-lhe um facto ofensivo à sua honra e consideração, será punido (...) – e injúria (artigo 410.º do CP) que são sancionadas as ofensas contra a honra.

---

<sup>138</sup> Andrade, Manuel da Costa – **Liberdade de imprensa e inviolabilidade pessoal: uma perspectiva jurídica – criminal**, 1996, pág. 19

<sup>139</sup> Andrade, Manuel da Costa – **Liberdade de imprensa e inviolabilidade pessoal: uma perspectiva jurídica – criminal**, 1996, págs. 78.º e 79.º

O Código Penal ainda distingue os mesmos crimes (difamação e injúria) tendo em conta as especificidades, nomeadamente contra o Chefe de Estado (16.º), pessoa já falecida (artigo 417.º CP) e corporação com autoridade pública (407.º e 410.º).

O crime de difamação ou injúria cometido contra pessoa já falecida será punido se existir ofensa grave à memória da pessoa falecida e se o acusar o ascendente ou descendente ou o cônjuge ou o irmão ou o herdeiro desta, nos termos do artigo 417.º do CP.

O facto da difamação e injúria ser cometida contra a corporação com autoridade pública funciona como agravação da pena, onde às penas gerais dos crimes de difamação (407.º) e injúria (410.º) são acrescidos 6 meses de pena de prisão.

No crime de ofensas ao Chefe de Estado protege-se igualmente a honra na sua vertente mais importante, a externa. Assim são punidos com pena de prisão de até 3 anos, quem difamar ou injuriar o Chefe de Estado, nos termos do artigo 16.º.

Em suma, o código penal angolano não protege a vida privada/intimidade, uma vez que foi concebido em 1967 através do “cordão umbilical do julgo colonial português” que na época existiu e até hoje não sofreu alterações. Apesar de estar em curso a discussão do anteprojecto do novo código penal, cremos que a sua aprovação e entrada em vigor não está para breve.

Assim, a devassa da vida privada, a teoria das três esferas/graus e as matérias ligadas à privacidade singular só têm lugar na CRA, diplomas internacionais vigentes em Angola, código civil, lei de imprensa, doutrina e demais leis da comunicação social, não sendo considerada pelo actual código penal um bem jurídico digno de tutela. Mais não se fala das gravações de áudio, fotografias ilícitas e violação do sigilo profissional que têm a sua máxima sanção na Lei de imprensa.

## Síntese

Os meios de informação devem ter, de forma responsável, um papel importante na consolidação da democracia e de todos os benefícios daí inerentes. Deste modo, a independência que a imprensa requer no seu dia-a-dia para o desenvolvimento normal da sua tarefa deve ser regulada por normas e leis que definam os parâmetros e as regras de conduta que deverão guiar todo o direito à informação.

Na **primeira secção** retratamos a evolução histórica do “já” sistema de comunicação social, que como vimos no capítulo I resulta de um regime político democrático e inspirado maioritariamente pelo modelo francês e sistema português de regulação da imprensa.

São de destacar os três grandes momentos que a imprensa angolana viveu e em detrimento destes, as mutações que sofreu, onde no período colonial teve o seu surgimento com o jornal “Boletim do Governo Geral da Província de Angola” em 1839. No período pós-colonial, a depauperação da imprensa devido a emigração forçada de jornalistas que não faziam parte do regime político criado na altura e a guerra civil – período em que a imprensa ficou completamente nas mãos do governo. E o período actual que se caracteriza por uma imprensa mais plural (terminou o monopólio do Estado), existindo mais órgãos de comunicação social, com um papel mais interventivo e mais ligada a garantia dos direitos e liberdades fundamentais.

Na sua essência, o panorama da transição e evolução da imprensa, a concorrência entre media estatais e privados, o aumento da gravidade dos problemas nacionais e conseqüentemente da consciência crítica dos cidadãos, força os jornalistas e os editores de um modo geral, a uma postura mais profissional, mais isenta e menos alinhada ao poder político<sup>140</sup>.

---

<sup>140</sup> Mateus, Ismael – **Contributos para uma discussão sobre a comunicação social angolana: introdução**. Internet [consult. 03/01/16], disponível em <URL: <http://goo.gl/UqtuDg>>

A **segunda secção** está repartida em dois pontos um relativo a evolução histórica da Constituição nas matérias referentes a comunicação social e o outro com as principais matérias da imprensa reguladas pela actual CRA.

É na segunda secção que começamos a abordar concretamente a regulação da imprensa, começando pela lei magna – Constituição. Para melhor abordagem, fizemos um recuo histórico desde a primeira lei fundamental até à actual, onde podemos denotar que as primeiras disposições constitucionais eram meramente políticas e que só concretamente em 1992, houve a consagração de direitos sociais relevantes para a imprensa.

Tais direitos não foram alterados em quantidade na actual Constituição, mas em qualidade, apresentando-se mais maduros, claros e abrangentes.

Assim, a actual Constituição (aprovada a 21 de Janeiro de 2010) é o culminar do processo constituinte, iniciado em 1991, com a aprovação pela Assembleia do Povo, da Lei n.º 12/91 que consagrou a democracia multipartidária, as garantias dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos e o sistema económico de mercado, mudanças aprofundadas mais tarde pela CRA.

Na **terceira secção** apresentamos os traços fundamentais da regulação legislativa, repartida em dois grupos: um relativo a diplomas internacionais vigentes em Angola e outro as leis infraconstitucionais.

No âmbito das disposições internacionais (**primeira subsecção**), trazemos direitos estritamente ligados à imprensa consagrados na Declaração Universal dos Direitos do Homem, na Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, bem como na Declaração de Windhoek de 1991, nomeadamente a liberdade de imprensa, de expressão, de informação, de pensamento, de opinião e outras.

Na **segunda subsecção** trazemos as leis infraconstitucionais, que a par da Constituição (quadro de referência de toda a legislação) são naturalmente normas internas relevantes para o sector da comunicação social. Daqui podemos



distinguir as leis que se destinam especificamente a regular a comunicação social (que a têm como objecto específico) tais como a lei de imprensa, lei da rádio, estatuto do jornalista, lei do Conselho Nacional da Comunicação Social e as leis que acabam por se lhe aplicar quer através do regime genérico que estabelecem para todas as relações da vida que caem sobre a sua “alçada”, quer através de previsões que levam em linha de conta as particularidades desta área; onde destacamos a lei da publicidade, lei dos direitos de autor, lei do acesso aos documentos administrativos, bem como algumas disposições dos códigos civil e penal<sup>141</sup>.

Em suma, é no direito de ser informado que consiste a verdadeira essência da liberdade de imprensa, por consistir no direito a ser-se mantido adequada e verdadeiramente informado, quer pelos meios de comunicação social quer pelos poderes públicos<sup>142</sup>.

Por isso, daqui resulta a tarefa do Estado em promover a independência, transparência e pluralismo das empresas de comunicação social, de modo a assegurar o direito de informar (é direito dos jornalistas informar sem censura), de se informar (é direito dos cidadãos receberem informações sem ingerência) e de serem informados (direito dos cidadãos garantidos pelos media, que por sua vez garantido pelo Estado; ele também resulta do direito de acesso às fontes de informação).

---

<sup>141</sup> Carvalho, Alberto Arons de, Cardoso, António Monteiro e Figueiredo, João Pedro – **Direito da comunicação social**, 2003, págs. 64 e 65.

<sup>142</sup> Araújo, Raul Carlos Vasques e Nunes, Elisa Rangel – **Constituição da República de Angola: anotada**, 2014, pág. 328

## Capítulo III – A Regulação da Imprensa Angolana na prática

### 1. Considerações gerais

A regulação da imprensa constitui um pilar fundamental para a edificação de qualquer Estado que se queira democrático e de direito, já que implicitamente ela prevê o respeito pelos direitos humanos, a promoção e o desenvolvimento sustentado do homem enquanto ser humano.

Após estudarmos as traves-mestras da regulação da imprensa de modo genérico através dos modelos de sistema de regulação, dos tipos de regulação, dos princípios estruturantes, bem como através dos principais “aperitivos” que comporta a legislação da comunicação social angolana, podemos comparar a teoria e a prática, analisar esta última e no fim concluir se há adequação da teoria à prática ou não.

Um relatório do Departamento de Estado norte-americano divulgado em 2011<sup>143</sup>, afirma que "as liberdades de expressão e de imprensa continuam a ser condicionadas em Angola, identificando abusos humanitários como a ineficiência da Justiça, limites à liberdade de reunião, associação, expressão e imprensa e condicionamentos às eleições de representantes a todos os níveis"<sup>144</sup>.

Outras situações apontadas são as infracções à privacidade dos cidadãos, expulsões forçadas de jornalistas sem compensação, relatos de tortura e espancamentos, bem como execuções extra-judiciais por parte de agentes da polícia civil e militar, condições de detenções duras, detenções e prisões arbitrárias, impunidade para abusos humanitários, entre outros problemas.

Afirma o relatório que “o governo (Executivo) tomou medidas para processar e punir as autoridades que cometeram tais abusos, contudo, a

---

<sup>143</sup> O relatório de Direitos Humanos 2011, que reúne dados de quase 200 países. Cfr. Globo – **A liberdade de imprensa condicionada em Angola. Diário de Notícias**, internet [consult. 03 de jan. 2016], disponível em WWW: <URL: <http://goo.gl/Igv164>>

<sup>144</sup> Globo – **idem**, disponível em WWW: <URL: <http://goo.gl/Igv164>>

responsabilização continuou limitada devido a uma cultura de impunidade e corrupção governamental disseminada"<sup>145</sup>.

Para este estudo elaborei uma pesquisa empírica aleatória através de um questionário de cinco (5) perguntas a dezassete (17) jornalistas angolanos de órgãos públicos e privados dos três principais sectores da comunicação social (rádio, televisão e imprensa).

Ao responderem a pergunta: “Numa escala de 0 à 10 em que 0 significa mau e 10 muito bom, com quanto avalia o respeito e cumprimento dos direitos dos jornalistas? Justifique a sua resposta”. Seis (6) dos 17 jornalistas questionados responderam com nota abaixo de 5 e oito (8) responderam com 5, tendo maioritariamente dado como justificação a conjuntura política do país, as dificuldades de acesso às fontes de informação, o não reconhecimento do trabalho jornalístico e a discriminação dos jornalistas para a cobertura de determinados eventos feitos em função do órgão que está inserido, *máxime* se é público ou privado”<sup>146</sup>.

## **2. Principais problemas da liberdade de imprensa na prática em Angola**

São vários os problemas levantados quanto a “verdadeira” aplicação da legislação relativa à salvaguarda dos direitos, liberdade e garantias dos receptores (ouvintes, telespectadores e leitores), dos jornalistas, directores de informação, dos chefes de redacção e equiparados, bem como empresas da comunicação social.

Assim, trazemos aqui alguns dos problemas que são levantados já há algum tempo em Angola:

### **a) Concorrência**

---

<sup>145</sup> Globo – **A liberdade de imprensa condicionada em Angola**. *Diário de Notícias*, internet [consult. 03 de Jan. 2016], disponível em WWW: <URL: <http://goo.gl/Igv164>>

<sup>146</sup> Houve duas abstenções e dois jornalistas que responderam com a nota 7, afirmando que os jornalistas só reclamam pelos seus direitos e não cumprem os deveres adstritos àquela profissão.

No momento em que se desmoronam os monopólios nacionais estabelece-se uma “corrida desenfreada” para a criação, licenciamento e reconhecimento das empresas de comunicação social, fazendo surgir no verdadeiro sentido a concorrência nos media<sup>147</sup>.

Num mercado concorrencial, são dois os aspectos principais destas empresas que poderão permitir a sua sobrevivência o mercado: por um lado conseguir uma dimensão suficiente e por outro lado diversificar-se em todos os sectores da comunicação.

Ora, tal não acontece com fraco investimento e “nem da noite para o dia”. No actual clima de competição quase todos os golpes são permitidos e os violentos confrontos suscitados pelo aparecimento de pacotes concorrentes digitais (televisão, jornais e redes sociais) traduzem bastante bem este clima concorrencial em que é muito difícil falar em igualdade de armas<sup>148</sup>.

Em suma, apesar de estar garantida e regulada a liberdade de criação e licenciamento dos órgãos de comunicação, parafraseando Luís Brito Correia <sup>149</sup> (Correia, 2000), “o Executivo tende a construir um grupo de multimédia influente como principal grupo de comunicação, restringir a licença de órgãos ou exercer influências económicas e administrativas aos media públicos a fim de se manter no poder”. Tal ideia é reforçada pela discriminação dos jornalistas pertencentes a órgãos privados no acesso a lugares semi-públicos e notícias de elevado interesse público, nos raros direitos de resposta e réplica política emitidos por órgãos públicos e na selecção de informações que mostram “o melhor lado do Governo<sup>150</sup>”.

## **b) Pluralismo**

---

<sup>147</sup> Castells, Manuel – **O poder da comunicação**, 2013, pág. 127

<sup>148</sup> Castells, Manuel – **O poder da comunicação**, 2013, pág. 127

<sup>149</sup> “Os governos conservadores tendem a construir um grupo de multimédia influente como principal grupo de comunicação, restringir a licença de órgãos ou exercer influências económicas e administrativas aos media públicos a fim de se manter no poder”.

<sup>150</sup> Governo – aqui é usado em sentido lato e engloba o Executivo e o Presidente da República.

A pluralidade da informação é o garante da liberdade de imprensa. O jornalista angolano e professor universitário João de Melo afirma que “os jornalistas devem envidar esforços para que o seu trabalho seja exercido com base na pluralidade de informação, para que a imprensa se torne livre e forneça o maior número de informações ao público”<sup>151</sup>.

Pluralismo não é apenas sinónimo de quantidade, mas também de diversidade. Neste sentido, podemos descartar a quantidade - um número significativo de órgãos da comunicação social a funcionarem em pleno - se estes órgãos não tiverem linhas editoriais e informações diversificadas. Aqui não se fala de pluralismo no verdadeiro sentido, é como se tivéssemos um único órgão, tornando assim a quantidade é indiferente<sup>152</sup>.

A quantidade torna-se relevante quando existam vários órgãos a informarem sobre diversas matérias com independência, rigor e isenção; quando com o exercício da sua actividade conseguem formar a consciência das pessoas, em especial das crianças e dos jovens, e assim contribuir para o livre desenvolvimento da pessoa humana.

Pluralismo também significa diversidade dentro do mesmo órgão e não só entre os vários órgãos da comunicação social. Neste caso, ele reside na obrigação do órgão diversificar a sua grelha de programação e de informação proporcionando aos receptores (leitores, ouvintes ou telespectadores) uma visão ampla dos assuntos de interesse público<sup>153</sup>.

O pluralismo não se prende apenas pelo centro do país ou pela capital, deve abranger as regiões mais recônditas, transmitindo informações de qualidade e diversificadas.

Assim, é fácil denotar que a nível da imprensa regional há muito que fazer e este é o maior problema do nosso sistema, são poucas as rádios, extensão

---

<sup>151</sup>Inácio, Francisco – Dia Mundial da liberdade de imprensa. **Jornal do Centro de Formação de jornalistas**, Ano II, n.º 6, pág. 5.

<sup>152</sup> Cfr. Correia, Luís Brito – **Direito da comunicação social**, 2000, págs. 254 e 255.

<sup>153</sup> Para mais: Correia, Luís Brito – **Direito da comunicação social**, 2000, pág. 255.

televisiva e jornais locais que abrangem todas as províncias do país, sendo que a maioria abrange apenas a capital do país<sup>154</sup>.

Em suma, é útil, necessário e indispensável que se crie ou se torne propícia a criação, em todo país, de uma imprensa regional forte que torne em notícia os factos que aí tenham lugar<sup>155</sup>. É assim que o sector privado é convocado para se ocupar desta franja da imprensa, mas tendo em conta o desincentivo salarial e a fragilidade financeira deste sector torna-se um problema preencher esta lacuna.

### c) Sensacionalismo

Hoje a informação televisiva é essencialmente um divertimento, um espectáculo que se nutre fundamentalmente da violência e de morte, ainda por cima com a concorrência desenfreada a que se entregam algumas cadeias, que obrigam os jornalistas a procurar o sensacionalismo a todo custo, a quererem ser os primeiros no terreno e a enviar de imediato imagens<sup>156</sup>.

Tais imperativos não têm em conta que por vezes é materialmente impossível verificar se estamos a ser vítimas de uma acção insidiosa, de uma manipulação e que os repórteres não têm tempo para analisar seriamente a situação.

A televisão e a rádio impõem um ritmo frenético, insensato à imprensa escrita. Com o progresso das técnicas de comunicação, das transmissões, dos satélites, os jornalistas já não têm tempo de investigar, de reflectir, de aprofundar, de contextualizar os acontecimentos, tudo acontece muito depressa e acrescenta-se a isso os danos da concorrência, a necessidade de ser o primeiro e o

---

<sup>154</sup> Apenas a Rádio Nacional de Angola, a Televisão Pública de Angola e o Jornal de Angola abrangem Angola de Cabinda ao Cunene. Só para citar um exemplo, a imprensa (escrita) regional surge com os Boletins Faz, Chela Press do Lubango, Kilombo do Kwanza-Norte e Ecos do Uíge e a revista Palanca Negra, que dada a inexistência de parque tipográfico local, são produzidas em Luanda, onde acabam igualmente por ser consumidas. Cefojor – **Jornalismo Angolano: contribuições**, volume II, pág. 19.

<sup>155</sup> Cefojor – **Jornalismo Angolano: contribuições**, volume II, pág. 8.

<sup>156</sup> Castells, Manuel – **O poder da comunicação**, 2013, pág. 102.

mais espectacular, o que se traduz em quotas de mercado e por conseguinte em receitas de publicidade<sup>157</sup>.

Assim, podemos facilmente concluir que tais condições fazem com que os media, em especial do sector privado, não meçam esforços para vender mais, aumentar o público e ganhar mais com publicidade, passando por cima da sua deontologia profissional e mais grave, dos direitos individuais constitucionalmente consagrados para alcançar esses fins.

#### **d) Censura**

A censura consiste na proibição de publicação da notícia em períodos, rádio ou televisão por motivos políticos, sociais ou económicos.

A censura pode ser prévia ou posterior à publicação da notícia, que ocorre em dois momentos: na fase de redacção, composição e impressão dos textos – pode ocorrer a censura prévia tendente a submete-los à exame prévio, eventuais cortes ou distorções – e na fase de distribuição e circulação que compreende apreensões e cortes de sinais de rádio e televisão<sup>158</sup>.

A censura prévia é considerada inconstitucional. É proibida em todos os diplomas que regulam a imprensa em Angola, mas ainda assim dos 17 jornalistas inquiridos através de um questionário<sup>159</sup> 7 responderam que já foram censurados ao responder a pergunta “Já foi impedido de noticiar alguma coisa que no seu ponto de vista era de interesse público”<sup>160</sup>.

Apesar de estar expressamente previsto e regulamentado, a censura prévia total ou parcial ainda é um recurso utilizado com alguma frequência no sistema

---

<sup>157</sup> Castells, Manuel – **O poder da comunicação**, 2013, pág. 103.

<sup>158</sup> Correia, Luís Brito – **Direito da comunicação social**, 2000, pág. 494.

<sup>159</sup> Questionário realizado entre Setembro e Outubro de 2015, fruto de um estudo empírico por nós elaborado, que teve como público-alvo dezassete (17) jornalistas pertencentes à rádio, televisão e imprensa escrita.

<sup>160</sup> Dos jornalistas que foram directamente censurados, a maior parte apresenta como motivo as abordagens ligadas a política interna e a impossibilidade de descrever os factos tal e qual foram constatados. Dos jornalistas que nunca foram censurados destacam-se os que se ocupam de áreas culturais.

de regulação da imprensa angolana, sendo que os jornalistas apenas têm duas opções: aceitar a censura ou demitir-se<sup>161</sup>.

Em suma, os casos relatados pelos jornalistas no questionário são referentes a censura prévia, que é mais frequente, mas em Angola também existe a censura posterior, que apesar de parecer, não é assim tão rara, em especial na rádio (com o corte do sinal). Na imprensa, apenas para referir um, o caso do jornal “Seminário Angolense” de 2011 foi o mais marcante. Este jornal foi retirado da gráfica onde era impresso e o motivo terá sido a publicação quase integral de um discurso muito crítico do presidente da UNITA (partido da oposição), Isaías Samakuva, sobre o estado da Nação<sup>162</sup>.

#### e) Contraditório

O contraditório é um dos pontos mais fortes da deontologia do jornalista para informar com rigor e isenção. Na opinião de Luísa Rogério<sup>163</sup> “não se faz jornalismo sem contraditório”, ou seja com a exclusão da oposição.

Afirma ainda que “falta liberdade de imprensa” quando vemos um tratamento privilegiado do partido governante na imprensa pública e a exclusão da oposição independentemente da dimensão da actividade<sup>164</sup>.

Clarifica a sua ideia exemplificando: “Uma pequena actividade da JMPLA, ou da OMA, tem sempre mais destaque do que a actividade da UNITA, por exemplo<sup>165</sup>. Isaías Samakuva está em digressão em várias províncias, mas não se vê na televisão pública. É mais fácil ver um político da oposição a dar uma entrevista numa televisão estrangeira”.

---

<sup>161</sup> Essa demissão não dá direito ao jornalista de receber qualquer indemnização por não termos consagração expressa da cláusula de consciência do jornalista tal e qual tem os sistemas de regulação português e francês.

<sup>162</sup> Global Voices – **A sofisticação da censura em Angola**. Correionângo [consult. 03/01/16], disponível em URL: <<http://goo.gl/BYh49Q>>

<sup>163</sup> A ex- secretária-geral do Sindicato dos Jornalistas Angolanos (SJA) Luísa Rogério, onde exerceu dois mandatos consecutivos.

<sup>164</sup> Club K – **Falta de Liberdade de imprensa** [consult.03/01/16], disponível em URL: <<http://goo.gl/e2vLP6>>

<sup>165</sup> **JMPLA** – Jovens do Movimento Popular para a Liberdade de Angola; **MPLA** - Movimento Popular para a Liberdade de Angola e partido actualmente no poder; **UNITA** – União Nacional para Independência Total de Angola e maior partido da oposição, que tem como presidente Isaías Samakuva.



Quando questionada sobre a causa do problema, Luísa Rogério refere que dá-se pelas “tais ordens superiores” e também excesso de zelo e outras exigências dos próprios patrões de empresas de comunicação social<sup>166</sup>.

Por fim, Luísa Rogério que é uma das figuras mais marcantes na organização, defesa dos direitos e cumprimento dos deveres dos jornalistas não considera de todo ser um inconveniente o facto do jornalista, director ou outro ligado a comunicação social, estar filiado a um partido político, desde que na hora de informar, “dispa a camisola” e exerça o contraditório<sup>167</sup>.

#### **f) Problemas financeiros**

Apesar das limitações financeiras e técnicas que afectam o trabalho jornalístico em Angola, é um facto a existência de cada vez mais jornais e rádios privadas que a julgar pelas diferentes linhas editoriais dos respectivos órgãos, pode-se falar na existência de liberdade de imprensa em Angola<sup>168</sup>.

Mas ainda assim, os problemas financeiros continuam a afectar os jornalistas (em particular) e as empresas de comunicação social no seu todo. Uma das respostas à questão “Quais as maiores dificuldades dos jornalistas angolanos actualmente?” é o baixo salário dos jornalistas, que num universo de 17 jornalistas, 10 responderam que os jornalistas ganham muito pouco, em especial nos órgãos públicos de informação<sup>169</sup>.

Tal dado é tão verídico e antigo que a questão dos salários dos jornalistas, tem sido abordada em alguns fóruns organizados pelo Ministério da Comunicação Social, onde o Ex-Ministro deste ministério, Hendrik Vaal Neto, nas III.º Jornadas Técnico-científicas da Comunicação Social afirmou ter

---

<sup>166</sup> Club K – **idem**, disponível em URL: <<http://goo.gl/e2vLP6>>

<sup>167</sup> Situação que não ocorre. Relatando que há situações em que o jornalista faz papel de comissário político, defende mais a ideologia partidária do que o interesse público. Club K – **idem**, disponível em URL: <<http://goo.gl/e2vLP6>>

<sup>168</sup> Na senda do Ex-ministro da comunicação social, Hendrick Vaal Neto. Cfr. Cefojor – **Jornalismo Angolano: contribuições**, volume II, pág. 9.

<sup>169</sup> Foi feito um estudo básico através de um questionário, em que a amostra foi os principais órgãos públicos e privados da comunicação social angolana (TPA, RNA, JN e Rádio Eclésia) e dos 17 questionados, 10 responderam unanimemente que a remuneração salarial desincentiva o exercício da profissão, sendo que alguns acrescentaram que trabalha-se muito e recebe-se muito pouco.

conhecimento do facto há algum tempo, que já houve melhorias, mas ainda assim o Ministério tem feito diversos contactos, em especial com o Ministério das Finanças com vista a solucionar o problema<sup>170</sup>.

Destes contactos são de sublinhar os benefícios conseguidos com o aumento dos salários nos órgãos de comunicação social públicos, mas não são os melhores nem os desejáveis.

Luísa Rogério sublinha ainda que "grande parte dos jornalistas da imprensa privada vai apenas sobrevivendo, os salários são uma miséria, as próprias instituições de defesa dos jornalistas trabalham em regime de sobrevivência porque não recebem qualquer incentivo do Estado"<sup>171</sup>.

Em suma, a falta de salários condignos, desigualdade salarial em iguais condições e em especial a falta de material de trabalho são os grandes problemas que a maioria dos jornalistas enfrenta.

#### **g) Legislação fragmentada e insuficiente**

Desde a sua criação até hoje, não foi aprovada a total do pacote legislativo da comunicação social.

O projecto de actualização do Estatuto do Jornalista foi elaborado desde 2010 e até agora vigora o Decreto n.º 56/97 de 25 de Agosto. Esse projecto inova, entre outras matérias, na regulação da actividade de jornalistas estrangeiros no território nacional<sup>172</sup>.

Foi feita uma proposta de nova regulamentação da publicidade em 2011, mas até agora continua a vigorar a Lei n.º 9/02 de 30 de Junho<sup>173</sup>.

---

<sup>170</sup> Cefojor - **Jornalismo Angolano: contribuições**, II volume, pág. 7

<sup>171</sup> Club K – **Falta de Liberdade de imprensa** [consult.03/01/16], disponível em URL: <<http://goo.gl/e2vLP6>>

<sup>172</sup> Para a consulta do **novo projecto do Estatuto do Jornalista**, vide a publicação feita pelo site Sapo.pt, disponível em WWW: <URL: <http://goo.gl/1KHPo9>>.

<sup>173</sup> Para a consulta da **nova regulação da publicidade**, vide a publicação feita pelo site Sapo.pt, disponível em WWW: <URL: <http://goo.gl/psxsf3>>

Até agora não foi aprovado o anteprojecto da Lei sobre o Exercício da Actividade da Televisão, apesar dos esforços feitos desde 1999, até os dias actuais o exercício da televisão é regulado em termos gerais pela lei de imprensa e despachos presidenciais através de comissões por eles criados.

O mais recente projecto é o de 12 de Maio de 2010, que ao abrigo do estipulado no artigo 60.º da Lei de imprensa<sup>174</sup> “lei especial regula a televisão”. Nas linhas deste anteprojecto, ela será integrada por 8 capítulos e 72 artigos organizados da seguinte forma: o capítulo I referente as disposições gerais, o II ao acesso à actividade de televisão, o capítulo III referente às matérias ligadas a programação e informação. O Capítulo IV é relativo ao serviço público de televisão, o V ao direito de antena, de resposta e de réplica política, o capítulo VI comporta a matéria da responsabilidade, o VII a conservação do património televisivo e o último as disposições finais<sup>175</sup>.

Em suma, mais grave é a Lei do Conselho Nacional da Comunicação social que se encontra desfasada no tempo e de pouco ou nada adianta a sua aplicação, por isso a falta de uma legislação completa, actual e consistente é mais um problema que se levanta.

### **3. Adequação da Lei à Prática**

Veze há que o que está previsto por lei não se traduz na prática social, ou seja, a realidade não se adequa à prática não por falta de regulação (geral ou específica) como é óbvio, mas por diversas razões tais como a lei ser inaplicável à realidade social ali vivida, por motivos de instabilidade política, estado de sítio ou emergência e mais grave, por inacção dos órgãos competentes para tal.

Parece-nos que as razões da não adequação da lei à prática dá-se por inacção dos órgãos competentes para a efectivarem e materializá-las, pelos mais variados motivos, nomeadamente protecționismo do governo, insuficiência de

---

<sup>174</sup> Que determinou legalmente o fim do monopólio estatal neste sector.

<sup>175</sup> Para a consulta do **anteprojecto da Lei sobre o Exercício da Actividade da Televisão**, vide a publicação feita pelo site Sapo.pt, disponível em WWW: <URL: <http://goo.gl/rf0J0P>>.

meios, inexistência de regulação específica e outras, pelo que trazemos aqui alguns **casos verídicos de inadequação da lei à prática**.

### **A. Acesso às fontes de informação**

O acesso às fontes de informação é uma das principais dificuldades dos jornalistas angolanos que para além de abordadas em debates, conferências e através de reclamações, é também demonstrada a partir de um questionário<sup>176</sup> realizado a 17 jornalistas dos principais órgãos de informação (rádio, televisão e imprensa escrita) onde 10 jornalistas responderam que as maiores dificuldades que enfrentam são o acesso às fontes de informação<sup>177</sup>.

O acesso às fontes é difundido do direito à informação em sentido amplo, que por sua vez reparte-se em direito de informar (difundir informações), de se informar (procurar informações/investigar) e de ser informado (receber informações)<sup>178</sup>.

Para poderem participar activamente na vida política e social, os cidadãos têm a necessidade de ter uma massa de informação que não consegue obter mediante acesso directo às respectivas fontes de informação, daí que o **direito de acesso às fontes de informação**, o papel dos jornalistas (em particular) e da comunicação social (em geral) são tão importantes, por servirem de mediadores/intermediários profissionais entre as fontes de informação e o público, onde a estes são facultadas informações a que de, outro modo, os cidadãos não teriam acesso efectivo<sup>179</sup>.

---

<sup>176</sup> Já referido em outras secções deste capítulo e ao longo de toda dissertação.

<sup>177</sup> Dez (10) dos questionados responderam que a maior dificuldade dos jornalistas angolanos actualmente, a par dos baixos salários e da falta de condições técnicas para o exercício da sua actividade é o acesso às fontes de informação e as razões da insuficiência de acesso são repartidas entre eles, onde a grande maioria considera que a restrição do acesso é por razões políticas (em matérias que não favorecem o Governo) e a minoria considera que a limitação dá-se pelo não reconhecimento e desrespeito da actividade jornalística.

<sup>178</sup> Correia, Luís Brito - **Direito da comunicação social**, 2000, págs. 629 e segts.

<sup>179</sup> Cfr. Correia, Luís Brito – **Direito da comunicação social**, 2000, págs. 632 e segts. O Estado enquanto sujeito passivo tem deveres para com o cidadão e este tem o direito de exigir a prestação de informações, dos assuntos mais simples como o registo predial até os mais complexos, como conteúdos de processos administrativos e outros, mas tal exigência não pode ser desenfreada e descoordenada, ou seja, os cidadãos não pode exigir de qualquer agente administrativo toda e qualquer informação, os serviços ficariam paralisados, levando a estes não fazerem mais nada além de prestarem informações, é necessário

O problema levanta-se na medida em que os jornalistas são impedidos de entrar em lugares semi-públicos<sup>180</sup>, de noticiar matérias jornalísticas de elevado interesse público e de confirmar informações ou até confrontá-las com a entidade emitente ou visada<sup>181</sup>.

Tal dificuldade é impeditiva de informar com rigor e isenção, de transmitir a informação de forma clara e de não gerar conflitos, o que muitas vezes ocorre. Uma vez que o direito de acesso às fontes é assegurado pelos órgãos da Administração Pública, a sua recusa (recusa do acesso) deve ser fundamentada e contra ela podem ser utilizados meios administrativos graciosos ou contenciosos nos termos dos artigos 15.º e 16.º da Lei de Acesso aos Documentos Administrativos.

Ramiro Aleixo<sup>182</sup> é de opinião que exercer de forma transparente e sem sobressaltos um jornalismo credível em Angola é uma questão muito complicada: “a transparência é difícil, porque pressupõe que tenhamos acesso às fontes”.

Para Ramiro Aleixo “é difícil, por exemplo, conseguir que algum Ministro fale quando confrontado com determinada informação, porque eles próprios não consideram que a comunicação social privada esteja no mesmo

---

uma disciplina, uma organização quanto aos modos e limites da prestação a prestar (artigos 12.º a 19.º da Lei do acesso aos documentos administrativos); o que torna visível o papel de intermediários da comunicação social, **de facultar informações que de outro modo os cidadãos não teriam acesso (quer por razões de logística/organização e de limites da administração, quer por desconhecimento do direito que lhes assiste) e principalmente por estes mesmos órgãos terem uma destreza maior para tratar certos tipos de informação.** Por esta razão, **Luís Brito Correia** entende que “deve-se garantir aos jornalistas um acesso directo às fontes de informação mais amplo do que o disponível para o público em geral isso porque ocupa menos tempo aos serviços administrativos, embora encontre restrições decorrentes da reserva da intimidade privada e de diversas modalidades de segredo”. Cfr. Correia, Luís Brito - **Direito da comunicação social**, 2000, pág. 633.

<sup>180</sup> Locais que não são acessíveis ao público mas abertos à generalidade da comunicação social, que são garantidos pelas condições de igualdade de acesso (imprensa pública ou privada, nacional, local ou estrangeira) por quem controla o referido acesso; o que na prática não sucede, no âmbito dos questionários respondidos pelos jornalistas, um deles pertencente à Rádio, com 15 anos de experiência, refere que uma das dificuldades dos jornalistas quanto o acesso às fontes é relativa ao acesso aos locais públicos e semi-públicos onde há uma segregação no acesso conforme seja a imprensa pública ou privada.

<sup>181</sup> Sobre o acesso as fontes. Cfr. Correia, Luís Brito - **Direito da comunicação social**, 2000, págs. 413 e segts.

<sup>182</sup> Director do jornal impresso semanário “Agora”. Para mais vide Rocha, António – **Continuam os golpes contra a liberdade de imprensa em Angola**. DW – made for minds [consult. 03 Jan. 2016], disponível em WWW: <URL: <http://goo.gl/0NjO3z>>

patamar que os órgãos de comunicação do Estado, que são manipulados, logicamente. Mas esquecem-se de que nós temos leitores, e esses leitores também são cidadãos, são eleitores e também fazem parte das contas no final de cada mandato ou no início da campanha eleitoral<sup>183</sup>”.

Em suma, apesar de completamente regulada poucas foram as impugnações à recusa do direito de acesso que foram providas, muitas são ignoradas e outras nem têm lugar, por desmotivação dos interessados (jornalistas) face a inércia dos órgãos competentes a apreciarem as impugnações e em especial, a prevenirem a recusa do mesmo.

Trazemos aqui, dois casos caricatos, actuais e gritantes da inadequação da lei à prática, um referente a discussão do salário mínimo nacional na Assembleia Nacional e outro sobre a permissão ou restrição de acesso às fontes de informação consoante o media seja público ou privado.

#### ❖ **Retirada dos jornalistas da Assembleia Nacional quando era discutido o salário mínimo nacional**

Em 22 de Maio de 2015, foi discutido o salário mínimo nacional na Assembleia Nacional (AN) e os jornalistas viram dificultado o seu trabalho com a falta de som, a proibição de gravar e, por último, o pedido de que saíssem da sala pelo facto do Presidente da AN considerar ser este um assunto que devia ser **“discutido à porta fechada”**<sup>184</sup>.

Ora, uma matéria de elevado interesse público, um direito de todo cidadão angolano que impele um dever jornalístico constitucional e infra-constitucionalmente consagrado, foi restringido por uma ordem do Presidente da AN.

Em protesto, os partidos da oposição retiraram-se da sala demonstrado a discordância da decisão tomada e refutando a indispensabilidade dos jornalistas

---

<sup>183</sup> Rocha, António – **Continuam os golpes contra a liberdade de imprensa em Angola**. DW – made for minds. Internet, disponível em WWW: <URL: <http://goo.gl/0NjO3z>>

<sup>184</sup> Segundo relatos de deputados e jornalistas que estiveram presentes no local.

para a cobertura total dos assuntos abordados, visto tratar-se de um assunto de elevado interesse público e que é um direito/dever que todos os angolanos saibam como está a ser gerido o país.

O Sindicato dos Jornalistas Angolanos (SJA) criticou a expulsão de profissionais do parlamento denunciando-o como um "gravíssimo atropelo à liberdade de informação e de imprensa" e emitiu um documento a condenar veementemente o acto<sup>185</sup>.

Isso porque como sabemos e o Sindicato também defende, a presença de jornalistas numa sessão pública da Assembleia Nacional "não carece de autorização desse órgão, pois a materialização da liberdade de imprensa implica o acesso às fontes de informação, sendo o parlamento uma das fontes por excelência".

Por outro lado, a organização interna que a AN precisa de observar não pode ser confundida com o poder de autorizar ou não os jornalistas angolanos a ter acesso ao parlamento, no exercício das suas funções. Ela pode, quando necessário e com a devida antecedência, no âmbito de um mecanismo universal e transparente, solicitar que os jornalistas sejam credenciados para a cobertura dessa ou daquela sessão, mas esta organização não deve ser confundida com poder legal para autorizar ou não o acesso dos jornalistas na sessão parlamentar", reforça o Sindicato<sup>186</sup>.

Em suma, embora o acesso às fontes esteja genérica e especificamente regulado, não foram poupados os jornalistas de órgãos de comunicação social, públicos e privados, que por duas vezes (em datas diferentes) tiveram de se retirar da sala.

#### **❖ Notícias que são vedadas a órgãos privados e abertas apenas para os órgãos públicos de informação.**

---

<sup>185</sup> Esquerda.Net - **Angola: Sindicato dos Jornalistas critica expulsão de profissionais do parlamento** [Consult. 03/01/16], disponível em WWW: URL: <<http://goo.gl/b4B8Zh>>.

<sup>186</sup> Esquerda.Net - **Angola: Sindicato dos Jornalistas critica expulsão de profissionais do parlamento** [Consult. 03/01/16], disponível em WWW: URL: <<http://goo.gl/b4B8Zh>>.

Três (3) dos jornalistas inqueridos no questionário por nós realizado responderam que o que está por trás dos atropelos a liberdade de imprensa é o facto de em Angola existir um critério de selecção (discriminatório) em relação as cadeias informativas que cobrem certas matérias.

Os jornalistas afirmam que têm de estar em sintonia uns com os outros (os do sector público e privado) porque os convites para a cobertura de determinados actos são dirigidos apenas à imprensa pública, onde se chega mesmo a impedir a imprensa privada de entrar.

Ora, tal prática se consubstancia numa limitação do direito de acesso às fontes de informação, nomeadamente o acesso a acontecimentos proeminentes (acontecimentos que têm grande interesse público mas que ocorrem em espaços semi-abertos ou restritos)<sup>187</sup>.

Em suma, não se trata de eventos desportivos ou outros em que é possível obter junto dos organizadores, direitos exclusivos de recolha e divulgação de informações, são acontecimentos de natureza política e cultural (congressos, declarações políticas e outros eventos) que se considera conveniente impor um mínimo de divulgação, nem que seja em forma de extractos informativos.

## **B. Jornalistas detidos.**

Trazemos ainda à esta dissertação depoimentos de alguns jornalistas<sup>188</sup> (apenas dois) que transmitem, embora de forma resumida, o pesadelo das perseguições e o puro terror político, bem como todas as consequências que estes acarretam, sofridas por eles e por outros jornalistas, que de forma não pública sofrem o mesmo ou pior.

São perseguições e prisões relacionadas com o facto de publicarem na imprensa informações e opiniões, que pessoas e/ou órgãos ligados à elas não gostaram de as ver reveladas.

---

<sup>187</sup> Correia, Luís Brito – **Direito da comunicação social**, 2000, pág. 643

<sup>188</sup> Ramiro Aleixo (Director do jornal Agora) e Nelson Sul d'Angola (jornalista do DW África).



**Nelson Sul d'Angola** perdeu a sua liberdade por cerca de dois anos e a ordem de prisão foi dada na redacção de um jornal em Luanda onde trabalhava na altura, por causa de artigos publicados sobre contratos que o Governo Provincial de Benguela celebrou com uma empresa de consultoria na área financeira e de elaboração de estudos, conhecida por Galvão Branco – Consultores Reunidos, empresa de um antigo vice-ministro da indústria e também ex-deputado do MPLA, Adelino Galvão Branco<sup>189</sup>.

O jornalista **Ramiro Aleixo** já teve de enfrentar os tribunais quando era dono do semanário *Kessongo*, precisamente por escrever artigos de opinião que nem sempre eram do agrado da elite política angolana. Este incidente com as autoridades angolanas levou ao encerramento do seu jornal<sup>190</sup>.

Félix Miranda (jornalista) considera que "o Estado deu alguns passos (para melhoria), mas simula-se liberdade de expressão porque as pessoas ainda são perseguidas e coagidas com processos judiciais no Departamento Nacional de Investigação Criminal (DNIC) por emitirem opiniões contrárias às do Executivo, que detém os instrumentos de repressão judicial e policial<sup>191</sup>".

Várias organizações nacionais e internacionais têm denunciado com frequência a falta de liberdade de imprensa em Angola, onde muitos jornalistas são perseguidos, ameaçados e até mesmo presos simplesmente por denunciarem escândalos de corrupção ou casos de desvio de dinheiro dos cofres do Estado, mas não tem grande repercussão<sup>192</sup>.

Entretanto, o Governo reitera que o direito de exercer jornalismo em Angola está salvaguardado e vai continuar a trabalhar para garantir que o

---

<sup>189</sup> Rocha, António – **Continuam os golpes contra a liberdade de imprensa em Angola**. DW – made for minds [consult. 03 jan. 2016], disponível em WWW: <URL: <http://goo.gl/0NjO3z>>

<sup>190</sup> José, Manuel – **Jornalistas dizem que a liberdade de imprensa está em risco em Angola**. Voz da América [consult. 03 jan. 2016], disponível em WWW: <URL: <http://goo.gl/KjprPI>>

<sup>191</sup> José, Manuel – **idem**, disponível em WWW: <URL: <http://goo.gl/KjprPI>>

<sup>192</sup> Fala-se de perseguição e coacção dos jornalistas por criticarem o Governo mas as autoridades são inertes tanto para investigar as denúncias feitas como para proteger os jornalistas.

jornalismo seja exercido com segurança e justiça, do mesmo modo que diz condenar acções que coloquem em perigo a profissão e a vida dos jornalistas<sup>193</sup>.

Em suma, podemos observar mais uma vez que não se trata de um problema de falta de regulação: a liberdade de imprensa, o direito de expressão e de informação estão legalmente regulados, mas ainda assim, o que “o corpo da lei” descreve não é materializado em pleno.

### **C. Transparência - Independência**

O princípio da independência na comunicação social está visível em todos os diplomas que a regulam, quer à empresa de comunicação social quando interligado à transparência, quer na própria pessoa do jornalista durante o exercício da sua actividade profissional.

Às vezes pode passar despercebido, mas o jornalista é independente não só perante o poder político e económico, mas também e principalmente perante os seus superiores hierárquicos, embora limitado pelos poderes de intervenção do director (também ele jornalista) e da linha editorial do órgão<sup>194</sup>.

Assim, os jornalistas podem recusar quaisquer ordens ou instruções emanadas sem incidência ou contrárias à matéria editorial apesar de a lei de imprensa não consagrar a “cláusula de consciência do jornalista<sup>195</sup>”.

Actualmente, os media não são apenas expressão da liberdade e autonomia individual dos cidadãos, mas sim dos interesses comerciais ou de grupos de

---

<sup>193</sup> Num comunicado divulgado pela Angop. Para mais vide, José, Manuel – **Jornalistas dizem que a liberdade de imprensa está em risco em Angola**. Voz da América [consult. 03 jan. 2016], disponível em WWW: <URL: <http://goo.gl/KjprPl>>

<sup>194</sup> Correia, Luís Brito – **Direito da comunicação social**, 2000, pág. 419. A independência do jornalista é limitada pelos poderes do Director na medida em que a este compete a determinação do conteúdo das publicações ou dos programas em cooperação com o Conselho de Redacção.

<sup>195</sup> As matérias que tenham incidência na linha editorial, mas que violem a sua consciência não inibem os jornalistas de sofrerem processos disciplinares ou serem demitidos por justa causa, devido a falta de consagração expressa da cláusula de consciência.

interesse, assentes numa dinâmica de concentração e nos domínios vertical e horizontal de mercados mais alargados<sup>196</sup>.

Por fim, coloca-se o problema da não adequação da lei à prática quando seguindo a mesma linha editorial e as ordens e instruções dadas pelo Director, o jornalista é censurado, parcial ou totalmente, passa a ser constrangido e a não exprimir ou subscrever a sua opinião, bem como a desempenhar tarefas contrárias a sua consciência<sup>197</sup>.

Em suma, o exercício da actividade jornalística está invariavelmente associada à mobilidade dos recursos e investimentos de peso considerável, que resulta em ganhos indisfarçáveis de poder, redundando ao mesmo tempo na submissão de uma lógica orientada para valores de racionalidade económica<sup>198</sup>.

## Síntese

Na primeira secção temos as considerações gerais trouxemos os dados de um relatório do Departamento do Estado norte-americano de 2011 que fez um estudo sobre a liberdade de imprensa em Angola.

O relatório apontou que as liberdades de expressão e de imprensa em Angola são condicionadas, que há infracções aos direitos de privacidade e integridade física, apontando relatos de torturas e espancamento. Após a divulgação do relatório o governo angolano prometeu tomar medidas para punir quem cometer tais abusos, mas a responsabilização ainda é limitada.

Na segunda secção levantamos os problemas mais frequentes que a regulação da imprensa apresenta, nomeadamente a concorrência, pluralismo, transparência, sensacionalismo, censura, contraditório, problemas financeiros e legislação insuficiente e fragmentada.

---

<sup>196</sup> Cfr. Andrade, Manuel da Costa – **Liberdade de imprensa e inviolabilidade pessoal: uma perspectiva jurídico – criminal**, 1996, pág. 62.

<sup>197</sup> Mais uma vez, coloca-se em causa a protecção do jornalista, que no caso de não aceitar a censura, não escrever ou publicar informações que são contrárias à sua consciência podem sofrer sanções disciplinares ou serem demitidos com fundamento em justa causa, mesmo estando consagrado na Lei da Imprensa e no Estatuto dos Jornalistas tal independência.

<sup>198</sup> Para mais: Andrade, Manuel da Costa – **Liberdade de imprensa e inviolabilidade pessoal: uma perspectiva jurídico – criminal**, 1996, págs.62 e 63.

Quanto à concorrência, até hoje sente-se uma certa barreira para licenciamento dos órgãos de comunicação e os licenciados têm como grande concorrente um grupo de média constituído pelo Estado e a restrição de acesso às fontes de informação.

O pluralismo que tem o seu problema ligado aos aspectos da concorrência também sofre perturbações na imprensa regional ou local, existindo áreas em que só há extensão do sinal de um único órgão de comunicação.

A transparência tem as suas linhas gerais aqui traçadas, mas é abordada com mais pormenores no capítulo da adequação da lei à prática, que é o “problema-mãe” que a regulação da imprensa angolana enfrenta.

O sensacionalismo tem o seu lugar quando ligado a problemas financeiros e/ou de forte concorrência, quando certos órgãos não medem esforços para angariar mais audiência e com isso mais dinheiro.

A censura não é verdadeiramente uma prática usual na imprensa angolana, mas ela acontece com alguma frequência quer dentro do próprio órgão (censura interna – do director para o jornalista) quer fora dele (censura externa – exercida por órgãos públicos ou do poder político).

O contraditório é o requisito primário para informar com rigor e isenção, a sua não aplicação não deixa cumprir na plenitude o dever de informar, não materializando assim o direito à informação no seu todo.

Os problemas financeiros para além de serem um motivo para a busca do sensacionalismo, é um problema a combater para garantir o pluralismo, pois vários são os órgãos que não conseguem se sustentar, reduzindo ainda mais a quantidade de média no mercado.

A legislação insuficiente e fragmentada é o último assunto de análise nesta secção, uma vez que a regulação da imprensa angolana nos parece insuficiente (no sentido de não regular todas as áreas dos média através de legislação geral e

específica) e fragmentada (no sentido de estar desactualizada face ao novo contexto social do país).

Por último, temos na secção da adequação da lei à prática relatos de casos verídicos de inadequação, não por falta de regulação geral ou específica (como é óbvio) mas por inacção dos órgãos competentes, pelos mais variados motivos, nomeadamente: protecção do Estado, insuficiência de meios ou outros.

## Capítulo IV – Soluções.

Neste capítulo são apresentadas possíveis soluções para colmatar alguns dos problemas que os órgãos, agentes e funcionários das empresas de comunicação social enfrentam.

Afigura-se que muito já foi feito mas que ainda há muito que fazer para que a comunicação social angolana atinja o almejado estado de excelência, quer a nível do factor humano, do material, da diversidade dos órgãos da comunicação social e quer, ainda, a nível da extensão e cobertura do espaço territorial<sup>199</sup>.

No que diz respeito ao **factor humano** é de destacar a criação do Centro de Formação dos Jornalistas em Luanda e no Huambo como instituições privilegiadas para o aumento e refrescamento do conhecimento dos profissionais do sector.

Segundo Hendrik Vaal Neto<sup>200</sup> outras diligências vêm sido incrementadas com vista a dinamização de cursos de nível superior na área de comunicação social, com a perspectiva de que esta realidade pode ocorrer logo que possível e um possível que não se perca no tempo.

Em relação ao **factor material**, o Ministério da Comunicação Social deu início a um processo de modernização dos órgãos da comunicação social públicos que tem sido implementado paulatinamente.

Outra vertente é a responsabilidade das Direcções dos órgãos que abrangem todo o país, em que cabe ao Estado dotá-las de meios modernos e estender o sinal de rádio e televisão para que cheguem a todo país. A este propósito, o Ministério contribuiu no projecto de informatização dos órgãos de comunicação públicos, com realce para as províncias afastadas da capital, bem como contribuiu para colocação dos sinais de rádio e televisão no satélite<sup>201</sup>.

---

<sup>199</sup> Cfr. Cefojor - **Jornalismo Angolano: contribuições**, volume II, pág. 8.

<sup>200</sup> Vide Cefojor - **Jornalismo Angolano: contribuições**, volume II, págs 8 e 9.

<sup>201</sup> Para possibilitar o acesso dos mesmos à uma percentagem maior da nossa população. Cfr. Cefojor - **idem**, volume II, págs 8 e 9.

**Quanto ao acesso às fontes,** uma maior acessibilidade às fontes poderá ser efectuada com uma reestruturação profunda da **Lei do Conselho Nacional da Comunicação Social**, que enquanto órgão independente vai assegurar de forma mais eficaz os direitos e garantias dos jornalistas, dentre eles o acesso às fontes, traçando através de recomendações e regulamentos linhas delimitadoras deste acesso, comissões de queixas, penalizações à denegação dele e mecanismos de fiscalização.

**Relativamente ao aumento salarial e outros problemas financeiros,** o Sistema de Subvenção do Estado é a melhor solução, que não vai apenas ajudar os media fornecendo divisas (dinheiro) mas a melhorar a organização da empresa, tornando-a mais transparente financeiramente, suprimindo as suas necessidades económicas básicas e capacitando-a através de realizações de colóquios, palestras e encontros com os órgãos subvencionados cujo foco de abordagem será a disciplina financeira e formas de gestão das empresas de comunicação social.

**Em relação ao pluralismo,** apesar de existir um número considerável de órgãos de comunicação social privados, bom será que venha a existir uma maior diversidade de títulos de jornais, rádios e estações de televisão<sup>202</sup>.

Uma solução eficaz para garantir o pluralismo é a reestruturação e actualização das leis que regulam a comunicação social à nova realidade social, combater os monopólios e oligopólios, bem como aprovar e fiscalizar o cumprimento do pacote legislativo sobre a Comunicação Social<sup>203</sup>.

**Quanto a imprensa regional,** propomos como solução o Sistema de Subvenção do Estado por nós idealizado, bem como a criação de uma regulação específica de benefícios fiscais para os órgãos da comunicação social, com vista

---

<sup>202</sup> Em relação a **imprensa escrita** o aumento de títulos depende dos investidores privados; quanto a **rádio** e a **televisão**, o governo está a trabalhar para a criação das condições jurídico-legais que permitam o exercício normal e generalizado da radiodifusão e televisão pelo sector privado. Cefojor - **Jornalismo Angolano: contribuições**, volume II, pág.9.

<sup>203</sup> O Ministério da Comunicação social e outros ministérios devem trabalhar para a criação de um quadro jurídico que regule da melhor forma possível o sector dos media.

o aumento dos investimentos privados das empresas de televisão e rádio que actuem nas zonas demarcadas pelo Executivo.

Relativamente à **transparência**, é necessário que o poder económico destas empresas seja independente, de modo a assegurar que as informações divulgadas pelos meios de comunicação social sejam verdadeiras, rigorosas, objectivas e sem ingerência das empresas financiadoras e/ou patrocinadores.

Com um sistema de subvenção integrado e bem elaborado (como apresentamos adiante) as questões de transparência e independência poderão ser menos levantadas e mais garantidas, no sentido em que o sistema terá o cadastro de todos os órgãos da comunicação subscritos e conterà menções obrigatórias que garantem a independência e transparência do mesmo órgão<sup>204</sup>.

#### **a) Sistema de Subvenção do Estado**

O Sistema de Subvenção do Estado será a base para um conjunto de apoios concedidos pelo Estado aos meios de comunicação social, com a finalidade de aumentar as receitas ou reduzir as despesas destes através de apoios directos (subsídios financeiros provenientes do Orçamento Geral do Estado) e indirectos (suportados por outras entidades)<sup>205</sup>.

Será um sistema facultativo, regulado por regras jurídicas imperativas quanto a sua atribuição, montante, responsabilidades e outras, onde só poderão aderi-lo os que cumprirem os critérios ou pré-requisitos por ele indicados tendo sempre em conta a necessidade de subsidiação para manter a própria existência do órgão.

Uma vez que cabe ao Estado assegurar a liberdade e a independência dos órgãos da comunicação social perante o poder político e económico, tratando-as

---

<sup>204</sup> Todas essas informações são obrigatórias para o verdadeiro conhecimento do órgão e aprovação da subvenção do órgão pelo Estado. São elas: (i) todas as informações sobre os verdadeiros proprietários dos jornais, (ii) todas as fontes de financiamento do órgão, incluindo as formas percentuais de aquisição de receitas, os compromissos publicitários e os patrocinadores, (iii) a quantidade de funcionários, (iv) as despesas realizadas e as receitas auferidas.

<sup>205</sup> Correia, Luís Brito – **Direito da Comunicação social**, 2000, pág. 280. O sistema de subvenção é uma forma de apoio do Estado aos órgãos de comunicação social devido a sua importância e as dificuldades com que estes se debatem.



e apoiando-as de forma não discriminatória, este sistema terá como objectivo garantir uma imprensa mais plural e competitiva, que passa pela criação de melhores condições de trabalho e remuneratórias aos jornalistas, através de critérios de atribuição gerais e objectivos<sup>206</sup>. Tendo em conta a natureza do órgão, a sua localização, debilidades financeiras e outros critérios a serem averiguados, de forma a evitar dependências financeiras que se consubstanciam em trocas de favores.

O sistema, apoiado nos princípios da legalidade, transparência, da proporcionalidade e em especial no princípio da não discriminação<sup>207</sup>, funcionará em duas modalidades: a **indirecta** que se traduzirá na assunção total ou parcial pelo Estado do custo da expedição postal das publicações periódicas (por exemplo) e a **directa** que consistirá em incentivos à modernização tecnológica, a formação e reciclagem profissional, a incentivos específicos e outros<sup>208</sup>.

Por ser um sistema para suporte do media, terá a limitação temporal de dois (2) anos, tempo médio para que o órgão atinja maturidade financeira suficiente para se tornar autónomo. Excepcionalmente e a ser analisado casuisticamente, o período limite de subvenção poderá ser prorrogado por até mais um ano, perfazendo assim o limite máximo de três (3) anos nos casos estritamente necessários.

---

<sup>206</sup> O Ministério da Comunicação Social juntamente com o Ministério das Finanças deve definir um valor base que abrangerá todas as naturezas dos órgãos da comunicação social. Diploma especial regulará as condições gerais e específicas de acesso a estes vários incentivos, as regras de processamento da respectiva concessão, as obrigações dos beneficiários, as sanções aplicáveis a infracções e a fiscalização. Inspirado na *Portaria n.º 118/97 de 21 de Fevereiro* (portuguesa).

<sup>207</sup> O apoio deve ser não discriminatório no sentido em que trata de forma igual as diferentes empresas titulares de órgãos da comunicação social. Parece-nos claro, a exclusão do âmbito deste sistema as empresas públicas e as semi-públicas cujas participações sociais são maioritariamente detidas pelo Estado, por ser este o detentor da empresa e ainda subsidiá-la de forma estranha.

<sup>208</sup> O **incentivo à modernização tecnológica** destina-se a financiar projectos tendentes a promover a qualidade do órgão da comunicação social através da utilização de novos equipamentos, novos métodos e tecnologias; **incentivos à formação e reciclagem profissional** (ligado essencialmente ao CEFOJOR, Sindicato dos jornalistas e outros centros de formação jornalística, que embora não sejam meios de comunicação social exercem um papel fundamental para o funcionamento eficaz dos “mass media” angolanos), finalmente, os **incentivos específicos e outros incentivos** destinam-se a contribuir para a concretização de outras iniciativas na área da comunicação social quer mediante protocolos, quer não. Para mais desenvolvimentos, vide Correia, Luís Brito – **Direito da comunicação social**, 2000, págs. 280 e sgts.

Por fim, a adesão ao sistema será feita por subscrição de um **Acordo de subvenção**<sup>209</sup>, onde as entidades aderentes terão subjacentes responsabilidades financeiras (restituição parcial ou total dos valores monetários subvencionados), civis (aplicação de coimas quando menos gravosas e/ou cancelamento do direito aos incentivos quando mais gravosa) e penais (crime de peculato).

Em suma, é crucial para a existência e pleno funcionamento do sistema, a exista uma fiscalização correcta, constante e consistente não só na gestão dos incentivos concedidos ao abrigo do sistema de subvenção, mas também do próprio órgão que concede os incentivos, através do tribunal de contas.

## **b) Conselho Nacional da Comunicação Social**

Uma regulação independente da imprensa com mais “vivacidade”, maior eficácia e efectivo cumprimento dos objectivos para que foi criado, melhoraria de forma significativa a regulação da imprensa angolana.

Deste modo, propomos uma quase completa reestruturação da **Lei do Conselho Nacional da Comunicação Social**, tendo como foco a adaptação dela aos tempos actuais<sup>210</sup>, actualização das atribuições, competências, funções e objectivos, alteração da composição do órgão e do período de mandato, bem como acrescer novas formas de financiamento do órgão, de responsabilidades e de fiscalização.

Visto que a Lei do Conselho Nacional da Comunicação Social foi criada em 1992, e desde então não sofreu nenhuma alteração, é necessário adaptá-la aos nossos tempos (tempos modernos), às novas necessidades, novas tecnologias, novas formas de violação dos direitos pessoais e colectivos, bem como aos novos

---

<sup>209</sup> Consiste num contrato sinalagmático celebrado entre o Estado e o titular da empresa de comunicação social, em que o primeiro possibilita ao segundo auxílio para o desenvolvimento das suas actividades com objectivo de reforçar as suas competências através de subsídios financeiros, de forma a promover e apoiar as suas actividades tendo em conta as necessidades correspondentes (seja ela uma empresa nova no mercado ou com largos anos de actividade). Inspirado no contrato de inserção social português.

<sup>210</sup> Esta adaptação resultará da abertura do âmbito de intervenção que apenas à título exemplificativo podemos referir a imprensa digital, que na época de 1992, não existia em Angola jornais exclusivamente digitais; surge em 2000 com a Angop uma reprodução do que era notícia o jornal impresso no seu jornal online.

métodos de fiscalização e aplicação de sanções, actualizando assim as suas atribuições, competências, funções e objectivos.

Para tal, propomos a alteração das áreas de formação das pessoas que compõem o órgão, para ser exclusivamente composto por jornalistas e juristas<sup>211</sup>. A redução do período de mandato que invés de ser de 3 em 3 anos podia ser de 2 em 2 anos renovável por uma única vez<sup>212</sup> e a alteração do motivo pelo qual são marcadas reuniões extraordinárias, por não se garantir a independência administrativa do órgão (artigo 18.º).

É importante que para além do Ministério da Comunicação Social e organismos ligados a ele, o Conselho Nacional coopere com o Sindicato, União e Centros de formação dos Jornalistas Angolanos, bem como cooperar com outras entidades públicas ou privadas.

Desta forma haverá uma ligação mais estreita com os problemas ligados à comunicação social e na obtenção de informações necessárias ao prosseguimento das suas atribuições, sendo de destacar a colaboração com os tribunais, que deverão comunicar ao Conselho o teor das sentenças ou acórdãos proferidos em matérias relacionadas a comunicação social.

Em suma, podemos concluir que a alteração das formas de financiamento do Conselho só poderá ser feita com a verdadeira implementação e funcionamento do sistema de subvenção. O órgão é actualmente financiado pelo OGE, mas cremos que a médio-longo prazo passará a um sistema de financiamento independente através das contribuições que os próprios media aderentes farão<sup>213</sup>.

---

<sup>211</sup> Um Presidente, um vice-presidente e três vogais. O que de forma subsequente se traduziria numa alteração da forma de nomeação/designação do Presidente do Conselho.

<sup>212</sup> Acreditamos que a redução do mandato poderá dinamizar certos processos e fazer que em curto espaço de tempo o órgão possa trabalhar de forma célere e eficaz com vista a apresentar melhores resultados e garantir a renovação do mandato.

<sup>213</sup> Tal contribuição não será obrigatória, só contribui quem aderir e de igual modo só usufrui dos seus benefícios quem contribui para o seu pleno funcionamento. Essencialmente há uma inversão de papéis, em que o Estado invés de financiar directamente o Conselho através do OGE, financia os órgãos da comunicação social directa ou indirectamente através do sistema de subvenção, capacita-os financeiramente e estes financiam o Conselho. Podemos pensar que não fará grande diferença, mas se

Para tal, é igualmente importante que os órgãos da comunicação social implementem e/ou continuem com o processo de modernização tecnológica, aumento do nível de conhecimento dos seus profissionais e que exerçam a liberdade de imprensa de forma consciente e responsável<sup>214</sup>.

Resta-nos realçar que a responsabilidade das empresas de comunicação social perante o Conselho é o ponto mais alto da “utilidade” deste órgão. Por isso, é imperioso que este tenha poderes sancionatórios persuasivos (**civil** - processamento e punição da prática ou omissão de actos através da aplicação de coimas e publicação de sanções<sup>215</sup> - e **criminal** - nos casos de recusa de acatamento ou cumprimento deficiente das decisões do Conselho - crime de desobediência) de forma a não cair numa letargia. E uma fiscalização efectiva (**endógena** – a ser realizada pelo próprio Conselho e membros aderentes - e **exógena** – a ser feita pela Assembleia Nacional e os tribunais administrativos, fiscais e de contas)<sup>216</sup>.

Assim, daqui podemos retirar que, com a gerência das receitas da subvenção e em especial dos patrocínios, haverá maiores garantias de independência do poder económico e, de igual modo, maior transparência. E que os benefícios fiscais e incentivos económicos à criação de empresas da comunicação social, em especial nas zonas mais recônditas do país, podem ser o maior e melhor forma de incentivo ao pluralismo, que juntamente com a transparência (em sentido amplo) são a coluna vertebral para o exercício de uma verdadeira liberdade de imprensa.

---

olharmos para o ponto que o Conselho será financiado pelos media voluntariamente, estes terão maior dinâmica em resolver os litígios e prosseguir as atribuições pelas quais foi criado.

<sup>214</sup> Cefojor - **Jornalismo Angolano: contribuições**, volume II, pág.9.

<sup>215</sup> Inspirado nos artigos 66.º e segts do Estatuto da ERC

<sup>216</sup> Por se tratar de um órgão independente, está sujeito a controlo. Os órgãos e agentes do Conselho, apesar dos princípios que os regem – independência, inamovibilidade, transparência e outros – respondem civil, criminal, financeira e disciplinarmente pelos actos e omissões que pratiquem no exercício das suas funções.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Face ao estudo apresentado e informações colhidas de experiências vividas por jornalistas angolanos, sentimo-nos capazes de concluir que em Angola existe um verdadeiro sistema de comunicação social, embora insuficiente (quanto à adequação da lei à prática) e fragmentado (quanto ao facto de termos trechos de legislação caduca e inaplicável nas principais leis que a regulam). Os órgãos de comunicação social são peças fundamentais para qualquer país, em particular para os países com regimes democrático liberais, sendo por isso que na maior parte destes, a imprensa é regulada com a necessária perícia de forma a não ser tão **excessiva** e restringir os direitos fundamentais dos jornalistas<sup>217</sup>, nem a ser tão **escassa** e deixar à critério dos media e afins o rumo da comunicação social, independentemente da lesão dos direitos individuais do cidadão.

Para nós, o enquadramento do sistema angolano assemelha-se em grande medida ao modelo de regulação francês e ao sistema de regulação português, com a constituição de um órgão independente para a regulação da comunicação social, apoios atribuídos pelo Estado e uma regulação legislativa abrangente. Apesar disso, vários são os sectores que necessitam de ver a sua regulação actualizada às novas tecnologias, bem como outros que carecem de regulação própria (televisão). É mister ainda realçar a necessidade de actualização do direito penal relativamente as novas formas de violação dos direitos constitucionalmente protegidos através dos media.

Vários foram os problemas apresentados ao longo do nosso estudo, onde se destacam a legislação deficitária e fragmentada, a denegação do direito de acesso às fontes, condições financeiras desincentivadoras para o exercício da profissão e outros problemas associados as empresas de comunicação em si (poucos recursos financeiros) e a conjuntura do país, aos quais apresentamos como soluções o aumento e refrescamento do conhecimento dos profissionais

---

<sup>217</sup> Em sentido amplo – engloba empresas de comunicação social.

através da criação de mais escolas de formação jornalística, o incentivo à expansão da imprensa regional e outras.

Parece-nos que a criação de um Sistema de Subvenção do Estado à Comunicação Social e de um Conselho Nacional da Comunicação Social operacional são as bases para assegurar as condições adequadas ao exercício do direito de informar, se informar e de ser informado e de modo geral para uma imprensa mais desenvolvida, cumpridora de deveres e que vê os seus direitos, liberdades e garantias efectivados e protegidos.

Em suma, as soluções aqui apresentadas (a criação do Sistema de Subvenção e a reestruturação do Conselho Nacional) não são alternativas, pelo contrário, são cumulativas porque o simples facto de termos uma entidade independente para regular a comunicação social não é suficiente para colmatar as violações à liberdade de expressão e de imprensa, mas tendo em conta o estado económico e social do país, propomos uma implementação gradativa das duas soluções, que ao nosso ver começava pela reestruturação do Conselho e só depois de termos um órgão sólido e bem organizado passávamos ao Sistema, sob o olhar atento do mesmo.

## **Bibliografia**

ANDRADE, Manuel da Costa – **Liberdade de imprensa e inviolabilidade pessoal: uma perspectiva jurídico-criminal**. Coimbra: Coimbra Editora, 1996.

ARAÚJO, Raul Carlos Vasques e Nunes, Elisa Rangel - **Constituição da República de Angola: anotada**, tomo I. Luanda: Edição de autor, 2014.

CARVALHO, Alberto Arons de; Cardoso, António Monteiro e Figueiredo, João Pedro – **Direito da comunicação social**, 1.<sup>a</sup> edição. Lisboa: Editorial Notícias, 2003.

CASTELLS, Manuel – **O poder da comunicação**, 1.<sup>a</sup> edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

CORREIA, Luís Brito – **Direito da comunicação social**, volume I. Coimbra: Almedina Editora, 2000.

CORREIA, Luís Brito – **Direito da comunicação social: direito de autor e da publicidade**, volume II. Coimbra: Almedina Editora, 2005.

FEIJÓ, Carlos Maria; Sousa, Bornito de; Paulo, António Rodrigues; Paca, Cremildo; Almeida, Adão de; Lopes, Marcy; Fortuna, Sihanouk – **Constituição da República de Angola: enquadramento histórico e trabalhos preparatórios**, volume II. Coimbra: Almedina Editora, 2015.

LIMA, Fernando Andrade Pires de, e Varela, João de Matos Antunes – **Código Civil: anotado**, volume I, Coimbra: Coimbra editora, limitada, 1967.

LOURENÇO, João Pedro da Cunha - **A imprensa e a problemática da liberdade de imprensa em Angola: 1866-1923**. Luanda [Tese de Monografia], 2003.

LUACUTI, Adalberto – **A génese da Constituição angolana de 2010: o jornalismo a serviço do direito**. Luanda: Mayamba Editora, 2014.

MACHADO, Jónatas E. M. e Costa, Paulo Nogueira da – **Direito constitucional angolano**, 1.<sup>a</sup> edição. Coimbra: Coimbra editora, 2011.

## **Jornais e revistas**

CEFOJOR – **Jornalismo Angolano: contribuições**, volume I, II.<sup>a</sup> Jornadas Técnico – Científicas da Comunicação social.

CEFOJOR – **Jornalismo Angolano: contribuições**, volume II, III.<sup>a</sup> Jornadas Técnico – Científicas da Comunicação Social.

INÁCIO, Francisco – **Dia Mundial da imprensa. Jornal do centro de formação de jornalistas**, n.º 6, edição bimestral, Julho/Agosto, ano II, 2011.

METRO – **Notícias? É na televisão**: S/ editor [Public. 05 de Fev. 16]. Disponível em WWW: <URL: <http://readmetro.com>>

## **Artigos electrónicos**

ANGOP PRESS – Lei de imprensa em Angola. Internet [consult. 03 Jan. 16], disponível em WWW: <URL: <http://goo.gl/QR62ge>>

Albano, Teodoro – **Angola: censura nos media do Estado é ameaça a democracia**. VOA – Voz da América. Internet [consult. 03/01/16], disponível em URL: <<http://goo.gl/M8V9IM>>

BBC Brasil - **Tabloide britânico é acusado de invadir celular de menina desaparecida**. Internet [consult. 03 Jan. 2016], disponível em WWW: <URL: <http://goo.gl/b1Azri>>

Bolsa de negócios e emprego de Angola – **A liberdade de imprensa e o novo panorama dos “media”**. Internet [consult. 03/01/16], disponível em WWW: <URL: <http://goo.gl/sk6wQd>>

Canhanga, Luciano – **Análise e comentários à Lei n.º 7/06 de 15 de Maio – Lei de Imprensa. Comunicação, etnografia, linguística e história**. Internet [consult. 03 Jan. 2016], disponível em WWW: <URL: <http://goo.gl/J1izB8>>



Centro Regional de Informação das Nações Unidas – **“Falar sem medo” nos 20 anos do dia mundial da liberdade de imprensa.** Internet [consult. 03 Jan. 2016], disponível em WWW:<URL: <http://goo.gl/8Phylj>>

Club K – **Falta de Liberdade de imprensa.** Internet [consult.03/01/16], disponível em URL: <<http://goo.gl/e2vLP6>>

Esquerda.Net - **Angola: Sindicato dos Jornalistas critica expulsão de profissionais do parlamento.** Internet [consult. 03/01/16], disponível em WWW: URL: <<http://goo.gl/b4B8Zh>>.

Global Voices – **A sofisticação da censura em Angola. Correionângo.** Internet [consult. 03/01/16], disponível em URL: <<http://goo.gl/BYh49Q>>

Globo – **A liberdade de imprensa condicionada em Angola. Diário de Notícias.** Internet [consult. 03 Jan.2016], disponível em WWW: <URL:<http://goo.gl/VyvMM>>

Guia de Media – Jornais de Angola. Internet [consult.03/01/16], disponível em WWW: <URL: <http://goo.gl/zQtU7h>>

Issufo, Nádia – **Imprensa angolana sofre com censura.** DW – Made for Minds. Internet [consult.03/01/16], disponível em URL: <<http://goo.gl/VR7D1z>>  
José, Manuel – **Jornalistas dizem que a liberdade de imprensa está em risco em Angola. Voz da América.** Internet [consult. 03 jan. 2016], disponível em WWW: <URL: <http://goo.gl/KjprPl>>

Mateus, Ismael - **Contributos para uma discussão sobre a comunicação social angolana. Introdução.** Internet [consult. 03 Jan. 2016], disponível em WWW: <URL:<http://www1.ci.uc.pt/iej/alunos/2001/angola/introducao.html>>

Mateus, Ismael - **Contributos para uma discussão sobre a comunicação social angolana. Os media em Angola.** Internet [consult. 03 Jan. 2016], disponível em WWW: <URL: <http://www1.ci.uc.pt/iej/alunos/2001/angola/osmedia.html>>

Rocha, António – **Continuam os golpes contra a liberdade de imprensa em Angola.** DW – made for minds. Internet [consult. 03 Jan. 2016], disponível em WWW: <URL: <http://goo.gl/0NjO3z>>

Sapo.pt - **Nova regulação da Lei da publicidade.** Internet [consult. 03 Jan.2016], disponível em WWW: <URL: <http://goo.gl/psxsf3>>. Sapo.pt - **Anteprojecto da Lei sobre o exercício da actividade da televisão.** Internet [consult. 03 Jan.2016], disponível em WWW: <URL: <http://goo.gl/rf0J0P>>

Sapo.pt - **Anteprojecto da Lei da Televisão,** Internet [consult. 03 Jan.2016], disponível em WWW: <URL: <http://goo.gl/DLicOh>>

Sapo.pt - **Novo projecto do Estatuto do Jornalista.** Internet [consult. 03 Jan.2016], disponível em WWW: <URL: <http://goo.gl/1KHPo9>>

## Índice

Introdução.....	1
Capítulo I – A regulação da imprensa em geral .....	3
1. Traves-mestras .....	3
2. Tipos de regulação da imprensa .....	5
2.1. Traços fundamentais do regime liberal.....	6
3. Modelos de regulação da imprensa.....	8
3.1. Modelo anglo-saxónico.....	9
3.2. Modelo Francês .....	13
Capítulo II – A regulação da comunicação social em Angola .....	22
1. Evolução histórica do sistema de comunicação social angolano .....	22
2. A Constituição e a comunicação social .....	26
3. Traços fundamentais da regulação legislativa da comunicação social .....	34
3.1. Principais diplomas internacionais vigentes em Angola .....	35
A. A Declaração Universal dos Direitos do Homem.....	35
B. A Carta dos Direitos Africanos .....	36
C. A Declaração de Windhoek de 1991 .....	37
3.2. Traços principais da regulação infraconstitucional da imprensa em Angola. ....	39
➤ Lei de Imprensa – Lei n.º 7/06 de 15 de Maio.....	40
➤ Estatuto do Jornalista - Decreto n.º 56/97, de 25 de Agosto. ....	42
➤ Lei da Radiodifusão – Lei n.º 9/92 de 16 de Abril. ....	45
➤ Lei do Conselho Nacional da Comunicação Social - Lei n.º 7/92 de 16 de Abril. ....	48
➤ Lei da publicidade – Lei n.º 9/02 de 30 de Junho. ....	50
➤ Lei do Acesso aos Documentos Administrativos - Lei n.º 11/02 de 16 de Agosto. ....	52
➤ Lei dos Direitos de Autor - Lei n.º 4/90 de 10 de Março. ....	54
➤ Código Civil .....	57
➤ Código Penal .....	60
Capítulo III – A Regulação da Imprensa Angolana na prática .....	65
1. Considerações gerais .....	65
2. Principais problemas da liberdade de imprensa na prática em Angola.....	66
a) Concorrência .....	66
b) Pluralismo .....	67
c) Sensacionalismo.....	69
d) Censura .....	70
e) Contraditório .....	71
f) Problemas financeiros .....	72

<b>g) Legislação fragmentada e insuficiente .....</b>	<b>73</b>
<b>Capítulo IV – Soluções.....</b>	<b>85</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>92</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>94</b>